

***SIRLEI DE SOUZA***

***ECOS DE RESISTÊNCIA NA DESCONSTRUÇÃO DA ORDEM:  
UMA ANÁLISE DA “REVOLUÇÃO DE 64” EM JOINVILLE***

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**Florianópolis**

**1998**

***SIRLEI DE SOUZA***

***ECOS DE RESISTÊNCIA NA DESCONSTRUÇÃO DA ORDEM:  
UMA ANÁLISE DA “REVOLUÇÃO DE 64” EM JOINVILLE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa.

**Florianópolis**

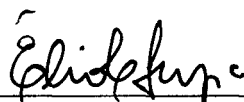
**1998**

ÊCOS DE RESISTÊNCIA NA DESCONSTRUÇÃO DA  
ORDEM: UMA ANÁLISE DA “REVOLUÇÃO DE 64” EM  
JOIVILLE.

SIRLEI DE SOUZA

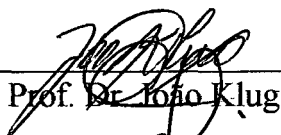
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do  
título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

BANCA EXAMINADORA



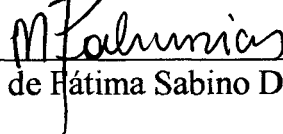
---

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa (Orientador)



---

Prof. Dr. João Klug



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Sabino Dias

Florianópolis, 28 de abril de 1998

À Amanda e ao Ramon Carlos  
minha esperança de futuro.

## AGRADECIMENTOS

São inúmeras as pessoas que contribuíram para que este trabalho pudesse acontecer. Gostaria de agradecer em especial a algumas delas. A professora e amiga Ilanil Coelho, que teve uma importante presença na minha formação durante os anos da graduação. E sempre me incentivou a estudar, acreditando em meu potencial.

A querida amiga Adelaide Gonçalves, uma das pessoas mais generosas que conheço. Os momentos que partilhamos foram imprescindíveis para o meu amadurecimento pessoal e profissional.

Aos amigos de sempre, que mesmo ausentes do cotidiano, foram uma força constante. Sempre com palavras de encorajamento, insistindo na possibilidade do sonho.

Àqueles que com profissionalismo e carinho, dedicaram-se com atenção ao meu trabalho; ao amigo Fábio que dedicou longas horas à digitação; a Marta e Marinete que atendendo um apelo deram uma belíssima contribuição, discutindo e sugerindo alterações no texto final; aos colegas do Arquivo Histórico que sempre atenderam-me muito bem, ajudando a encontrar e desvendar as fontes.

Aos militantes da década de 60 e 70, que compartilharam comigo suas sofridas experiências, sem as quais este trabalho não teria acontecido. Me mostraram que a “luta vale a pena”.

Ao Prof. Elio Serpa, pela compreensão que demonstrou durante os vários momentos de angústia que me afligiram.

E finalmente, ao Maurício, namorado e companheiro que com paciência e amor, soube viver estes tumultuados dias.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	06
<b>INTRODUÇÃO</b>	07
<b>I. CAPÍTULO</b>	
1. “A CONSTRUÇÃO DA ORDEM NA CIDADE DO PROGRESSO”	12
1.1 Fabricando o golpe	12
1.2 O poder político local e o golpe	18
1.3 Os usos do imaginário: ordem e progresso	24
1.4 Atores da ordem	44
<b>II. CAPÍTULO</b>	
2. A OPOSIÇÃO NO COMANDO DA CIDADE	64
2.1 Pedro Ivo - da “Revolução de 64” à Operação Barriga Verde	67
2.2 Luiz Henrique: “o povo governa” e os problemas continuam...	78
2.3 “Uma cidade em chamas ...”	85
2.4 Incêndios: uma ação subversiva da esquerda ou terrorista da direita ?	87
<b>III. CAPÍTULO</b>	
3. MANIFESTAÇÕES DE RESISTÊNCIA X REPRESSÃO	101
3.1 DOPS - O “Vigiar e punir” - Tupiniquim	109
3.2 A Operação Barriga Verde na “caça” aos comunistas	112
3.3 O PCB em Joinville - organização e resistência silenciosa	115
3.4 Da fala silenciada à revelação ainda sofrida	122
<b>CONCLUSÃO</b>	138
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	141
<b>FONTES PESQUISADAS</b>	144
<b>ENTREVISTAS REALIZADAS</b>	145

## **RESUMO**

Trata-se do estudo do período da ditadura militar em Joinville. A partir do enfoque dado pela história política, procura-se compreender como construiu-se o imaginário político da “Revolução de 64”. Quais os atores sociais que entraram em cena para manter e defender os ideais do regime militar na cidade. No estudo da década de 70 é priorizado as questões conflitantes que envolvem as administrações do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), aprofundando seu papel como aglutinador das ações de oposição. Baseado nos elementos da história oral, é aprofundado as experiências de resistência, principalmente àquelas desenvolvidas pelo Partido Comunista Brasileiro em Joinville.

## **ABSTRACT**

This is study of the period of the military dictatorship in Joinville. Departing from the focus given by the political history, we try to understand how the political imaginary of the “Revolucion of 64” was built, as well as the social actors who entered the stage to maintain and defend the ideals of the military regime in the city. In the study of the 1970’s, the conflicting issues that involve the administrations of MDB ( Brazilian Democratic Movement) receive priority, with a careful examination of its role as a history, the experiences of resistance are carefully studied, mainly those developed by the Brazilian Communist Party in Joinville.



## INTRODUÇÃO

Pesquisar temas conflitantes sempre envolve muitos problemas, mas torna-se prazeroso na medida em que se trabalha com as relações dos homens e suas lutas em defesa de ideais considerados utópicos e revolucionários. Compreender a luta pelo poder e perceber os diferentes projetos que movimentam atores sociais, foi o desejo que moveu o presente trabalho.

A escolha do tema foi diretamente influenciada pela minha militância. Participando de movimentos sociais, sempre fazíamos a reflexão em torno do fato de Joinville ser ou não uma cidade conservadora. Os debates acabavam reafirmando uma ideologia construída ao longo da história, qual seja: que a população assimilava os padrões conservadores de comportamento e não se envolvia em atividades política de contestação.

Esta afirmação chocava-se com a existência de movimentos populares criados no final dos anos 70 e durante a década de 80. A passos lentos mas constantes, participavam da construção da história.

Motivada pelo desejo de conhecer a experiência de luta que culminou com o surgimento destes movimentos, mergulhei na pesquisa dos anos 60 e 70, investigando as relações de poder e as estratégias de resistências travadas contra a ditadura militar.

A pesquisa pode ser encarada como um quebra-cabeças, que passamos a montar a medida que superamos as dificuldades do percurso: as fontes. O período de 60 e 70, caracterizado por extrema repressão, destruiu grande parte da documentação referente à resistência travada contra o regime militar. Diante disso, cai por terra a fantasia de que “tudo

estará lá, esperando apenas que se pesquise”. É a hora de conversar com as fontes. Diálogo nem sempre possível, que provoca uma angústia e que pode indicar necessidade de encontrar outros caminhos.

Muito já foi escrito sobre o regime militar no Brasil e inúmeras foram as obras publicadas sobre a resistência.

Minha intenção, no entanto, é discutir este tema numa perspectiva de história regional, buscando compreender como a ditadura militar se enraizou em Joinville, quais os mecanismos criados para manter a ordem e as alternativas de resistência diante da repressão.

O outro ponto importante desta pesquisa é a possibilidade de resgatar, através dos depoimentos orais, as memórias das lutas políticas travadas naquele período. Tirar do silêncio, as experiências por tanto tempo caladas. Zilda Iokói, faz importantes reflexões ressaltando a necessidade da abordagem dos silêncios, das sombras, dos não ditos, dos elementos desconhecidos. Afirma a importância da recuperação de processos que se revelam e se escondem no cotidiano, “(...) a ausência e o silêncio são carregados de presença e de significados históricos”<sup>1</sup>.

Pela dificuldade de encontrar fontes escritas que possam resgatar a resistência efetivada contra a repressão militar, entendo que a fala silenciada pelos mecanismos autoritários só poderá ser recuperada na sua originalidade pelos próprios silenciados. No dizer de Antônio Torres Montenegro: “*Construtores cotidianos da história tem deixado poucas marcas de como vivem, sentem, experimentam, desejam, sonham, pensam o presente, o passado e o futuro. Nesse aspecto a história oral (no trabalho com os segmentos populares) se constitui em uma possibilidade efetiva de produção de um vasto campo documental*”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> IOKÓI, Zilda Márcia Gricoli. “Descaminhos da Modernidade: Identidade e Movimentos Sociais no Brasil”. In: Revista Catarinense de História. Florianópolis: UFSC, 1995.

<sup>2</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral: Caminhos e Descaminhos. In: Revista Brasileira de História. 25/26. São Paulo: Anpuh/Marco Zero.

Através das fontes: os arquivos do DOPS relacionados ao PCB/SC e as entrevistas feitas com militantes do partido na década de 60 e 70, procurei compreender as resistências travadas contra a repressão desencadeada pelo Estado autoritário em Joinville. Amparada pelos pressupostos da História Oral, fui em busca de "indícios"<sup>3</sup>, perseguindo "pequenas pistas" que poderiam levar ao caminho da compreensão do meu objeto.

Desenvolver um trabalho de pesquisa para estudar as resistências populares, através da história oral, está ligado a intenção de socializar a história. Trazendo à tona uma história não contada, silenciada. Dialogando com aqueles que se propuseram falar de sua experiência. Construindo uma interpretação que possibilitará este debate.

O trabalho está estruturado em três capítulos.

No primeiro procuro através do maior jornal de circulação na época, "A Notícia", compreender como se processou em Joinville a legitimação política do golpe de 64, chamado pela imprensa e pelas autoridades como "Revolução de 64".

Partindo da reflexão feita por Bethânia Sampaio Corrêa Mariani, sobre "como o discurso jornalístico constrói memória"<sup>4</sup>, optei por olhar os jornais de Joinville, do período 1964-1979, como fonte permeada de historicidade que ajudariam a pensar a questão política e ideológica do tema em estudo.

Esta autora aponta as várias dimensões do discurso jornalístico: ele "*capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias (...)*"<sup>5</sup>. Toma parte no processo histórico, selecionando os acontecimentos que deverão ser recordados no futuro.

---

<sup>3</sup> GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.154.

<sup>4</sup> MARIANI, Bethânia Sampaio C. "Os primórdios da imprensa no Brasil (ou de como o discurso jornalístico constrói memória)" In: ORLANDI, Eni P. (Org.) Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontos, 1993.

<sup>5</sup> Idem, p.33.

“(…) ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado. Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história, ou melhor ele está entranhado de historicidade.”<sup>6</sup>

As falas vinculadas neste jornal são dos prefeitos, vereadores, autoridades militares e eclesiais bem como das lideranças econômicas na cidade. A opção em ter como fonte prioritária “A Notícia”, deu-se pela limitação de tempo, impossibilitando um confronto de seus discursos com os de outros jornais. Questões que permeiam este capítulo: qual a conexão existente entre o ideário da Revolução de 64 e o discurso que perpassa a história de Joinville; o progresso conseguido com trabalho e ordem social ? Quais os atores sociais que no período da ditadura estiveram em cena, construindo o imaginário de defesa da “Revolução” ?

No segundo capítulo a intenção é estudar a década de 70, priorizando as administrações do MDB. Procuro perceber as mudanças ocorridas em Joinville. Houve alterações nos rumos da cidade? Quais os discursos e interesses que pautavam tais administrações? Um fato mereceu especial atenção: os incêndios ocorridos entre 1977 e 1978. Que discussões políticas tal fato levantou? Como reagiu a população? Estas questões me levaram a perceber contradições na história de Joinville.

No terceiro capítulo, encontra-se minha maior paixão como pesquisadora: a intenção

---

<sup>6</sup> Ibidem, p. 33

e o desejo de estudar as possíveis e prováveis resistências<sup>7</sup>, aquelas cotidianas, espontâneas, nem sempre organizadas em associações, sindicatos, partidos que aconteceram em Joinville durante o regime militar. Procurei, o que pudesse ser considerado como resistência. Tinha que existir de alguma forma alguém se contrapondo a “ordem”.

Trabalhar com resistência em uma época de forte repressão, onde quase tudo desapareceu que registrasse possíveis acontecimentos nesta área, exige persistência. Inúmeras vezes, ouvi que não encontraria nenhuma resistência, “pois durante o regime militar não houve repressão na cidade”.

No entanto, a participação do Partido Comunista Brasileiro e outros atores sociais, como as Cebos (Comunidades Eclesiais de Base) e o movimento cultural (Grupo Renascença), que desencadearam ações contrárias à ditadura, abriram uma possibilidade de pesquisa: trabalhar a resistência a partir do partido político ou através dos movimentos sociais.

Numa pesquisa de mestrado, é preciso fazer recortes. Optei por aprofundar a experiência do PCB, na sua resistência ao regime militar. Constituindo-se clandestinamente, organizou trabalhadores, permanecendo como grupo político atuante em várias frentes legais de luta. A partir das fontes orais, é possível perceber que a repressão sofrida pelo PCB e seus membros, é fruto de uma elite local preparada repressivamente para eliminar qualquer possibilidade de efetiva oposição ao poder.

---

<sup>7</sup> PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores na fala dos outros. In: LOPES, José S.L (Org.). Aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero. À autora entende resistência não só nas grandes lutas organizadas institucionalmente, mas nas pequenas lutas travadas diariamente em cada local de vivência dos trabalhadores. Trabalha com resgate da fala do oprimido, valorizando a dimensão individual no processo de transformação.

## **I CAPÍTULO**

### **1. “A CONSTRUÇÃO DA ORDEM NA CIDADE DO PROGRESSO”**

Neste primeiro capítulo a intenção é perceber como as diversas entidades públicas: o 13º Batalhão de Caçadores, a União Cívica Feminina, a Associação Comercial e Industrial de Joinville e a Igreja Católica se constituíram nos principais pilares de sustentação do golpe militar de 64 em Joinville. Estas entidades visavam um objetivo comum: defender a cidade do comunismo. Preocupadas em manter seu tatus político, social e econômico juntaram-se para garantir a preservação do projeto desenvolvimentista, então ameaçado.

#### **1.1 FABRICANDO O GOLPE**

Trata-se de compreender o fato - Golpe Militar de 1964 - também como fabricação das elites locais. Mesmo antes dos acontecimentos, as elites procuraram preparar a sociedade. Construindo a “teia do fato”, elaborando uma situação favorável para o desencadeamento do golpe militar. A “Revolução” foi entendida como redentora, vitoriosa, apagando outras prováveis propostas para a sociedade.

“(…) como processo revolucionário, revolução torna-se somente o estabelecimento do marco e de sua nomeação, despida o máximo possível de conteúdo e de divergências. A existência de várias propostas de revolução e o âmbito da luta em que se tentou sua efetivação, por sujeitos políticos concretos, perde-se na memória.

Este processo, como pluralidade de possíveis, momentos a indicarem cristalização diversas entre propostas concretas é elidido, para permanecer apenas o fato, esse fato.”<sup>8</sup>

Houve por parte das elites uma apropriação da idéia de “Revolução”. O poder local incorporou em seus discursos e ações a perspectiva do projeto vencedor. Legitimando no cenário político um novo poder. Retirando de cena outras alternativas políticas.

As manifestações públicas favoráveis ao golpe militar, ocorreram em Joinville desde o início do ano de 1964. Algumas na forma de cursos, palestras oferecidas por entidades como a União Cívica Feminina, outras organizadas pelo poder público da cidade, ou seja, pelo prefeito municipal em conjunto com outras entidades.

A imprensa teve um papel fundamental como articuladora e divulgadora destas manifestações. Não se pode esquecer que o jornal de maior circulação na cidade - A Notícia - era dirigido pelo então prefeito Helmuth Fallgatter, que apoiou abertamente o golpe militar. Este jornal incentivou em seus editoriais as várias manifestações que foram realizadas durante o mês de Março e Abril de 64, em defesa do golpe militar. Sob o título: “**Evolução e não Revolução**”<sup>9</sup> o jornal refere-se a “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade” ocorrida em São Paulo, dizendo que a Marcha foi uma demonstração da vontade popular em resolver os problemas do país e garantir a permanência das instituições democráticas. Em uma demonstração de claro incentivo para que a Marcha viesse a ocorrer em Joinville, como de fato ocorreu um mês depois, o comentário segue afirmando que o povo tem sempre o direito

---

<sup>8</sup> VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997. pág.138. O autor aprofunda o tema “A Revolução de trinta”, fazendo importantes reflexões sobre a apropriação posterior do fato, enquanto construção da “memória do vencedor”.

<sup>9</sup> Jornal A Notícia. Joinville, 22 de mar. 1964. “Evolução e não Revolução”. pág.08.

de ir às ruas expor sua opinião e sua vontade e que este é um direito garantido pela Constituição. Encerra afirmando: *“E é ouvindo o povo nas ruas quando ele se manifesta pacífica e ordeiramente, que os homens públicos devem colher inspirações para suas atitudes e seu procedimento (...)”*<sup>10</sup>.

O que o jornal não diz é que estas manifestações nas ruas tinham que ser a favor dos detentores do poder; tinha que ser em defesa dos valores burgueses defendidos pelos militares. portanto, não era um direito garantido a todos. O direito de livre expressão foi fortemente proibido no Brasil na década de 60 e 70. Falar em “povo na rua” criava a imagem de muita gente contra o “perigo comunista” e a favor dos militares no poder.

A Aliança Democrática Brasileira, entidade que foi criada em São Paulo, se fez presente organizando manifestações na cidade antes do golpe, eram chamadas de “concentração anti-comunista”<sup>11</sup>, de solidariedade e defesa das instituições democráticas e do Congresso Nacional. Os objetivos ligavam sempre a defesa da pátria e das tradições cristãs. Participavam como oradores destas manifestações políticas, os “homens influentes da cidade”<sup>12</sup>, todos defendendo os postulados cristãos, a liberdade e a Constituição. Em seus discursos atacavam o comunismo, chamando-o de “ideologia exótica” e apontando para questões que o mesmo os privaria.

O civismo, neste período, esteve sempre ligado com o religioso, com a afirmação de que é este sentimento que conduz o povo pelo caminho democrático. Aqui o jornal faz um paralelo entre a democracia e o cristianismo de vertente católica e compara as procissões da sexta-feira santa com o comício anticomunista:

---

<sup>10</sup> A Notícia. 22 de mar. 1964. “Evolução e não Revolução”. pág.08.

<sup>11</sup> A Notícia. 24 de mar. 1964. “Concentração anti-comunista”. pág.01.

<sup>12</sup> A Notícia. 26 de mar. 1964. “Realizada ontem concentração anti-comunista”. pág.01. Falaram no ato: Deputado Estadual Arno Encke, Vereador Norberto Simm, Dr. Francisco Mascarenhas, Sindicalista Ari Schubert e o jovem Ildo Campelo.



“(…) Tais manifestações de civismo e religiosidade num meio como o nosso tradicionalmente ordeiro e pacífico, onde a religião tem ainda prioridade na sensibilidade espiritual do povo, conduzem-nos à convicção de que aqui não podem medrar nem encontrar guarida as ideologias do extremismo e da violência, contrária àqueles princípios (…)”<sup>13</sup>.

Por estes motivos, diz a reportagem, não é possível existir lugar para pregações intolerantes que tragam perigo ou ameaça à democracia. Esta doutrina (o comunismo) não encontra ressonância junto a população, em função do seu apego aos valores cristãos.

Ação perfeita para preparar a cidade para o golpe militar de 31 de Março de 1964. Quando o mesmo acontece, esta minado o campo de possível resistência. A população já incorporou o ódio ao inimigo e na sua mente esta presente o fato de que é preciso salvar o país do caos. As forças políticas estão coligadas e articuladas para falarem a mesma língua, proferindo um discurso que soa com perfeita harmonia. Possíveis oposições são cassadas e presas antes que sua voz faça eco. Publicamente reina a tranqüilidade. Nos bastidores se articulam as forças e os rearranjos do poder são feitos.

Outras demonstrações de “civismo” em defesa da “Revolução” vão ocorrer após o golpe, agora com jeito de celebração da vitória. Assim, foram pensadas as manifestações de apoio ao novo mandatário da nação, o Presidente Marechal Castelo Branco, algo que marcou a cidade, que foi forte o suficiente para ficar na mente de cada um. Tudo que é forte e marcante permanece na memória. Dizia a nota no jornal:

“Joinville, por suas fábricas, onde se produz a riqueza e se constrói o progresso, e por seus templos onde se preservam e se afervoram os sentimentos religiosos do povo, participará também da manifestação programada em Brasília (...) por motivo de posse do novo Presidente (...). Essa manifestação consistirá em se fazerem ouvir por cinco minutos, (...) as sirenes das fábricas e os sinos das igrejas, dando ressonância à mensagem da era nova

---

<sup>13</sup> A Notícia. 29 de mar. 1964. “Democracia e Cristianismo”. pág.08.

que se inicia para o Brasil com a investidura do seu novo Supremo Mandatário. Não deve haver foguetório que se signifique extravasamento de sentimentos fúteis e talvez, vexatórios, mas sim um ato de regozijo cívico e de emoção patriótica, que seja ao mesmo tempo como uma ação de graça por ter o Brasil, sem o derramamento de sangue entre irmãos, conseguido libertar-se das agitações, da inquietude, das ameaças e dos perigos a que esteve exposto.”

14

Os símbolos do poder e do progresso estão ligados num só objetivo: a cidade unida em torno da festa da comemoração da posse do novo Presidente do Brasil. Homenagens que incluem o “bimbalhar dos sinos” e o “zunido das sirenes”, dando “ressonância à mensagem da era nova” que se indicava para o país.

É fascinante a tentativa de imaginar o que significou e qual foi a sensação para aqueles que caminhavam pela cidade e de repente por 5 minutos ouviram, sem saber direito o que estava acontecendo, os sinos e as sirenes tocarem incessantemente. Como deve ter sido glorioso para os que organizaram o ato; empresários, padres, pastores, prefeito, vereadores, e senhoras da UCF ouvirem e se sentirem ligados ao grande ato de comemoração em todo o país.

Poderes profanos e sagrados se unem numa demonstração de força de “patriotismo e civismo”. O que possibilitou a junção destas forças ?

No dizer deles: a salvação da nação em relação ao inimigo chamado comunismo; a abertura do país ao desenvolvimento; a defesa da moral e bons costumes cristãos. A nível local pode ser acrescentado, a permanência do poder nas mãos das mesmas elites, força política para os comandos do 13º Batalhão, a continuação da educação pautada na “moral cristã” e nos bons costumes, como pregavam as “senhoras bem nascidas”, a manutenção de um poder legislativo comprometido com interesses dos grupos econômicos locais.

---

<sup>14</sup> A Notícia. 15 de abr. 1964. “Com regosijo cívico e com emoção patriótica”. pág.01.

Possivelmente, a maior demonstração de apoio ao golpe militar e de homenagem as Forças Armadas em Joinville, tenha sido a organização da “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”. Nela identificamos inúmeras entidades patronais, de trabalhadores, igrejas, escolas, entidades de assistência social, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, enfim, o máximo possível de instituições comprometidas com a ordem. A marcha foi articulada pela imprensa e chamada por notas do próprio prefeito municipal. Todo o enfoque da Marcha era uma homenagem ao grande papel desempenhado pelas Forças Armadas durante a “Revolução de Março 64”.

Dizia uma das reportagens:

“Não podia o povo joinvilense ficar alheio ao grande movimento nacional de admiração e reconhecimento às Forças Armadas Brasileiras pela corajosa decisão levada à prática há poucos dias o patriótico objetivo de restaurar em sua plenitude as instituições democráticas que vinham sendo desvirtuadas e ameaçadas de aniquilamento pelo domínio que forças subversivas vinham exercendo sobre os quadros dirigentes, administradores e políticos do país (...)”<sup>15</sup>.

O “povo joinvillense” é entendido com o conjunto da população, que deverá prestar homenagens. Esta referência remete sempre a uma participação massiva. É a cidade como um todo, suas entidades recreativas, esportivas, culturais, são patrões e empregados unidos na defesa da democracia e contra o comunismo. Este discurso é homogêneo, não deixa espaços para pensar àqueles que não estavam participando da Marcha, os contrários.

Pelas notícias posteriores à Marcha, percebe-se, a presença de um grande número de pessoas com bandeiras e faixas representando as empresas onde trabalhavam. Pois bem, a Marcha foi realizada em horário comercial, em dia de trabalho. É possível desconfiar que os

---

<sup>15</sup> A Notícia. 19 de abr. 1964. “Povo de Joinville homenageará o Exército Brasileiro levando seu aplauso ao 13º BC”. pág.01.

empregados foram “liberados”, “convidados” a participarem da manifestação. Enquanto possibilidade, o discurso da “Revolução Gloriosa”, talvez tenha sido tão eficaz ao ponto de conseguir que os trabalhadores a assumissem como causa própria.

O comprometimento dos sindicatos dos trabalhadores com os ideais da “Revolução de 64”, pode-se verificar em várias ocasiões noticiadas pela imprensa. A presença e participação de sindicalistas em cursos, palestras, jantares e festas promovido pelo 13º Batalhão de Caçadores bem como suas presenças nos palanques de comemorações dos aniversários da “Revolução”. Os sindicatos de trabalhadores representavam, neste período, mais um ator social defendendo a “Revolução Gloriosa de 64”. Seu papel era de conciliar os interesses dos trabalhadores com aqueles que os patrões defendiam. Isto nos remete, possivelmente, à fragilidade organizativa dos trabalhadores, frente aos empresários e sua política de salários. Esta situação justificaria a tranqüila adesão ao movimento desencadeado pelos militares ? É preciso levar em conta todo o sistema corporativista criado pelo Estado militar para manter os sindicatos atrelados a estrutura autoritária.

## 1.2 O PODER POLÍTICO LOCAL E O GOLPE

Quando ocorreu o golpe militar, em 1964, Helmuth Fallgatter era o prefeito de Joinville. Governou de 1961 à 1966, e foi eleito por uma coligação de Partidos (PSD - Partido Social Democrático; PTB - Partido Trabalhista Brasileiro; PDC - Partido Democrático Cristão e PSB - Partido Socialista Brasileiro). Será baseada nas informações contidas na obra “**Partidos e Políticos em Santa Catarina**”<sup>16</sup>, que buscarei compreender a configuração política que o elegeu.

---

<sup>16</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. Partidos e Políticos de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1983.

O PSD era uma agremiação partidária fundada em 1945, que representava os interesses de grupos tradicionais ligados à burguesia agrária, isto a nível nacional. Em Santa Catarina, segundo o autor, a origem do partido está ligada à Aliança Liberal (uma dissidência do Partido Republicano Catarinense) e ao Partido Liberal que remete as “montagens políticas da família Ramos”<sup>17</sup>. Segundo o mesmo, o PSD em Santa Catarina foi criado à sombra do poder<sup>18</sup>, não acontecendo mudanças significativas, pois foi resultado de um arranjo do poder, exercido por Nereu Ramos no Estado. A configuração do PSD na década de 60 no Estado, não apresenta grandes alterações. Em 1958 assume a Presidência Estadual Celso Ramos (devido ao falecimento de Nereu Ramos) e Ademar Garcia, um empresário de Joinville, a Vice-Presidência.

O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), ligado a Getúlio Vargas, também nasceu em 1945 com a redemocratização, liderado por Saulo Ramos (membro da família Ramos). Em Santa Catarina foi um partido considerado pequeno que fez alianças com as chamadas grandes agremiações que sempre mantiveram influências sobre o mesmo, o PSD e a UDN<sup>19</sup>. Em 1959, Doutel de Andrade é eleito Presidente do Partido no Estado e Saulo Ramos se retira da agremiação, fundando a seção catarinense do Partido Social Trabalhista.

O PDC (Partido Democrático Cristão) também tem sua fundação em 1945 no Brasil e em 1946 em Santa Catarina. Fundado por um grupo de católicos, ligados à Congregação Mariana de Florianópolis. Segundo um depoente entrevistado pelo autor: “*Tudo girava em torno da concepção de que deveria existir um movimento partidário para fazer oposição ao comunismo (...)*”<sup>20</sup>. Procurava se constituir numa 3ª força - Solidarismo Cristão<sup>21</sup>.

---

<sup>17</sup> Idem, p.138

<sup>18</sup> Ibidem, p.144.

<sup>19</sup> Ibidem, p.170.

<sup>20</sup> Ibidem, p.184.

<sup>21</sup> Ibidem, p.185.

Helmuth Fallgatter, filiado ao PSD e ligado ao comércio local, Presidente da Drogaria, Farmácia e Laboratório Catarinense, derrotou o candidato da UDN, Paulo Konder Bornhausen. Representava a oposição, quando assumiu o executivo em 1961. No entanto, em 1964, quando ocorreu o golpe militar, adotou uma postura conservadora e se colocou a favor do regime militar. Esta opção teve, basicamente, duas razões: primeiro porque nunca representou verdadeiramente a oposição na cidade e segundo porque além de prefeito que poderia perder o cargo caso demonstrasse qualquer resistência ao novo regime, Helmuth comandava o maior jornal da cidade, “A Notícia”, que logo após o “31 de Março de 64”, saiu em defesa do novo regime instalado no país pelos militares.

Com o AI-2, a criação do bi-partidarismo, a fundação da ARENA e MDB, Helmuth Fallgatter mudou de posição no jogo político e, a partir de 66 filia-se à ARENA. Elege seu sucessor, afasta-se dos pleitos eleitorais, mas continua agindo nos bastidores da política de Joinville e no maior jornal da região.

Quando do golpe - o prefeito se manifesta ao povo de Joinville editando uma mensagem que foi publicada pela imprensa:

“Restaurada a tranquilidade no seio da família brasileira, pela remoção ou neutralização das causas que a perturbavam, não podia deixar eu, com a responsabilidade do cargo que me foi confiado, de expressar publicamente os mais profundos e fervorosos agradecimentos ao povo de Joinville pelo exemplar comportamento, de disciplina, compreensão e serenidade durante os angustiosos dias que a nação acaba de viver, através de grandes acontecimentos que graças a Deus, tiveram seu feliz desfêcho sem sacrifícios de vida, sem o derramamento de sangue entre irmãos.”<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> A Notícia. 05 de abr. 1964. “Mensagem ao Povo de Joinville”. pág.01.

Durante toda a mensagem, o prefeito faz uma análise dos motivos que levaram à esta situação e diz que foi necessário o levante armado para assegurar garantias à Constituição e as instituições. Na opinião do prefeito, o país precisa de um governo justo e honesto e conclama:

“(...) Mas também é indispensável que cada um de nós - o operário, o funcionário, o comerciante, o intelectual, o industrial - preste aos poderes públicos toda a colaboração, através do trabalho honesto, persistente e construtivo, uns e outros obedecendo rigorosamente ao critério mais justo e aos melhores princípios de consciência nas relações mútuas em que se fundamentam a vida da coletividade”.<sup>23</sup>

As palavras do prefeito, transferem para a sociedade a obrigação de tirar o país da crise e coloca todos como responsáveis pelo desenvolvimento que o Brasil deve atingir a partir do trabalho.

Outro importante elemento para se compreender a configuração política da época do golpe em Joinville é a Câmara de Vereadores. Esta também se posiciona a favor do golpe militar editando mensagens “ao povo joinvillense”, coloca-se como legítima representante da população. No entanto, quando se observa a Constituição desta Câmara, percebe-se que seus compromissos estão diretamente ligados aos setores industriais e comerciais da cidade. Poder legislativo e poder econômico andam de braços dados na “Manchester Catarinense” nas décadas de 60 e 70.

A primeira mensagem que a Câmara de Vereadores lança à população de Joinville, é escrita no dia seguinte ao golpe militar e vem assinada por dez vereadores.

---

<sup>23</sup> Idem.

“Nêstes instantes em que pela coragem e pela bravura da gente brasileira que sempre honrou às tradições da Pátria, e que luta pela preservação da democracia, escreve-se mais uma página da nossa história, confiantes na vitória das *fôrças da liberdade*, com o pensamento voltado para Deus, dirigimos nossa palavra de fê e de confiança aos joinvilenses e aquêles que aqui mourejam e lutam pela grandeza da nossa terra, na certeza de que estamos ligados por um só elo na defesa das instituições democráticas, fazendo valer no momento preciso a pujança e o ardor com os quais fizemos vanguardeiro êste pedaço de terra brasileira, bêrço dos nossos filhos, no concerto das comunas da Pátria. (...)”

(...) Esta salvação há de repor o nosso país ao seu verdadeiro lugar de honra, liberto da sanha demagógica e da dialética importada. E isto somente será possível, se estivermos unidos num só corpo e numa só alma, defendendo a família, a sociedade e as instituições que se encontram no centro da bandeira a cuja sombra marcharemos nesta hora tão grave e de tamanha responsabilidade para os destinos da Pátria. (...)

(...) Liberdade e justiça só encontraremos à sombra da lei. E a lei fora ferida num conflito de poderes provocado pelos que vieram à praça pública roubar a tranqüilidade da família brasileira. Aceitamos ao lado dos poderes constituídos o desafio, na certeza de que venceremos as fôrças do mal fazendo, mesmo que seja com sacrifício da própria vida, tremular no mastro da vitória a flâmula da Pátria. (...)

(...) Alertas na defesa da nossa terra, concitamos todos os joinvilenses para que mantenham a ordem e o respeito, resguardando o futuro dos nossos filhos à sombra da Liberdade e da Democracia.”<sup>24</sup>

O conteúdo da mensagem é permeado de referências à Deus, à Pátria, às forças da liberdade e “àqueles que aqui mourejam e lutam pela grandeza da nossa terra”. O trabalho como central no discurso, a cidade que trabalha e luta constantemente, reafirmando o discurso da laboriosidade tão cultivado em Joinville. Para os vereadores foi o entusiasmo vigoroso da

<sup>24</sup> A Notícia. 02 de abr. 1964. “A Câmara Municipal ao Povo de Joinville”. pág.01. Assinado pelos seguintes vereadores: Curt Alvino Monich (UDN - Presidente em Exercício); Guilherme Zuege (UDN - 1º Secretário); Konrad Kaesemodel (UDN - 2º Secretário); Eugênio Brüske (PRP); Evaldo Eichholz (UDN); Jacinto de Miranda Coutinho (PSD); Nilson Wilson Bender (UDN); Raulino Rosskamp (PRP); Reinaldo Gomes de França (PSD); Wittich Freitag (PSD). Devido as dificuldades junto as fontes tanto na Câmara de Vereadores como no Arquivo Histórico, não foi possível localizar quais os vereadores que não assinaram esta nota.



gente joinvillense que tornou “vanguardeiro este pedaço de terra” na luta em defesa da pátria. Para o legislativo, o que ameaçava o país era o “maldito comunismo”, que já havia destruído, segundo eles, “outros povos e outras terras”. Dizem os vereadores: “*os joinvilenses jamais negarão seu apoio para o fortalecimento das estruturas do majestoso edifício da liberdade e da democracia*”. Não devendo haver preocupação, aqui os comunistas não reinarão. Colocam-se como defensores da liberdade e da justiça e num ato de extremo populismo se colocam ao lado de outros poderes constituídos para vencerem as forças do mal “mesmo que seja com sacrifício da própria vida”. Discurso carregado de símbolos religiosos. A expressão “o sacrifício da própria vida”, remete ao Cristo na cruz e coloca todos como responsáveis pela salvação da nação, mesmo que seja necessário “doar” a própria vida. A “Revolução de 64” esta empregando o mérito da tomada de poder pelos militares como a única alternativa de salvar o país do caos e da desordem em que se encontrava ameaçado por um possível poder comunista. Esta idéia tão difundida antes do golpe leva seus adeptos a assumirem a causa como verdadeiros portadores da cura para todos os males da nação.

No final, os vereadores conclamam os joinvillenses para manterem a ordem e o respeito, para que seja resguardado o futuro de todos “à sombra da liberdade e da democracia”, um apelo para a passividade, para o permanecer em silêncio.

Em outra mensagem<sup>25</sup>, os vereadores, tendo a certeza de serem os legítimos intérpretes dos “anseios da laboriosa e ordeira população”, congratulam-se com as Forças Armadas por terem restabelecido “o verdadeiro regime democrático”. O objetivo desta mensagem é falar basicamente das questões ligadas ao trabalho, referindo-se especificamente aos direitos trabalhistas conquistados.

---

<sup>25</sup> A Notícia. 07 de abr. 1964. “A Câmara Municipal ao Povo de Joinville”. pág.01.

“(…) numa profissão de fé reafirmamos que os sagrados direitos dos trabalhadores são intocáveis; intangíveis, porque foi exatamente visando ao seu bem-estar que, numa hora oportuna, se uniram as forças democráticas e, convocadas pelos liâmes do sacrossantos ideais da liberdade, livraram-nos da nefasta influência comunista, geradora da desordem e da intranquilidade que prejudicavam o trabalho honesto de que tanto precisa o nosso país para prosperar e dar melhores dias aos nossos filhos.”<sup>26</sup>

Afirmavam que os direitos estavam resguardados. A soberania e autonomia dos trabalhadores estaria garantida, sem nenhuma intervenção de comunistas chineses ou russos.

Constantemente os vereadores frisam que o trabalho é a única maneira de defender, manter e desenvolver a democracia no país. E Joinville, uma “terra dadivosa e ordeira” encontra todas as condições necessárias para este desenvolvimento. A Câmara de Vereadores vai marcar sua presença com outros discursos, sempre exaltando a “Revolução” e o “povo laborioso de Joinville”.

### 1.3 OS USOS DO IMAGINÁRIO: ORDEM E PROGRESSO

A luta pela legitimação do poder pressupõe a construção de um imaginário<sup>27</sup>. Para Bronislaw Baczko: “(…) *todo o poder tem de se impor como poderoso, mas também como legítimo*”<sup>28</sup>. E o poder durante a ditadura militar colocou-se de maneira absoluta. Não permitia espaços de questionamentos. Foi um poder instituído pela força de um golpe militar e que necessitava ser legitimado. O imaginário construído em torno da “Revolução de 64” veio atender a esses objetivos. Oferecia uma solução para os problemas do país, apontando para um

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Compreendido como imaginário político, lugar de exercício e legitimação do poder.

<sup>28</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginário Social. In: Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1986, Vol. 5. p. 310.

novo futuro. Nas épocas de crise de poder se intensifica as construções dos imaginários sociais, eles vem dar legitimidade a uma nova estrutura de poder.

Uma fonte imprescindível para estudar a construção do imaginário da “Revolução” em Joinville, baseia-se no discurso jornalístico local. Tendo como fonte prioritária o Jornal A Notícia, que na época era o veículo de comunicação de maior circulação na região.

A imprensa constitui um agente importante na construção histórica da memória oficial, ou como diria De Decca<sup>29</sup>: da construção da memória do vencedor. Uma vez que além de produzir sentidos para os fatos, veicula as vozes que constituem os mesmos.

Mais do que porta voz dos discursos que criaram o imaginário político da época, a imprensa, e sobretudo “A Notícia” construiu, através de seus editoriais e reportagens este imaginário.

A imprensa no período da Ditadura militar está voltada à legitimar um poder que se institui no país pela força, portanto, que não possui legitimação junto a população brasileira. Faz-se necessário criar crenças que justifiquem a tomada de poder pela violência. Por exemplo a justificativa era que o Brasil sofria ameaças constantes dos comunistas. Para afastar este inimigo que ameaçava a paz foi necessário a tomada de poder pelos militares, para que se restabelecesse a ordem. Criou-se com este argumento uma crença, de que o Regime Militar salvou o país de um inimigo perigoso. O imaginário político construído com esta argumentação, foi o da salvação nacional por parte do Exército.

A pesquisa em jornais que efetivei até o momento, refere-se principalmente ao Jornal A Notícia, fundado em 1923 e de grande circulação na cidade de Joinville nas décadas de 1960 e 1970. O referido jornal de tradição conservadora, passou a ser dirigido a partir de 1956 pelo então empresário joinvillense Helmuth Fallgatter<sup>30</sup>, que juntamente com outros empresários

---

<sup>29</sup> DECCA, Edgar S. de. Silêncio dos vencidos. 3. e.d. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>30</sup>TERNES, Apolinário. História do Jornal A Notícia. 1923-1983. Joinville: A Notícia, 1983, p. 109.

influentes, como o senhor Baltazar Buschle e Wittich Freitag, passaram a responder pelo jornal.

Este grupo exerceu por um longo período 1956-1980, uma grande influência na imprensa local. Esses empresários foram homens públicos que exerceram o poder político participando em diferentes períodos da administração da cidade.

Baltazar Buschle foi prefeito de Joinville no período de 1956 a 1961. Wittich Freitag foi vereador em várias legislaturas e eleito em 1983 para prefeito, o senhor Helmut Fallgatter foi prefeito da cidade de 1961 a 1965.

Apolinário Ternes<sup>31</sup>, faz uma avaliação do Jornal A Notícia como de um “padrão jornalístico sóbrio” que manteve por muitos anos uma coerência ideológica que o credenciou junto a opinião pública catarinense. Na década de 1960, segundo o autor, o grupo acionista, deste jornal, tem seus interesses políticos bem definidos.

“(…) Na verdade, os 130 novos acionistas pertencem a partidos diferentes. Vamos ter nomes que se identificam com o PSD, com a UDN, com o PTB e com o PRP, de sorte que esta pulverização de correntes políticos, apesar da influência de alguns acionistas sobre os demais, não permite que o jornal se identifique mais acentuadamente com esta ou aquela corrente (…)”<sup>32</sup>

No entanto, Apolinário Ternes, vai analisar várias situações em que o jornal se posiciona claramente a favor do governo da situação, no decorrer da década de 1960 e 1970. Seu maior acionista com 34,6% das ações, o senhor Helmut Fallgatter, é o prefeito entre período 1961 e 1966, tendo sido eleito por uma coligação do PSD (Partido Social Democrático), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PDC (Partido Democrático Cristão) e PSB (Partido Socialista Brasileiro). Portanto a direção do jornal, bem como seu

---

<sup>31</sup> Idem, p. 110.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 115.

posicionamento não pode ser tão isento politicamente sendo dirigido por uma pessoa que exerce um cargo público, com sua linha política, claramente ligada aos partidos que estão no poder. Em 1984, referindo-se ao Jornal, o ex-prefeito Helmuth Fallgatter expressa com lucidez ter noção do importante instrumento do poder que dirige: “(...) o jornal é um veículo perigoso nas mãos de alguém que queira liquidar um município ou um povo, por isso eu me dedico ao jornal que pode transformar a cidade de um dia para o outro.”<sup>33</sup>

Com o golpe de 31 de Março de 1964, segundo análise do mesmo autor, num primeiro momento, na edição de 02 de abril de 1964, o jornal sai em defesa da constituição e da legalidade, como pode ser visto pelo posicionamento transcrito a seguir:

“A racionalização das posições políticas, das forças de oposição e das forças governistas, que se vinha acentuando dramaticamente nos últimos dias, assim como os constantes apelos, de ambas as partes, para levar ao envolvimento das forças armadas nas disputas políticas, conduziram finalmente a Nação ao pior, como se previa e como se temia.

De qualquer ponto de vista que se apreciam os dolorosos acontecimentos que se sobressaltaram o país desde o anoitecer de 3ª feira último, só se pode lamentar que a incompreensão e a intransigência tenham levando a esse impasse.

Não é este o momento, oportuno para voltar à análise das causas que nos trouxeram a esta perigosa crise, nem também para julgar as responsabilidades pelos acontecimentos. De qualquer forma, as suas conseqüências só podem ser mais nocivas e as mais ruinosas para o país, para a unidade da família brasileira, para o nosso esforço de desenvolvimento, para o crédito no exterior. Que tenhamos o consolo de que, passadas rapidamente essas horas conturbadas e de aflição e restaurada a tranqüilidade, se haja principalmente conseguido preservar as bases do regime democrático e evitar que dessa convulsão possa resultar o colapso dos princípios da democracia consagrados na Constituição da República”<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral da FURJ, no dia 24 de Setembro de 1984, a Dúnia de Freitas Toaldo. Encontra-se transcrita no Acervo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville.

<sup>34</sup>TERNES, Op. cit., p.192-193.

Já na edição do dia 04 de abril de 1964, o jornal publicava um extenso editorial avaliando a “Revolução” e sua posição frente a este acontecimento:

“Já estão plenamente restabelecidas a ordem, a lei e a tranqüilidade em todo o Brasil. O congresso não deixou de funcionar e elegeu rapidamente, sem dificuldades, o substituto do Presidente deposto, de acordo com os ditames constitucionais. As tropas já retornaram aos quartéis, onde estão, como sempre, vigilantes no cumprimento da alta missão que lhes incumbe.

O rápido desfecho do movimento armado, com a completa vitória da causa democrática que tinha por bandeira, e sem que se verificassem choques mais graves nem tenhamos a lamentar o derramamento de sangue entre irmãos, veio demonstrar que não só forças militares e as classes dirigentes, mas toda a nação estava preparada para a decisão corajosa.”<sup>35</sup>

Mais adiante, assinala o jornal a unanimidade da “Revolução”, colocando-se como defensor da mesma:

“Agora que se reafirmaram de maneira tão impressionantemente unânime a firmeza e a fidelidade dos sentimentos democráticos do povo brasileiro, na comunhão de dirigentes civis e militares, das classes populares e de suas legítimas representações nos poderes constituídos, afastados os perigos que ameaçavam o regime e até a soberania da Pátria, resta que tomemos os rumos do futuro conscientes da nossa força de povo capaz de realizar pacificamente, dentro da ordem constitucional e no respeito às tradições cristãs, a sua libertação econômica, a sua prosperidade e o seu progresso”.<sup>36</sup>

“A Notícia” manteve uma linha de total apoio aos governos militares e, segundo Ternes, o Jornal não teria maiores problemas com a censura, já que não assumiria posição crítica diante dos atos autoritários do governo.

---

<sup>35</sup> Idem, p.193.

<sup>36</sup> Ibidem, p.194.

O objetivo da imprensa, ao noticiar as comemorações, era fixar junto a população um sentido. Evidenciando o fato, trazendo para o presente sua força mobilizadora.

O imaginário passou a ser realimentado a cada comemoração do aniversário da “Revolução de 64”. Os conteúdos das reportagens eram carregados de entusiasmo e possuíam sempre um tom ideológico, na medida em que enfocavam o fato do Brasil ter se livrado do inimigo:

“O Brasil comemora, atualmente, o segundo aniversário da Revolução que, em 31 de março de 1964, afastou um perigo iminente, que ameaçava sua estrutura democrática. Hoje, analisando o acontecimento friamente vemos quanto estava perto o caos total, implantado em nossa Pátria por elementos subversivos”.<sup>37</sup>

Nestes momentos a cidade, através daqueles que representavam o poder político, o poder eclesiástico e militar, se manifestava de variadas maneiras, no sentido de criar e reafirmar os “ideais” desta “Revolução”. Estes acontecimentos eram permeados por discursos exaltados, que a imprensa reproduzia. A intenção era sempre de transmitir com euforia o que ocorreu como homenagens à “Saudosa” data. A impressão que se tem ao ler as reportagens é de que toda a cidade se voltava para este fato, tornando-o um acontecimento de grande dimensão e de importância indiscutível para a vida de todos aqueles que ali viviam.

Como nos discursos oficiais do governo, a imprensa de Joinville também reafirmava ter a “Revolução de 64” inaugurado um momento de liberdade no país. O papel da imprensa esta claro, é de fazer propaganda do regime militar, ela defende os valores da “Revolução”, chamado para uma conduta exemplar”.

---

<sup>37</sup> A Notícia. 01 de abr. 1966. “Uma Revolução Brasileira”. pág.02.

“(…) haja o que houver, a vitória será sempre nosso prêmio, enquanto a sagrada LIBERDADE existir, em todos os rincões.

Eis pois nossa mensagem de fé no futuro do Brasil, na bravura de nossa gente, na perseverança, na continuidade de nossa ‘democracia’, através de uma conduta exemplar, baseada na dignidade de cada um (…)”<sup>38</sup>

A “conduta exemplar” de que se fala aqui, está relacionada ao aceitar os “ideais da Revolução de 64” e é uma maneira de envolver a todos como responsáveis pelos caminhos que o país tomará daqui para frente. É a luta de todos contra um inimigo que ameaçava a “paz da nação”.

A existência de crise, os desequilíbrios sociais, as tensões existentes na própria estrutura da sociedade, requerem a construção e a manutenção de um imaginário político.

“(…) é nos “períodos críticos” que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração. Também não é à toa que eles parecem muito geralmente encontrar seu impulso motriz no interior de grupos, ameaçados ou oprimidos - ou sobre os quais pesa, em todo caso, um sentimento de ameaça ou de opressão.”<sup>39</sup>

Para construir o imaginário é necessário a crença que se funda no transcendental, no sagrado. E o sagrado tem o poder numa cultura como a brasileira, que é permeada de crenças e valores ligados ao cristianismo, “(…) no sagrado que o poder jamais cessou de encontrar o fundamento primeiro de toda a legitimidade”<sup>40</sup>. Isto vem acompanhado do poder de mobilização que envolve o mito. “É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que vincula de dinamismo profético, o mito ocupa

---

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> GIRARDET, Raul. Mitos e Mitologias Políticas. Companhia das Letras: São Paulo, 1987. p.180.

<sup>40</sup> Idem, p.190.



*um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções.*”<sup>41</sup>

Estes mitos políticos encontram ressonância e desenvolvem-se no interior de um grupo que sente seus interesses e seu poder ameaçado. No caso brasileiro da década de 60, a elite política, econômica e militar que sempre ditou as regras do jogo no país, sentia-se ameaçada por uma outra proposta de sociedade. Procuraram eliminá-la criando todo um aparato de situação revolucionária, uma situação de crise e de incertezas, fazendo surgir a necessidade da “salvação”, da construção de um imaginário da defesa nacional.

Um outro importante elemento no processo de construção do imaginário é a utilização de monumentos. Estes podem ser entendidos como símbolos que objetivam perpetuar o passado, mantendo viva a lembrança de um poder político. No dizer de Jacques Le Goff: *“O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado a memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.*”<sup>42</sup>

Dois exemplos podem ser citados para ilustrar como em Joinville também se utilizou de monumentos para este fim. Os decretos de criação desses “monumentos” acontecem em 1969, durante o governo municipal de Nilson Wilson Bender, que administrou a cidade de 1966-1970. Prefeito eleito pela União Democrática Nacional (UDN) e com apoio de parte do Partido de Representação Popular (PRP). Bender representava a continuação dos interesses conservadores ligados ao grupo empresarial da cidade, já que no momento em que foi eleito estava profissionalmente ligado ao grupo Industrial Fundação Tupy. O marketing de sua administração baseava-se na construção de “grandes” obras públicas, fundamentando-se no argumento de que isto fazia parte de novos métodos e novas práticas de administração. Ser um grande empreendedor, o credenciava a tonar-se um bom político.

---

<sup>41</sup> Ibidem, p.13.

<sup>42</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996, p.536.

As inaugurações deram-se em março de 1969, quando da visita do Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva à cidade. Para homenageá-lo, e conseqüentemente homenagear sua atuação frente o período de Ditadura militar, foi renomeado um bairro da cidade, passando a chamar-se Vila Costa e Silva<sup>43</sup>.

Outro ato foi a criação de um grupo escolar, conforme relata o decreto 1861/69.

“ O Prefeito Municipal de Joinville, no uso de suas atribuições, e considerando ser de justiça, ao ensejo do 5º aniversário da Revolução Democrática de 1964, se homenagear aquêle histórico acontecimento Cívico-Patriótico.

Decreta:

Art. 1º Fica criado a partir de 31 de março de 1969, o Grupo Escolar Municipal, (...) que se denominará Grupo Escolar Municipal “31 de Março” (...)<sup>44</sup>

Fixa-se por estes nomes, no imaginário popular, acontecimentos que tomam forma de vitoriosos, apagando outras imagens possíveis do mesmo fato.

São constantes nos discursos da época frases, palavras envolvidas de um caráter religioso, que possuem um forte apelo emocional junto aos leitores; termos como: “sagrada”, “mensagem de fé”, “profissão de fé”. Percebe-se aqui, o que Alcir Lenharo, chamou de “**Sacralização da Política**”. A Ditadura militar apropriou-se de signos e símbolos religiosos, bem como de uma linguagem que faz referência ao mítico: “Revolução Salvadora”, “milagre brasileiro”. Diz Alcir Lenharo:

“A progressiva armação da ditadura relembra uma escalada de violência por demais conhecida, responsável pela supressão das liberdades individuais e civis, pela ameaça física e psicológica, pela perseguição e tortura, pela corrupção e civismo, pela mentira da propaganda a espalhar a crença no progresso e na ascensão social como solução de toda ordem de problemas. Em

<sup>43</sup> CORRÊA, Maria Roseane, ROSA, Terezinha Fernandes da. (Coord.). História dos bairros de Joinville. São Paulo: Gráfica Círculo, 1992.

<sup>44</sup> Decreto Municipal nº. 1861/69. Arquivado na Secretaria do referido Grupo Escolar.

troca do desenvolvimento econômico e das gordas taxas do PNB impôs-se, persuasivamente, a supressão do exercício das liberdades civis, subsumidas como componente inerente ao progressismo, transfigurado em farra através da encenação político-religiosa do “milagre brasileiro”.<sup>45</sup>

As palavras, sem dúvida, possuem um forte significado. Os símbolos, aquilo que apela para o emocional, para os sentimentos, para as crenças, tem um forte poder para mobilizar, legitimar e defender. O poder repressor encontrou no apelo mítico um forte aliado para legitimar a Ditadura militar. Bronislaw BACZKO insiste no fato de: “(...) *os imaginários sociais não funcionarem isoladamente, entrando, sim, em relações diferenciadas e variáveis com outros tipos de imaginários e confundindo-se por vezes com eles e com a sua simbologia (por exemplo, a utilização do simbolismo do sagrado a fim de legitimar um poder).*”<sup>46</sup>

No artigo do Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, senhor Hermes Goldart Luiz Kaesemodel, eleito pela ARENA, percebe-se nitidamente este conteúdo mítico. Inicia a reportagem lembrando que esta data é para se comemorar o aniversário da “memorável revolução”, que expulsou do poder os “corruptos e subversivos inimigos de nossa Pátria”. Continua dizendo que o Brasil “renasceu” para os grandes destinos. No momento em que escreve: “*A pátria exigiu de cada um de seus filhos um sacrifício, que não lhe foi negado e que foi dado de boa vontade*”<sup>47</sup>. Traz a tona o martírio dos filhos da Pátria, sacrifício exigido pelo País, mas que foi recompensado pela expulsão dos inimigos. Sacrifícios estes, que impuseram a muitos a perda da liberdade, dos sonhos e da vida.

---

<sup>45</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2. ed. Campinas: Papiros, 1986. Alcir Lenharo estudou brilhantemente a década de 30 e o Estado Novo, refletindo sobre a sacralização da política, aprofundou as ligações entre o simbolismo religioso e o político na era Vargas, p.11.

<sup>46</sup> BACZKO, Op. Cit., p.312.

<sup>47</sup> *A Notícia*. 31 de mar. 1967. “31 de Março - Data Memorável”. pág.08.

O artigo tem ainda outros enfoques deste conteúdo ligado ao religioso, ao se referir à missa realizada em comemoração da passagem do terceiro aniversário, chama a “Revolução” de “Revolução Salvadora do Brasil”, aquela que salva dos pecados, neste caso do grande pecado - o Comunismo. E continua: “(...) *elevaremos nossas preces até o Altíssimo, agradecendo à Providência pelo feliz desenlace da Revolução e pelo rumo certo que estamos trilhando (...)*”<sup>48</sup>.

Em outra reportagem<sup>49</sup>, é anunciado o Exército Nacional como aquele que “salvou” a nação, todos os méritos são para os que “agiram com punho de ferro na defesa dos interesses da pátria”. Três anos após a “Revolução”, o Brasil já respira “a plenos pulmões e a poluição dos ares já foi filtrada”. Está aberto o caminho para o pleno desenvolvimento. “*Assim, o tema do Salvador, do chefe providencial, aparecerá sempre associado a símbolos de purificação, o herói redentor é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más.*”<sup>50</sup>

As referências às Forças Armadas repetem-se sempre que comemorado o aniversário da “Revolução”. Em 1970 é o prefeito Harald Karmann que se manifesta elogiando a ação daqueles que foram “*guardiãs indormidas da nossa segurança, sustentáculo do nosso regime, exemplo perene de civismo e acendrado amor a pátria (...)*”<sup>51</sup>. Segundo o prefeito o destino do país reencontrou seu verdadeiro caminho - o desenvolvimento.

Harald Karmann, nasceu na Alemanha, foi eleito prefeito em 1970 pela ARENA. Era médico e representava o segmento conservador dos políticos da cidade, sempre defendendo os ideais da “Revolução de 1964”<sup>52</sup>. Karmann aceitou assumir o executivo para conciliar

---

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> **A Notícia**. 31 de mar. 1967. “Hoje haverá missa comemorativa do 3º aniversário da Revolução”. pág.01.

<sup>50</sup> GIRARDET, Op. Cit., p.17.

<sup>51</sup> **A Notícia**. 31 de mar. 1970. “31 de Março”. pág.08.

<sup>52</sup> Entrevista concedida ao Laboratório de História Oral da FURJ, em 24 de Fevereiro 1982, à Professora Dúnia de Freitas Toaldo. Encontra-se transcrita na Acervo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville.

interesses dentro da própria ARENA. Em entrevista citada, disse não gostar de assumir cargos políticos. Sucedeu Nilson Wilson Bender, tendo feito um mandato tímido, sem destaques. Não fez sucessor, entregando o cargo a Pedro Ivo Campos ligado ao MDB.

O prefeito Harald Karmann refere-se na sua reportagem ao desenvolvimento que o país esta construindo após Março 64, desenvolvimento este possível graças a ação enérgica das Forças Armadas que tomaram o poder das mãos dos civis e colocaram o Brasil em outro caminho. O discurso do desenvolvimento e do progresso é recorrente em Joinville à muito tempo. Ele toma força após o golpe de 64 e a partir da década de 70, com o chamado “milagre brasileiro”. Se intensifica, e é proferido por vários segmentos da sociedade.

Diz o prefeito:

“(...) confiantes, pois, no surto de desenvolvimento a que estamos sendo conduzidos, reiteramos nossa solidariedade no govêrno da República (...) com a fé inabalável de que nossa pátria há de permanecer fiel ao lema inscrito em nosso pavilhão “Ordem e Progresso”<sup>53</sup>

Desenvolvimento conciliado com ordem, ordem imposta pela força do Exército Nacional, significando silêncio dos trabalhadores, tortura para aqueles que ousassem desafiar esta ordem e este progresso feito sobre a miséria de milhões de brasileiros. Progresso que excluiu a maioria da população e beneficiou uma minoria. Desenvolvimento à custa de uma eterna dívida externa. Em Joinville este desenvolvimento levou a cidade a crescer desordenadamente. As idéias desenvolvimentistas davam ênfase à questão econômica, industrial, tecnológica. Não entrava em discussão a qualidade de vida da população. O discurso da “ordem” e do “progresso” não deixava espaço para contestações.

---

<sup>53</sup> A Notícia. 31 de mar. 1970. “31 de Março”. pág.08.

Joinville alimentava um discurso de uma cidade que se constrói pelo trabalho, que se tornou a maior cidade do Estado devido ao esforço de sua gente, levando-a a adotar a denominação de “Manchester Catarinense”.

Na obra “**História Econômica de Joinville**”, de Apolinário Ternes<sup>54</sup>, aparecem constantes referências exaltando a cultura do trabalho e o perfil do povo trabalhador de Joinville, sempre afirmando que esta é uma herança da colonização germânica na cidade. Falando da industrialização, o autor escreve:

“É preciso enfatizar, contudo, que o fator decisivo para a industrialização de Joinville, especialmente a partir do fim da Segunda Grande Guerra, foi a existência de uma cultura joinvillense voltada para o trabalho, para o risco do empreendimento, para a certeza de que, com o trabalho e a disciplina, era possível (...) alcançar a independência econômica e a própria realização profissional/pessoal. Esta cultura do trabalho é da própria essência da história de Joinville, fruto exemplar da persistência, do trabalho e da ousadia das primeiras duas gerações de imigrantes.”<sup>55</sup>

Esta é uma imagem construída não só pela historiografia local, como também pelo empresariado e pelo poder público. É um discurso que perpassa a fala das lideranças e que ao longo da construção de Joinville encontra ressonância junto à população.

No período em estudo, década de 60 e 70, esse discurso encontra lugar adequado, já que estamos em pleno desenvolvimento da indústria na cidade e a mesma recebe nestes anos um grande contingente de migração, chegando a quase dobrar sua população em dez anos. Em 1960, a população era de 70.687 habitantes, já na década de 70, essa população cresce para 126.559 habitantes<sup>56</sup>. Este contingente vem em busca de emprego, já que o país vive o

---

<sup>54</sup> TERNES, Apolinário. História Econômica de Joinville. Joinville: Gráfica Meyer, 1986.

<sup>55</sup> Idem, p.164.

<sup>56</sup> Ibidem, p.200.

momento do chamado “milagre econômico”. Joinville apresenta um desenvolvimento industrial nas áreas de metalurgia, plástico e refrigeração, levando a um crescimento econômico local. Para se ter uma idéia de como Joinville cresceu na área industrial nas últimas décadas:

“Em 1954, informam dados do IBGE, Joinville possuía um total de 428 estabelecimentos fabris, com um total de 7.091 empregados. Dez anos mais tarde, em 1964, este número evolui para 473 estabelecimentos e 18.154 empregados. E em 1975, os números registram um total de 500 estabelecimentos fabris, empregando um total de 35.000 pessoas. Segundo dados da prefeitura municipal de Joinville, no ano de 1977, Joinville possui um total de 588 indústrias, as quais representam 75% da produção industrial da micro região; 28% da produção do Estado de Santa Catarina e 5% da produção industrial do sul do país.<sup>57</sup>

Mais tarde, já na década de 80, o resultado deste crescimento aparece de maneira assustadora. A cidade cresce sem a infra-estrutura necessária para abrigar o excessivo contingente de migrantes. Ocasionalmente desemprego e marginalização:

“Na verdade, o processo de industrialização desfigurou a cidade, poluiu os rios, comprometeu as áreas verdes, enquanto as populações emigradas foram se estabelecendo de forma desordenada, ocupando áreas não recomendadas para o uso habitacional. (...) A carência de áreas de lazer, a violência na área policial, a poluição do Rio Cachoeira, enfim, o quadro de desajustes é bastante amplo (...).<sup>58</sup>

No final dos anos 60 e início da década de 70, o discurso foi retomado, para manter a cidade disciplinada e sem “ações subversivas”, impedindo uma resistência. O país vivia um momento de fortes lutas contra a ditadura militar e pela redemocratização. Esta cultura do

---

<sup>57</sup> Ibidem, p.152.

<sup>58</sup> Ibidem, p.246.

trabalho deve ser incorporada pela população que recém chegou à cidade. Ternes refere-se a este contingente como “despreparado para a produção industrial”, necessitando de formação no ambiente de trabalho e afirma: *“Mas o clima, atmosfera de trabalho, de assiduidade, de disciplina, de mentalidade operária, esta será absorvida pelos novos operários (...)”*<sup>59</sup>. Ainda no entendimento do autor, a combinação das duas mãos-de-obra, a de origem germânica e a migrante, levará Joinville a industrializar-se de fato.

A propagação do discurso de Joinville como uma cidade organizada, com aparência de desenvolvida, onde as condições de vida são de boa qualidade é divulgada também fora do Estado de Santa Catarina. Em uma reportagem transcrita do jornal o “Estado de São Paulo” sob o título: **“Joinville: Afirmação do Progresso Catarinense”**<sup>60</sup>, a cidade aparece como bela, onde quase todos possuem casa própria, com belos jardins e janelas envidraçadas. É a própria imagem do progresso ligado à limpeza e à beleza dos jardins da “Cidade das Flores”.

“(…) Cidade essencialmente industrial que é com densa população proletária, surpreende pelo número de aficionados à arte, à cultura em geral e aos esportes. Nos postos-chaves da indústria e do comércio, nas profissões liberais, nos cargos administrativos e em outros setores de atividades encontram-se cultores das ciências e das artes, aos quais deve o município considerável soma de iniciativas que o elevam.”<sup>61</sup> (Grifo nosso).

Comenta a reportagem: que surpreende a quantidade de “elementos aficionados à arte e à cultura em geral”, já que Joinville é uma cidade industrial e com “densa população proletária”. Lugar perfeito, que não se torna desinteressante pelo fato de ser habitado por “proletários”, pois reina o interesse pelas ciências e pelas artes junto à população.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 201.

<sup>60</sup> **A Notícia**. 27 de fev 1964. “Joinville: Afirmação do Progresso Catarinense”. pág.01.

<sup>61</sup> Idem.



Após relatarem como se deu a colonização em Joinville e o quanto os colonizadores trabalharam para construir Joinville, encerram dizendo:

“(…) De que o exemplo de tal tenacidade foi bem aproveitado e seguro pelas gerações que os sucederam, não se têm dúvidas ao contemplar-se a bela Joinville que a cada dia cresce, colocando toda a força propulsora a serviço do engrandecimento do Brasil.”<sup>62</sup>

A origem do belo desenvolvimento está na colonização germânica e foi seguido por outras gerações. O discurso da laboriosidade, se refaz com a incorporação dos migrantes aos valores da cultura germânica.

Noticiando a realização de um curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), sobre segurança nacional, “A Notícia” comenta que o numeroso grupo que participa do curso, demonstra a sensibilidade e a maturidade que engrandece a cidade. A representatividade de diversos setores da sociedade evidenciaria o desejo de aprender e de colaborar. Segue a reportagem, elogiando o comprometimento da “nossa gente” com os anseios da nacionalidade:

“(…) Daí ser louvável a participação sempre expressiva de joinvilenses neste salutar movimento de esclarecimento, participação esta que evidencia ter a nossa gente afinidade com os anseios maiores da nacionalidade, justamente numa etapa da vida nacional em que mais se fazem necessárias demonstrações desta natureza e desta importância.”<sup>63</sup>

Este discurso de dedicação aos valores de nacionalidade, comprometimento com a ordem, são considerados literalmente quando alguma situação exige uma afirmação de que a

---

<sup>62</sup> Idem

<sup>63</sup> A Notícia. 01 de nov. 1968. “Segurança Nacional”. pág.01.

população da cidade mantém uma conduta de preservação da “paz”. Um povo tão dedicado ao trabalho e com a responsabilidade de colaborar com o progresso e o desenvolvimento do país, não se envolveria em ações que subvertessem à ordem estabelecida.

Em um discurso proferido pelo comandante do 13º Batalhão de Caçadores de Joinville, quando da visita do comandante da 5ª Região Militar de Curitiba, o mesmo enfatizou a respeito da segurança interna que “Joinville é uma cidade feliz”. Diz o comandante: “(...) *Seus trabalhadores e seus estudantes são imunes à ação dos elementos agitadores que tentam conturbar a vida do país.*”<sup>64</sup> Isto mostra que o discurso das elites da cidade não admite oposição, justificando qualquer ação contrária a sua vontade como externa aos interesses da cidade.

Enfocando a importância do trabalho, continua o comandante:

“Aqui se realizam as condições ideais que possibilitam o trabalho produtivo que constrói a grandeza do Brasil. Deve-se isto ao elevado grau de cultura e compreensão do seu povo, que vive inteiramente dedicado às suas atividades profissionais.”<sup>65</sup> (Grifo nosso)

Neste trecho, o comandante reafirma que Joinville é uma cidade que possui todas as condições para o desenvolvimento do progresso. Sua população dedica-se exclusivamente ao trabalho, insinuando, no meu entendimento, que esta mesma população não possuiria interesse por atividades ligadas ao campo político.

Verifica-se pelos relatórios do Departamento de Educação e Cultura da cidade de Joinville, que em 1967 funcionavam 7 cursos de alfabetização de adultos e tinha-se como

---

<sup>64</sup> A Notícia. 23 de nov. 1968. “Palavras Amigas”. pág.01.

<sup>65</sup> Idem.

objetivo ampliar o número de cursos no próximo ano<sup>66</sup>. Esta ampliação se daria através do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, criado pela lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967 que tinha como objetivo a “*alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos*”<sup>67</sup>. A existência de cursos de alfabetização de adultos e adolescentes demonstra que Joinville possuía analfabetos e que, portanto, a sua população não possuía um “elevado grau de cultura e compreensão”. Sobretudo nos anos 70, 71 e 72 os relatórios mostram que o número de alunos matriculados chegavam a mais de 1700 por ano, envolvendo 49 postos de cursos na área urbana e rural, nos períodos diurno e noturno<sup>68</sup>. Diz o relatório sobre o objetivo do MOBRAL em Joinville:

“(...) desde a sua instalação, vem atingindo os objetivos preconizados pela política educacional do governo revolucionário. Com a parcela de contribuição ao esforço de integração do potencial humano ao desenvolvimento nacional, Joinville está dimensionando as estruturas básicas deste processo evolutivo de forma a permitir que o analfabeto, o homem inculto, assimile novos conhecimentos e se amolde à imagem de realidade brasileira dos tempos atuais.”<sup>69</sup>

A educação nesse período estava muito ligado a possibilidade do homem se integrar à sociedade para contribuir com o desenvolvimento do progresso: “*O MOBRAL encontrou resposta no município de Joinville, que levando o conhecimento e a conscientização de direitos e deveres ao homem joinvillense, está contribuindo incalculavelmente para o*

<sup>66</sup> Relatório anual 1967 - Departamento de Educação e Cultura Município de Joinville. Fundo do Poder Executivo. Arquivo Histórico Municipal de Joinville.

<sup>67</sup> Ofício Departamento de Educação 346/71. O Arquivo Histórico de Joinville não possui os relatórios do Departamento de Educação e Cultura dos anos de 1968 e 1969, possivelmente foram extraviados impossibilitando que se tenha conhecimento dos números dos cursos ligados ao MOBRAL em Joinville.

<sup>68</sup> Ofício de Departamento de Educação 288/71.

<sup>69</sup> Todo o ensino através do MOBRAL tinha como objetivo preparar as pessoas para o trabalho e para o exercício do patriotismo, a intenção era disciplinar o aprendizado e conduzi-lo dentro dos ideais do “governo revolucionário”.

*desenvolvimento desta região.*”<sup>70</sup>

Este desenvolvimento estava ligado ao aumento de produtividade dos operários nas fábricas, após freqüentarem o curso do MOBREAL como relatou um industrial da cidade<sup>71</sup>.

O comandante da 5ª Região Militar, quando discursa também enfatiza a importância de Joinville no cenário nacional; enfocando o seu desenvolvimento econômico:

“(…) É realmente reconfortante para um brasileiro ver como Joinville se projeta, não só no cenário catarinense, mas também no cenário nacional.(…) Temos certeza de que num futuro próximo Joinville será a grande e poderosa - ‘Manchester’ Brasileira (…)”<sup>72</sup>

A qualificação de “grande e poderosa”, dá a Joinville um poder no campo econômico e político, levando, portanto, a cidade a um status de comprometimento com valores ligados ao desenvolvimento e ao progresso, não podendo, no entanto, apresentar situações que comprometam estas características e que possam ameaçar seu crescimento. Uma cidade onde, historicamente, a luta institucional dos trabalhadores, via sindicatos organizados, pouco interfere nas relações entre capital e trabalho. Uma cidade que, segundo o discurso das elites políticas-econômicas que exercem o poder é ordeira, disciplinada, comprometida com os valores do trabalho. Este comprometimento com a laboriosidade leva a um amortecimento na participação política. Na medida em que assimila padrões pacifistas de comportamento.

Em março de 1969, o Presidente Costa e Silva visitou Joinville e “A Notícia” transcreveu um artigo publicado no jornal “O Estado”, de Florianópolis, que citava os motivos da escolha de Joinville como modelo do Estado de Santa Catarina. Ressalta o artigo que a cidade é de trabalho, que prospera e produz, tendo o pensamento “voltado à construção da

<sup>70</sup> Relatório Departamento Educação 30 Março de 1972.

<sup>71</sup> Relatório Departamento Educação 30 Junho de 1972.

<sup>72</sup> Idem.

grandeza da Pátria”.

“(…) Mas o seu trabalho prossegue, elevando-se do braço do operário às chaminés das fábricas que não dormem, pois o Brasil de hoje já não pode mais esperar pela aceleração do progresso. Este tem de se processar firme e inabalável, nos verdadeiros ‘Termos de Brasil Grande’, finalmente desperto para a realidade do século em que vivemos e para o porvir que se nos apresenta (...)”<sup>73</sup>

A recorrência ao discurso da cultura do trabalho e disciplina, citando a questão étnica como fundamental, são constantes. O editorial do Jornal A Notícia clama pela participação da população às homenagens ao Presidente que visitava à cidade:

“(…) A participação do povo, assegurada com naturalidade pela própria índole étnica deve ser incentivada para que a curta permanência do ilustre visitante se revista de todo o brilhantismo e registre Joinville todo o seu sentimento de admiração e estima pelo preclaro Presidente (...)”<sup>74</sup>

A “índole étnica” aqui é colocada como o que diferencia o povo joinvillense dos demais. É a sua origem germânica que o torna merecedor de fervorosos elogios. Um povo feliz, dedicado ao trabalho, que não se envolve em ações políticas. Um povo que vê a história passar, enquanto trabalha continuamente.

Alguns trabalhos historiográficos recentes<sup>75</sup> procuram desmistificar este discurso, desconstruindo esta imagem de perfeição e mostrando as fissuras do mesmo, analisando que este “povo germânico” não se apresenta tão homogêneo em suas ações.

<sup>73</sup> A Notícia. 25 de mar. 1969. “Joinville o Brasil de Hoje”. pág.02.

<sup>74</sup> A Notícia. 22 de mar. 1969. “Roteiro do Presidente”. pág.01.

<sup>75</sup> COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: Tensões e controle (Joinville 1917/1943). Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1996.  
MEURER, Bellini. “Entre Flores e Manguezais”. A Construção do Real em Joinville. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1994.

## 1.4 ATORES DA ORDEM

Um dos importantes atores que contribuiu para a construção do imaginário da “Revolução de 64” foi o 13º Batalhão de Caçadores. Se instalou em Joinville em março de 1918. Tendo como um dos objetivos conter uma possível revolta de madeireiros na cidade. Segundo depoimentos, as serrarias, os patrões e empregados travavam uma briga. “*Então o pessoal que trabalhava nas madeiras se juntaram, se revoltaram e queriam quebra-quebra (...)*”<sup>76</sup> se fazia necessário um contingente do Exército Nacional para impedir a continuação da revolta, que segundo o mesmo depoimento não foi em frente. O 13º Batalhão chega com um propósito bem definido: garantir a ordem e impedir qualquer conflito trabalhista ou social. Já na década de 60, teve uma participação ativa na sociedade e nas discussões políticas em torno da questão da “Democracia” e da “Revolução de 64”. Ator social importante, manteve articulações com vários segmentos políticos, dividindo com eles, a cena da construção do imaginário político sobre a “Revolução Gloriosa”.

O 13º Batalhão de Caçadores, como um ator social, exerceu o papel de entidade pública que ajudava e organizava a sociedade. No sentido de obter e realizar melhorias básicas para a população mais necessitada, e manteve uma proximidade, criando vínculos de trabalho junto à população.

Por outro lado, este Batalhão estava constantemente preparado para eventuais conflitos que pudessem ocorrer no sentido de uma ameaça de grupos organizados de esquerda, como por exemplo: Guerrilha rural ou “tumultos civis”<sup>77</sup>.

Um outro aspecto que chama a atenção é a sua articulação com outros atores, tais como a União Cívica Feminina, a Associação Comercial e Industrial e os partidos políticos.

---

<sup>76</sup> Major Heryaldo Silveira Vasconcellos Filho. Entrevista concedida à Dúnia Toaldo de Freitas em 09 Novembro de 1982. Encontra-se transcrita na Acervo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville.

<sup>77</sup> A Notícia. 14 de jan. 1970. “13º BC fará exercício de controle de tumultos civis”. pág.08.

As forças Armadas, representadas aqui pelo 13º BC, são permanentemente exaltadas nos discursos das autoridades joinvillenses. Esta instituição representava a força que tomou o poder e livrou o país do “perigo comunista”. Além de possuir este forte apelo de autoridade máxima no país, representava também a repressão pela força, espalhando medo por onde passava.

Para estas autoridades a ordem estava ligada ao progresso, e nada melhor que uma cidade que possui um exército forte, que se fazia presente na vida social e comunitária para manter esta ordem e conjuntamente com as elites, políticas, econômicas e eclesiais construir um imaginário do desenvolvimento e do progresso, onde o poder não estivesse ameaçado por nenhuma força de oposição.

Mensagens de apoio foram necessárias, na medida em que se precisou criar um consenso em torno do golpe de 64. Enaltecer o Exército significava construir um herói para a “Revolução” e com isso manter enobrecidos os ideais de tal fato. O 13º Batalhão estava a serviço não só da “defesa nacional”, mas sobretudo estava protegendo os interesses e os bens das elites joinvillenses. Para as mesmas, a presença do 13º Batalhão nas ruas representava uma total segurança e a certeza de que seus operários não fariam greve, não paralisariam suas atividades profissionais para envolverem-se em conflitos políticos. Suas propriedades estariam protegidas contra possíveis ataques comunistas, afinal Joinville, pólo industrial, poderia se tornar local apropriado para agitações comunistas.

Muitas foram as ações para manter a cidade vigiada e sob forte proteção militar contra qualquer possível manifestação de “comunistas”. Como mostram algumas reportagens, por exemplo a de 05 de Abril de 64, na qual o prefeito Helmuth Fallgatter agradece ao 13º BC por realizar tão bem a tarefa de proteger a “família joinvillense” sem sobressalto algum durante os dias “conturbados” que o país acabou de viver<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> A Notícia. 05 de abr. 1964. “Agradecimento”. pág.08.

Em outra nota aparece a informação de que a segurança da cidade está zelada pelo 13º BC, que deslocou seu contingente para pontos estratégicos para melhor comandar a ação de segurança. Diz ainda a nota que esta é uma operação de rotina em tempos conturbados, não devendo a população se preocupar<sup>79</sup>.

Pode-se perguntar a partir dessas informações: Haveria efetivamente ameaça comunista no município, que levasse a tamanho esquema de segurança ? Talvez com a nota que publicou o comando do 5º Distrito Naval, dias após, possa ser compreendido o que preocupava os agentes da segurança militar na cidade. Estava em jogo, segundo eles, a Segurança Nacional, e não seria poupado esforços para que se mantivesse a ordem no país. A nota recomenda uma patriótica cooperação de todos para que seja evitado a necessidade do uso da força para garantir a paz nacional, deixa claro que se for necessário será assegurada a “qualquer custo e de qualquer forma”<sup>80</sup>. A nota refere-se ainda a atos de incitação à revolta que teriam sido praticados na cidade:

“(…) Incitar à revolta é crime, capitulado no Código Militar e foi cometido em público nesta cidade por pessoas bastante conhecidas, não só em discursos como também pelo aplauso e ostensiva concordância com esses oradores (...)”<sup>81</sup>

Por esta fala é possível perceber que a oposição ao golpe manifestou-se através de pessoas conhecidas na cidade. As prisões realizadas dias antes deste pronunciamento, foram de lideranças ligadas aos meios sindicais e de profissionais liberais.

A ação do 13º BC, mostra as elites da cidade afirmando que a paz em Joinville estava mantida, que esta era uma cidade ordeira e pacífica que apoiava a ação das Forças Armadas

---

<sup>79</sup> A Notícia. 02 de abr. 1964. “Zelando pela Segurança da Cidade”. pág.01.

<sup>80</sup> A Notícia. 10 de abr. 1964. “Nota do Comando do 5º Distrito Naval”. pág.01.

<sup>81</sup> Idem.



para a “conservação da democracia”. Mesmo assim, houve aqueles que de uma forma ou de outra fizeram oposição à instalação do Regime Militar.

Só na primeira semana após o golpe, o jornal registrou 28 prisões na cidade. Segundo o 13º BC as “*detenções foram feitas adotando-se critérios dos mais rigorosos, servindo de elementos para os mesmos registros secretos, tanto do Exército como da Delegacia de Ordem Política e Social (...)*”<sup>82</sup>.

Um outro indício de que os “comunistas” existiam em Joinville e marcavam presença no cenário político, pelo menos como ameaça à “ordem”, aparece em nota da Marinha publicada em Abril de 1964:

“O comando do 5º Distrito Naval está recebendo solicitações, pedidos e insinuações para que comunistas notórios desta cidade não sejam detidos e afastados da sociedade onde até hoje agiram livremente tentando destruir liberdades democráticas. Hoje se acobertam com imunidades e apêlos sentimentais pedindo clemência e contemplação.

Quando agitavam, conspiravam e compravam consciências com o dinheiro do povo não se lembravam dos filhos e dos pais (...).”<sup>83</sup>

A nota tem um tom irônico, desconsiderando provavelmente apelos de familiares que estavam ansiosos por saberem notícias dos seus, que foram detidos no início do mês de Abril de 1964 e em seguida levados para interrogatório em outra cidade (Florianópolis).

<sup>82</sup> Estes foram os detidos pelo 13º BC registrado no “A Notícia” de 05 de abr. 1964 “Várias detenções foram efetuadas em Joinville”. pág.01. Dr. Carlos Aduato Vieira (Adv.), Dr. Alfredo Darcy Adilson (ex. prefeito de S.F. do Sul), Romualdo Pereira de Deus (Presid. Sind. Arrumadores S.F. Sul), Abelardo Lopes da Silva (secretário do adv. Carlos Aduato), Humberto Isidoro Maia (func. Da Supra), Conrado de Mira (Sind. Joinvillense), Heitor Lobo e Ivan Kitto (exs. dirigentes da União Joinvillense Estudantil), Alceu Lopes (Estudante), Toribio de Oliveira, Matias Coelho Gomes e Ironaldo Pereira de Deus (todos de S.F. do Sul), Vitor Vidal dos Santos, Pedro Lucy e Ricardo Martins (todos de S. Bento do Sul), Walter Ferreira de Melo (Rio de Janeiro). Detidos registrados “A Notícia” no dia 07 de abr. 1964 “Proseguem as detenções em Joinville”. pág.08. Dr. Benjamim Ferreira Gomes (Delegado da SUPRA em SC), Estevão Emiliano Costa, Geny Caldeira, Manoel Lucas Quadros, Pulquério de Jesus, Nabor Dutra Paranhos, Osni Augusto Americano, José Januário de Oliveira, José Severino Cunha, Antenor Rivaldo da Silva, Ruberval Estanislav de Oliveira.

<sup>83</sup> A Notícia. 19 de abr. 1964. “Notícias da Marinha”. pág.01.

Muitas outras ações indicam a efetiva presença do 13º BC na vigilância e no combate a qualquer tentativa de oposição ao regime militar. Ele mantém uma articulação com setores conservadores dos sindicatos da cidade, promovendo palestras e cursos para os seus dirigentes. Participa em conjunto de atividades de cunho cívico social com a União Cívica Feminina.

Tudo que se noticia referente às comemorações da “Revolução de 64” tem o tom de manifestação alegre, festiva, com grande participação da população de Joinville principalmente àquelas promovidas pelo 13º BC, onde escolares se fazem presentes para palestras e assistem a demonstração de controle de “distúrbios civis”. Esta demonstração prossegue em forma de uma encenação teatral onde parte do efetivo do 13º BC representa um grupo de civis, com faixas e cartazes, “*procedendo a manifestações subversivas saiu às ruas (...) procurando perturbar a ordem pública*”<sup>84</sup>. A encenação mostra um pelotão de choque do Exército que chega e domina por completo os “agitadores” acabando com a manifestação.

Por esta pequena ação preparada para escolares, percebe-se o grau do conteúdo ideológico desta demonstração - os subversivos que perturbam a ordem pública são dominados pelo Exército - o herói que quer a paz.

Pela pesquisa realizada até o momento, não encontrei registros de manifestações públicas de oposição ao regime militar na cidade, tais como: passeatas, ato público, etc. Mas algo anunciava a possibilidade de alguma coisa próxima a isso, já que várias são as notícias referentes a treinamentos de guerrilhas e anti-guerrilha<sup>85</sup> realizada pelo Exército nas proximidades de Joinville, bem como exercício de “Controle de Tumultos Civis”<sup>86</sup>.

Pode-se argumentar que estas eram ações de rotina, mas é preciso dizer que se tratava

---

<sup>84</sup> A Notícia. 01 de abr. 1967. “Alcançou Brilhantismo o Programa sobre o Aniversário da Revolução”. pág.01.

<sup>85</sup> A Notícia. 21 de jun. 1970. “Soldados Encerram a 1ª Manobra: saíra outra”. pág.08. E no dia 19 de abr. 1972. “13º BC instrui Soldados contra Guerrilhas na Serra de Campo Alegre”. pág.08.

<sup>86</sup> A Notícia. 14 de out. 1970. “13º BC fará Exercício de Controle de Tumultos Civis”. pág.08.

de uma rotina extremamente preocupada com a vigilância aos civis e a qualquer oposição.

Poucos são os registros sobre a ACISO (Ação Cívico Social) do Exército. Esta ação pertencia ao “(...) departamento incumbido de atividades assistenciais, tendo em vista combinar o terror repressivo generalizado ao efeito suasório dos serviços de médicos e dentistas junto a uma população inteiramente desassistida”<sup>87</sup>. Sabe-se que a ACISO foi desenvolvida em Joinville porque aparece nos relatórios da União Cívica Feminina como sendo uma de suas atividades a participação em palestra realizada pelo 13º BC.

Estas atividades do 13º Batalhão estavam muito mais direcionadas no sentido de conhecer e vigiar a comunidade, do que de prestar assistência social à população. Estando próximos atendiam a dois objetivos: primeiro se colocavam ao lado do povo, “protegendo-os”, “defendendo-os”, trazendo a assistência para melhorar suas condições de vida conquistando de certa forma a confiança dos populares; e em segundo lugar poderiam conhecer e mapear possíveis situações que estivessem fora da ordem, localizar organizações de oposição, saber se havia “estranhos” na comunidade, enfim, uma vigilância que poderia marcar os passos de qualquer “suspeito”.

Um outro ator importante na manutenção da ordem e que contribuiu para a preparação do golpe na cidade foi a União Cívica Feminina de Joinville. As demonstrações de comprometimento com os ideais que norteavam o golpe militar de março de 1964, levou as mulheres da elite, “senhoras bem nascidas”, a fundarem esta entidade.

A articulação para a fundação da mesma, iniciou-se em janeiro de 1964, em uma reunião entre senhoras joinvillenses e representantes da entidade de Curitiba e São Paulo. O objetivo era discutir a instalação da sede regional da União Cívica Feminina em Joinville.

---

<sup>87</sup> GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p.210.

Diz uma participante da reunião:

“O objetivo da UCFJ é o promover e incentivar a participação da mulher brasileira, indistintamente de convicção religiosa ou partidária, na luta que já agora se trava abertamente em nosso país contra a revolução social, preparada e pregada abertamente pelos comunistas (...).”<sup>88</sup>

Aqui, a participante que o jornal não identifica, expõe com clareza o objetivo da entidade, a participação da mulher na luta contra a possível revolução social preparada pelos comunistas. Coloca que indiferente de crença ou cor partidária todas devem participar. Com o estudo mais aprofundado desta entidade é possível perceber que ela se constitui por uma classe social bem definida; senhoras da elite, com caráter religioso ligada a Igreja Católica e na sua maioria constituída por esposas de políticos filiados a partidos conservadores.

Colocam a situação como grave e clamam pela participação da mulher, como responsável pelo destino do país:

“(...) Seria de lastimar se a mulher joinvillense não demonstrasse capacidade de iniciativa, persistência e conhecimento da gravidade da situação, suficientes por merecer esta distinção de poder e desta forma contribuir eficazmente para oferecer a estes maus brasileiros uma reação em nosso Estado, da qual futuramente os seus filhos se possam orgulhar”<sup>89</sup>.

A União Cívica Feminina buscava a legitimação do golpe militar. Enquanto mulheres da classe média e da elite local, representavam uma força civil que poderia mobilizar outras forças da sociedade para a realização da tão propagada salvação nacional.

A UCF possuía uma grande rede de núcleos por todo o país. Depois de 1964 se ocupou com o serviço social e com realização de atividades cívicas. Organizada em São Paulo

<sup>88</sup> A Notícia. 29 de jan. 1964. “Poderá ser em Joinville a Sede Regional da União Cívica Feminina”. pág.03.

<sup>89</sup> Idem.

em 1962, visando o “esclarecimento” da opinião pública, a “defesa do regime democrático” e o “despertar à consciência cívica das mulheres”<sup>90</sup>.

Formaram-se grupos femininos de pressão que juntamente com outras entidades de caráter religioso e político, proporcionaram várias ações políticas contra o governo João Goulart e a favor da “democracia”. Manifestavam-se através de palestras, cursos, passeatas, pronunciamentos sobre os mais variados temas: política, doutrina social da Igreja, problemas ligados a economia brasileira.

Sua luta era contra os “comunistas”, seu principal alvo era a “ameaça vermelha”.

Criada com o objetivo de dar popularidade, de legitimar de criar uma base para as idéias “democráticas” do regime militar, a UCF tornou-se um dos principais pilares de sustentação do regime, no sentido ideológico de sua manutenção.

Em Joinville a UCF, foi registrada em cartório em 30 de Setembro de 1964, porém já mantinha suas atividades desde o início de 1964. Segundo seu estatuto os objetivos da entidade constituíam-se de:

- “1) promover e incentivar a educação cultural, moral e cívica;
- 2) desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social;
- 3) obter por meio de pesquisa objetiva e da livre discussão, conclusões e fazer recomendações que contribuam para o progresso econômico e o bem estar social de todos os brasileiros e para o fortalecimento do regime democrático no Brasil (...)”<sup>91</sup>.

Por estes objetivos pode-se perceber que a entidade procurava uma inserção junto à população, uma vez que se dispunha a promover uma educação de caráter cívico e cultural, educação dirigida para os valores de manutenção do regime militar.

---

<sup>90</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. p.294, s.s.

<sup>91</sup> Documentos do acervo da Câmara Municipal de Vereadores - Joinville - Filme 06 - Flash 28.

A entidade apresentava um cunho assistencialista, mantendo contato com a população carente e desenvolvendo uma atividade de caridade aliada a um trabalho de politização, objetivando o envolvimento dessas pessoas em atividades de civismo.

No terceiro item do objetivo da entidade percebe-se uma preocupação com a situação política e econômica do país. A entidade coloca-se como agente participante na medida em que se propõe a discutir e encontrar soluções que venham contribuir para a mudança do país, garantindo o bem estar dos brasileiros e assegurando o regime democrático.

A entidade se constrói como agente local, que tem sua base de atuação na cidade, agindo na esfera pública em conjunto com outros atores sociais, como a Igreja, a Prefeitura, as associações diversas, mas não perde sua dimensão nacional, ou seja, sua ligação e função principal: dar sustentação e legitimação ao regime militar que recentemente se instalara no país.

A UCF de Joinville tem como fundadoras senhoras casadas, constando como profissão: doméstica. Estas senhoras, são na sua maioria mulheres da elite econômica e política local, esposas de políticos e de empresários de renome na cidade.

Para se ter uma idéia de quem eram as mulheres que fundaram a União Cívica Feminina em Joinville, faz-se necessário relacioná-las aos seus maridos e algumas vezes aos seus pais. Estou tratando de uma entidade feminina, que não apresentava absolutamente nenhum caráter emancipacionista no que diz respeito a independência feminina, ou a libertação da mulher em relação ao homem. A UCFJ, era uma entidade criada para defender os valores conservadores da moral católica e aqueles diretamente ligados ao golpe militar de 64. Apresentava como tarefa a caridade e a assistência social, mas acredito, ser este um objetivo secundário que possibilitou o funcionamento da entidade por vários anos. No entanto, a essência da UCF em Joinville foi de caráter político e suas fundadoras representavam, por extensão, o poder político e econômico da cidade.

Possivelmente, a União Cívica de Joinville se constituiu em um grupo que foi mais influenciado do que influenciou. Elas representavam os interesses dos seus pais e maridos; assimilavam o discurso da “defesa da Revolução”, que era de consenso naquele momento junto as elites políticas e econômicas.

Não se pode negar que a partir do momento que se organizaram para defender interesses políticos e morais, tiveram um papel importante, sobretudo no que diz respeito a valores morais. Foram extremamente conservadoras e sua influência junto à população arrebatou muitos para a luta contra o comunismo.

Na lista de fundação da UCFJ identificam-se vários nomes conhecidos e que levam a compor, mesmo que parcialmente, um quadro que mapea estas senhoras.

Entre as fundadoras encontram-se:

- Marilu Colin é esposa de Pedro Colin, filho de tradicional família joinvillense ligado à política local e estadual. Pedro Colin é filho de João Colin que foi prefeito de Joinville.

- Ivete Bornhausen é esposa de Paulo Bornhausen, político que disputou o cargo de prefeito pela UDN em 1961 e perdeu para o candidato do PSD, o então prefeito Helmuth Fallgatter.

- Ruth Buschle, esposa do empresário Baltazar Buschle, dono de uma empresa ligado ao setor de metal-mecânica e ex-prefeito de Joinville.

- Iris Silveira Monich, esposa de Curt Alvino Monich, na época vereador eleito pela UDN, que foi presidente da Câmara de Vereadores por algum tempo. Iris era filha de Casimiro Silveira, que por sua vez era um industrial de renome na década de 60 na cidade e que a partir de 66 teve grande influência no comando da ARENA.

- Elisabeth Bender, esposa de Nilson Wilson Bender, na época ligado ao grupo empresarial Tupy, vereador e eleito em 1966 para prefeito em Joinville pela União Democrática Nacional (UDN).

- Helga de Loyola, casada com José Henrique Carneiro de Loyola, industrial ligado ao ramo têxtil, hoje (1997) é o vice-prefeito da cidade de Joinville.

- Nadir S. Enke, casada com Arno Enke, radialista e que foi deputado pela UDN.

- Marisa R. Schmidt, casada com Geertz Schmidt, presidente da Tupy naquele momento.

- Maria Irma G. Karmann, esposa de Harald Karmann, médico que se elegerá prefeito pela ARENA em 1970.

- Arlete S. Moeller, casada com João Júlio Moeller, dono do Hotel Tannenhof, importante estabelecimento do setor hoteleiro já na década de 60.

- Érica B. Gonçalves, esposa de Jota Gonçalves, radialista de renome, foi vereador pela Aliança Social Trabalhista e teve dois mandatos de deputado pelo Partido Social Democrático (PSD).

- Edla Jordan, casada com Felindo Jordan, comerciante local. Foi secretária do Bem Estar Social na Prefeitura de Joinville em 1975.

- Silvia F. Grossembacher, casada com Marcos Grossembacher, ligado ao comércio e filha do então prefeito Helmuth Fallgatter .

Por estas ligações percebe-se que a UCF de Joinville, possuía representações de vários setores da economia joinvillense, industrial, comercial, terciário, bem como de políticos ligados aos dois partidos de maior expressão na cidade a UDN e o PSD<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> Não foi possível detectar se havia como participante da UCFJ, mulheres de coronéis ou tenentes, enfim, que fossem ligadas de alguma forma ao 13º Batalhão de Caçadores.



A data de fundação oficial da UCFJ consta de 20 Abril de 1964. Em 1º/12/1965, a Prefeitura doa um terreno a entidade através de projeto da Câmara da Vereadores<sup>93</sup>. Em 30 de Novembro de 1971, torna-se entidade de utilidade pública<sup>94</sup>.

Três momentos distintos desta entidade podem ser observados:

1º) Antes do golpe preparando o terreno para tal, depois do golpe mantendo com convicção seus ideais, como informa “A Notícia”<sup>95</sup> a UCFJ, organiza a vinda de uma intelectual cubana à Joinville em fevereiro de 1964 para proferir palestras sobre Democracia. Esta atividade tem um peso forte no cenário de preparação do golpe. Acontece a um mês do fato de 31 de março e por ser uma professora cubana exilada, essa conferência ressoa como uma cruzada democrática. O evento registra convidados que representam as maiores autoridades da cidade<sup>96</sup>, sendo o convite aberto ao povo joinvillense, entidades estudantis e sindicais. Abril de 1964 - a data da fundação logo após o golpe militar de março de 1964. É o momento em que atua com maior força na cidade.

No segundo momento em 1965, a entidade já esta estruturada e continua se organizando, agora não apenas com atividades de cunho político, mas solicita uma sede própria para desenvolver ações assistencialistas, onde possa ministrar cursos voltados para a população carente.

Em 1971, evidencia-se o terceiro momento. A entidade torna-se de utilidade pública sem fins lucrativos, institucionaliza-se com entidade assistencial, com apoio da Prefeitura Municipal, mantendo vários convênios com outras associações.

---

<sup>93</sup> Lei nº 787 de 28/12/1965, sancionada pelo Prefeito Helmuth Falgatter (Documentos da Câmara Municipal de Vereadores - Joinville - Filme 04 - Flash 136).

<sup>94</sup> Projeto de Lei nº 93171, sancionada pelo Prefeito Harald Karmann (Documentos da Câmara Municipal de Vereadores - Joinville - Filme 06 - Flash 28).

<sup>95</sup> A Notícia. 26 de fev. 1964. “Professora Cubana fará Conferências em Joinville”. pág.08.

<sup>96</sup> A Notícia. 29 de fev. 1964. “Concorrida a conferência da Prof. Nélide Gormandia”. pág.08. Segundo esta reportagem compareceram à conferência: Monsenhor Sebastião Scarzello, Padre Raymundo Weizemann, Irmãs da Caridade da Creche Conde Modesto Leal, Vereador Norberto Simm, Capitão Inocente Xavier Alves, Prof<sup>a</sup> Esther Amim Ghamen e Prof. Rodolfo Meyer, Dr. Mário Nascimento, Dr. Jeser Faria, Dr. Nelson Wandel, Dr. Dieter Schmidt e outros.

Porém suas atividades políticas permeiam todos esses momentos, e seus pronunciamentos na imprensa são constantes, no sentido de se fazer presente, principalmente nos atos de comemorações da “Revolução de 1964”.

Pela passagem do 2º aniversário da “Revolução”, a UCF de Joinville, pronuncia-se na imprensa escrita, dizendo que acreditava e confiava nos valores da “Revolução” por que eram impulsionadas pelos sentimentos democráticos. Para a UCF a “Revolução” foi um movimento renovador que deu novos rumos à pátria. E, que inspirou a fundação da entidade. Dizem ainda que acreditavam no trabalho do povo joinvillense e chamam a cidade de “Grande colméia laboriosa”<sup>97</sup>.

Em 1967, quando a UCFJ comemora seu terceiro aniversário, o pronunciamento se faz no sentido de conclamar a participação das voluntárias em programas de desenvolvimento integrado, para que sejam rapidamente concretizados os “objetivos da Revolução brasileira”<sup>98</sup>.

As senhoras joinvillenses participavam constantemente da organização e da programação de atividades de demonstração de civismo, como a que noticia a coluna social de 15/08/1971<sup>99</sup>, quando da recepção do fogo simbólico da pátria, em uma cerimônia onde se apresentou a Banda do 13º Batalhão de Caçadores. Encerrando a atividade os “pequenos escolares” cantaram “Prá Frente Brasil”, uma plena demonstração do comprometimento com a Ditadura militar.

A participação da UCFJ se dava também em conjunto com a Prefeitura Municipal, como mostra o relatório de atividades 1969/1970<sup>100</sup>. Quando da instalação do MOBREAL na cidade, participa como integrante da Comissão Municipal do MOBREAL, assumindo a coordenação geral do programa. Outras atividades são realizadas em conjunto com o

---

<sup>97</sup> A Notícia. 01 de abr. 1966. “Acreditamos porque não somos cegas”. pág.02.

<sup>98</sup> A Notícia. 11 de abr. 1967. “Aniversário da UCF propicia ardente mensagem de civismo”. pág.01.

<sup>99</sup> A Notícia. 15 de ago. 1971. “Civismo”. pág.05.

<sup>100</sup> União Cívica Feminina de Joinville - síntese de atividades da UCFJ - Maio/1969 à Abril/1970 (Documentos da Câmara Municipal de Joinville - Filme 06 - Flash 28).

Batalhão de Caçadores local, como palestra sobre ACISO, em atividades com o SESI e outras ligados à cultura na cidade.

Outra entidade de classe que participou ativamente da construção do imaginário político da “Revolução de 64”, foi a Associação Comercial e Industrial de Joinville, utilizando o seu poder econômico para influenciar os caminhos políticos da cidade.

A ACIJ<sup>101</sup> - é uma entidade que representa os interesses do setor industrial e comercial de Joinville, fundada em 1911, devido ao importante momento que atravessava a economia da cidade, manteve-se como órgão que organizou e articulou o empresariado nos anos em que a economia de Joinville mais cresceu. No início da década de 60, ainda exercia a Presidência da associação o senhor Ademar Garcia, madeireiro e político ligado ao PSD (Partido Social Democrático), o mesmo partido que elegeu o prefeito Helmuth Fallgatter em 1961. Foi eleito em 1943, exercendo um mandato de 17 anos. E por sua influência política no Estado trouxe as instalações do SESC, SENAC e SESI para Joinville, entidades que passaram a “contribuir” para a preparação de mão-de-obra local.

A década de 60 é o período de avanço da industrialização em Joinville, necessitando de mão-de-obra especializada para suas novas fábricas, preparada técnica e ideologicamente para trabalhar.

Nesta época a ACIJ, exercia funções ligadas ao poder municipal, no que diz respeito as melhorias para o desenvolvimento das indústrias na cidade e região (energia elétrica, abastecimento de água, instalação de linha telefônica e outros). Isto graças as influências políticas de Ademar Garcia e do então deputado Lauro Carneiro de Loyola. De 1961 à 1966, a entidade foi presidida pelo empresário Roberto Stein e, pelo madeireiro Hans Peter Stein não registrando grandes mudanças na associação.

---

<sup>101</sup> Os dados referentes fundação, composição e funcionamento desta entidade foram obtidos junto ao livro História Econômica de Joinville, de Apolinário Ternes (Op. Cit.).

A ACIJ, se colocou ao lado de instituições que assumiram o discurso do golpe militar:

“(...) As classes Produtoras de Joinville declaram que estão cômnicas de suas responsabilidades, e que procuraram contribuir, dentro de suas possibilidades, para que as medidas saneadoras que serão tomadas pelas autoridades constituídas sejam coroadas de êxito, libertando desta forma nossa querida pátria completamente dos dois flagelos que a atormentavam, do comunismo e da inflação”<sup>102</sup>.

Para o empresariado da época, a preocupação não era só com a ameaça ideológica do comunismo. Seu discurso continha uma crítica em relação à inflação. O que não os impedia de acumular riquezas. O fato do país estar vivendo com altas taxas inflacionárias lhes dava elementos para argumentar. Uma corrente de empresários católicos “defendia” o “capitalismo humano” e possuía um discurso de preocupação com a questão social. Estes empresários discursavam embasados no fato de que se a inflação baixasse melhorariam as condições de vida da população. Na verdade a luta era contra o comunismo que poderia ameaçar suas riquezas.

A partir de junho de 1964, muda o comando político da entidade, que agora passa a ser presidida por Hans Dieter Schmidt ligado a UDN (União Democrática Nacional), que altera o estilo e o ritmo de participação da associação. Dieter Schmidt, empresário com influente carreira no meio catarinense, entendia a ACIJ como entidade de classe que deveria ter grande dimensão política, ainda que não partidária. Segundo ele, por se tratar de uma cidade de grande porte econômico, suas classes produtoras deveriam representar o moderno, o progresso. Constituindo-se, desta forma, em uma força política e econômica no Estado.

Como o poder exige “glamour”, e deve mostrar sua força a começar por suas instalações físicas, a ACIJ passa a dedicar seus recursos e esforços à construção de um prédio

---

<sup>102</sup> A Notícia. 18 de abr. 1964. “Declaração da Associação Comercial e Industrial de Joinville”. pág.08.

moderno, “que efetivamente marcasse a cidade”<sup>103</sup>. A classe empresarial passava a assumir um novo papel no cenário político local. Com a instalação do regime militar o discurso era o do desenvolvimento e do progresso. A classe que representava esta força produtora, capaz de propiciar ao país uma geração de riquezas antes nunca vista, teria que se instalar de forma a mostrar sua força econômica e sua opção pelo moderno, pelo novo. Agora o símbolo do poder econômico marca o centro da cidade. Historicamente o poder é marcado com grandes edificações.

Hans Dieter Schmidt exerce a presidência até 1966, sendo substituído por Felinto Jordan que permaneceu no comando da entidade até maio de 1969.

Em julho de 1970 é inaugurado o “Edifício Manchester” com a presença do Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto. Concretizava-se o objetivo de 1964: ACIJ torna-se uma entidade moderna, representa o capital da cidade e se constitui como uma forte força política. Na década de 70, Joinville passa por grandes transformações no que se refere ao crescimento populacional, devido ao grande contingente de migrantes que vêm em busca de trabalho nas grandes indústrias que estão se instalando.

Para administrar uma cidade que cresce, onde o acúmulo de riqueza é estrondoso, faz-se necessário uma classe dirigente bem organizada e estrategicamente articulada, para manter sob seu domínio, os trabalhadores. Desta forma ficam afastadas quaisquer possibilidades de ameaça ao desenvolvimento.

Por toda a década de 70 a ACIJ mantém um mesmo padrão de direção em sua entidade - modernizar e desenvolver. Assumem a presidência os seguintes empresários joinvillenses: 1972/74: Etiene Arnaldo Douat; 1974/76: Udo Döhler; 1976/78: Osvaldo Moreira Douat; 1978/1980: Norberto Cubas da Silva.

---

<sup>103</sup> Este prédio se localiza no centro de Joinville e chama-se Edifício Manchester, na época o maior e mais moderno da cidade, com onze andares e o 1º com elevador em Joinville.

A ACIJ coloca-se, em seus discursos, como uma entidade voltada para os interesses comunitários, construindo desta forma uma imagem de associação que prima pelo bem de toda a sociedade. Suas reivindicações na área de serviços públicos, adquirem um tom de melhorias para a cidade, mas a entidade está preocupada na obtenção de recursos públicos para a instalação de suas indústrias, nas condições básicas à manutenção e funcionamento de suas fábricas e lojas comerciais.

Revezam-se na direção da associação empresários que representavam os mesmos interesses e que por várias vezes pertenciam a uma mesma família de grande poder econômico na região. Suas ligações com o poder municipal, Prefeitura e Câmara de Vereadores se dão claramente por articulações políticas. Eram os grupos econômicos que financiavam as campanhas eleitorais, muitas vezes elegendo seus representantes para o legislativo e para o executivo.

A construção do imaginário de uma cidade laboriosa, ordeira e feliz atende perfeitamente aos interesses da ACIJ. Joinville é lugar onde o capital se desenvolve plenamente sem sofrer com revoltas ou agitações operárias. Esta harmonia entre as classes, como quer a ACIJ, é perfeitamente questionável, porém é inquestionável o poder de manipulação desta idéia.

Ao lado dos vários atores já citados aparece ainda o papel desempenhado pelo Poder Eclesiástico em Joinville, como legitimador da Ditadura. Principalmente, a Igreja Católica que tinha no seu representante Dom Gregório Warmeling, a maior expressão de liderança. Bispo recém-chegado na cidade, de uma formação conservadora, manifestava em seus discursos total apoio a “Revolução de 64”. Sua presença é constante nos palanques de comemorações da “Revolução”.

Quando se realizou a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, D. Gregório proferiu um discurso enaltecendo as Forças Armadas e referindo-se aos novos caminhos assumidos pelo Brasil:

“É com este espírito otimista, com os olhos voltados para o futuro da Pátria, é com prazer que falo nesta hora em Joinville cumprimentando as Forças Armadas, corporizadas neste 13º B.C, patrimônio da cidade (...).

(...) Se em outras épocas houve motivos bastantes para bater palmas à bravura das forças armadas, não menos fortes são as razões que hoje nos levam a reverenciar as Forças de Terra, Mar e Ar.

E confesso o meu pecado: - Tinha perdido a minha confiança nas Forças Armadas. Não cheguei a compreender aquele silêncio irritante. Mas reafirmo hoje a minha inteira confiança às Forças Armadas pelo brilhantismo com que se portaram. Mas estou em dizer que se as Forças Armadas se levantaram, é porque já encontraram levantado e armado o espírito democrático no Brasil.”<sup>104</sup> (Grifo nosso)

Segundo D. Gregório as Forças Armadas responderam a uma necessidade da sociedade brasileira, saíram em defesa da democracia que estava ameaçada. Refere-se ao comício que aconteceu em 13 de março de 1964, quando diversas forças políticas defendiam as Reformas de Base propostas por João Goulart. Cita também a participação da mulher brasileira como louvável, ao sair as ruas “defendendo sua família e a Pátria”. Mas adiante afirma: “*O Brasil estremeceu. Estremeceu e pensou. Pensou e agiu. Reascendeu-se todo, todo o seu cristianismo, a sua fé, a sua fibra quando viu a sua Pátria ameaçada (...).*”<sup>105</sup>

O discurso é permeado pela idéia do perigo, da ameaça que fere a família brasileira e os valores cristãos. A Igreja assumiu a defesa da ordem. Condenando práticas contrárias aquilo que a “Revolução de 64” pregava. D. Gregório chamou atenção para o fato de que não bastava lutar contra o comunismo. O Brasil precisava implantar estruturas justas e humanas favorecendo os mais necessitados.

<sup>104</sup> A Notícia. 26 de abr. 1964. “É inútil gritarmos contra o comunismo se não dermos ao Brasil estruturas mais Humanas e cristãs”. pág.01 e 02.

<sup>105</sup> Idem.

Este discurso mereceu atenção por parte de “A Notícia”. Sob o título “**Por Cristo e pela Pátria**”, o editor comenta que as palavras de D. Gregório foram inspiradas nos sentimentos de patriotismo e cristianismo mostrando o caminho para aqueles que desejarem construir um “Brasil grande e feliz”. Diz o comentário:

“Se houvesse necessidade de mais definição dos sentimentos que inspiraram a Marcha da Família com Deus, através da qual o povo de Joinville manifestou de modo impressionante o seu aplauso e o seu reconhecimento às forças armadas pela sua atitude de libertação e salvação do Brasil democrático e cristão, nenhuma interpretação, cremos, teria sido mais feliz do que aquela nos foi oferecida pelas palavras de Dom Gregório Warmeling, no remate emocionante da empolgante manifestação.

Na sua oração foi o ilustre prelado ardoroso e vibrante ao saudar os soldados brasileiros pelo grande feito que veio restaurar para a pátria as perspectivas de um futuro tranqüilo de ordem, de trabalho, de paz e de progresso.

Foi justo na distribuição das responsabilidades entre todos aqueles, de todas as classes, de todas as posições sociais, que, por ação ou omissão, faltaram aos seus deveres e contribuíram para que se criasse a situação de ameaça e de perigo a que o país esteve exposto.”<sup>106</sup>

O comentário se refere ao posicionamento de D. Gregório como justo, na medida em que não acusa diretamente ninguém pelos rumos que o Brasil tomou e chama à responsabilidade todos os segmentos da sociedade.

Sempre que um membro eclesial, bispo ou padre se fazia presente nas comemorações do aniversário do golpe de 64, estavam assumindo publicamente que a Igreja era a favor da ditadura militar com todos os seus desmandos políticos. E não foi só a presença física dos líderes da Igreja Católica que demonstrou sua opção pelo regime militar, o discurso destas autoridades sempre foi conservador e em defesa da moral cristã, da ordem e dos “bons costumes”.

---

<sup>106</sup> A Notícia. 30 de abr. 1964. “Por Cristo e pela Pátria”, pág.08.



Na década de 60, em torno de 65% da população de Joinville, era católica<sup>107</sup>. Isso significava um grande rebanho de fiéis a ser conduzido pelo “caminho do bem”. Dom Gregório assumiu o Bispado da Joinville em 1957 e foi recebido na cidade com grandes “pomposas e circunstâncias”. Se destacou pelo seu papel conciliatório:

“Dono de competente e claro discurso, o bispo de Joinville conseguiu vencer duas décadas e meia de grandes transformações políticas e sociais, num centro relativamente explosivo como o pólo industrial do Norte Catarinense e do Vale do Itajaí, sem que mais estivesse a sua igreja ou a sua pessoa envolvida em polêmica política, ou acusado de incentivador de práticas teológicas mais avançadas. Nem conservador emperdenido, nem engajado na chamada Teologia da Libertação, o bispo Dom Gregório no entanto tem se mantido como um correto condutor de almas, inspirando os milhares de religiosos sob a sua orientação a cultivarem a sabedoria, mas sempre difícil opção do meio termo, isto é, dos avanços progressivos, sem os excessos do radicalismo que hoje dificultam e criam embaraços para a ação da igreja.”<sup>108</sup>

Por último, aparece como ator social importante na defesa dos ideais do golpe de 64 a Câmara Júnior de Joinville que manifestava-se constantemente no jornal, fazendo referência ao “trabalho profícuo e perseverante” dos joinvillenses e dizendo que o povo de Joinville soube enfrentar a situação de crise permanecendo “firme em suas atividades cotidianas”<sup>109</sup>.

Com caracter assistencialista e beneficente, outro representante do poder econômico, o Lions Clube, também expressou apoio à ação das Forças Armadas<sup>110</sup>. Qualificando sua atuação como heróica, afirma que a mesma restaurou o respeito à lei suprema e demonstrou ao mundo em geral um expressivo testemunho de seus sentimentos cívicos e patrióticos.

---

<sup>107</sup> Censo demográfico - 1960 - Santa Catarina - IBGE.

<sup>108</sup> A Notícia. 25 jul. de 1982. “Dom Gregório”. pág.02.

<sup>109</sup> A Notícia. 04 de fev. 1964. “Câmara Júnior de Joinville - comentando”. pág.02.

<sup>110</sup> A Notícia. 16 de abr. 1964. “Lions Clube de Joinville. Manifesto de Aplausos e Solidariedade”. pág.08.

## II CAPÍTULO

### **2. A OPOSIÇÃO NO COMANDO DA CIDADE**

Tenho como objetivo, neste capítulo, trabalhar a década de 70, enfocando as administrações de Pedro Ivo Figueiredo de Campos e Luiz Henrique da Silveira. Prefeitos eleitos pelo MDB, representavam a oposição, tanto a nível local como ao regime instituído no país em 1964. Estudar estas administrações, mostrando as mudanças que ocorreram a nível local, no que se refere aos projetos populares desenvolvidos na área social. Perceber como se manteve durante a década de 70, o discurso de desenvolvimento e progresso e a continuidade do projeto político que não possibilitava alterações estruturais no país. Finalizo apontando questões relativas aos incêndios ocorridos no final da década de 70 quanto a implicações, interpretações e conseqüências.

A partir de 1965, com a extinção dos partidos e a criação do bi-partidarismo se altera a história dos partidos políticos no Brasil. O Ato Institucional nº 2 criou uma situação favorável à ditadura. A ARENA (Aliança Renovadora Nacional) era o partido que dava sustentação ao governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) tinha como tarefa fazer oposição, sem contestar o regime. Neste capítulo, será trabalhada a idéia de oposição como sendo parte do sistema criado para manter a ditadura, legitimando e sustentando o regime militar.

O sistema bi-partidário, tinha objetivos bem definidos:

“De um lado, a necessidade de manter e fortalecer a articulação política das forças sociais heterogêneas que compunham o bloco histórico que preparou e liderou o golpe de Estado de 1964 e, em seguida, dirigiu a implantação da república institucional. De outro, forjar uma “visibilidade democrática” desta república no exterior, especialmente nos Estados Unidos, nas nações capitalistas avançadas da Europa e no Japão, que precisavam dessa visibilidade em seus circuitos políticos internos.”<sup>111</sup>

Prof. Florestan Fernandes, afirma que estas categorias nada tinham a ver com qualquer “projeto político democrático”. Serviam antes para justificar a luta contra o comunismo. Com o sistema bi-partidário, procurava-se manter a ditadura militar como um regime que preservava as instâncias democráticas institucionais. *“O “Ideal” de restaurar a democracia no Brasil possuía evidente teor mistificador e propagandístico; e a busca de “condições seguras” para a prática democrática-burguesa se realizava, de fato, através da ditadura, que restabelecia a vigência e a eficácia das condições políticas da democracia restrita”*<sup>112</sup>. Neste sentido o “ritual democrático”, com existência de partidos e de eleições, servia apenas para cada vez mais centralizar o poder nas mãos de uma elite e evitar a mobilização da sociedade civil. A “revolução” possuía sua própria legitimidade - restaurar a democracia no país. Para isso excluía qualquer recurso efetivamente democrático e procurava a institucionalização da ditadura como uma “normalidade” institucional, tendo como objetivo duas questões:

---

<sup>111</sup> FERNANDES, Florestan. A ditadura em questão. São Paulo: T.A Queiroz, 1982, p.59.

<sup>112</sup> Idem.

“1) reduzir a distância política de suas bases econômicas e sociais, tão mal soldadas no bloco histórico do poder; 2) diminuir ou neutralizar os riscos de um isolamento político dentro da nação. Com isso, lograva articular pontos de apoio às sucessivas políticas dos generais-presidentes, compensando seu desgaste crescente previsível e, o que é deveras mais importante, fixava o “plano parlamentar”, com a anuência tácita da oposição, com *área de choque legal e reciprocamente consentida*, de enfrentamento político com as forças sociais divergentes.”<sup>113</sup>

Além destas questões, o sistema partidário durante a ditadura militar serviu como um “sistema de amortecedores” e de “mobilização cooptada”. A política continuava, embora bastante restrita, conseguindo manter os possíveis descontentamentos dentro de uma oposição vigiada, “que pretendia antes purificar a república institucional que destruí-la”. A intenção era de melhorar o sistema vigente e não liquidá-lo por completo, opor-se moderadamente e manter o sistema funcionando. Porém, esta oposição consentida foi ganhando campo na medida que aglutinava no seu interior forças democráticas<sup>114</sup> que pela via eleitoral iam conquistando novos espaços. “*A oposição consentida redefiniu-se no campo eleitoral, ganhando assim uma consistência política que não entrava no cálculo político inicial da ditadura e adquirindo uma voz política que soava ao renascimento de um confronto.*”<sup>115</sup>

O Prof. Fernandes apresenta e analisa como o MDB lidou com a insatisfação popular e atuou como amortecedor, impedindo confrontos diretos com a ditadura. “*No entanto, por seu próprio crescimento quantitativo a insatisfação popular converteu-se em fator político atuante e compeliu o MDB a mudar gradualmente seu posicionamento e seu rendimento político.*”<sup>116</sup>

<sup>113</sup> Ibidem, p.60.

<sup>114</sup> Integrantes de Partidos clandestinos que passaram a atuar legalmente no MDB e os novos personagens que na década de 70 assumiram a política, reivindicando seus direitos.

<sup>115</sup> FERNANDES, Op. Cit, p.62.

<sup>116</sup> Idem, p.62.

Nos espaços onde a pressão popular aconteceu com maior força, o MDB foi empurrado para uma oposição real ao regime militar, indo para o confronto direto, tanto pela via eleitoral como pela discussão política, mobilizando boa parte da sociedade na luta contra a ditadura. Em lugares onde a situação política permanecia em “banho-maria”, o MDB apenas continuou como oposição consentida, vencendo os pleitos eleitorais que não significavam obstáculos ao regime militar. Suas administrações não chegavam a questionar a ordem vigente, nem política nem economicamente.

## **2.1 PEDRO IVO - DA “REVOLUÇÃO DE 64” À OPERAÇÃO BARRIGA VERDE**

Em Joinville a oposição consentida foi, durante muito tempo, liderada por Pedro Ivo, prefeito entre 1973 a 1977.

Entender inicialmente a trajetória de Tenente Militar que apoiou a “Revolução de 64”, em seguida, compreendê-lo como líder político do MDB que se configurou como liderança civil de oposição ao regime, aglutinando outras forças de oposição.

Compreender esta trajetória, se torna fundamental visto que a administração de Pedro Ivo significou uma nova era para Joinville. É importante esclarecer que esta “nova era”, representou uma mudança no poder político que comandou a cidade. Modificou-se o quadro das forças políticas locais, passando a existir uma nova correlação de forças. A vitória do MDB, significou uma mudança nos rumos da administração de Joinville, o que propiciou o surgimento de muitos “boatos” - sobretudo entre 77 e 78 - de que a cidade representaria uma ameaça aos grupos de direita, em função dos vários incêndios ocorridos.

Pedro Ivo, foi eleito em 1972, na terceira tentativa de se tornar prefeito de Joinville. Venceu as eleições derrotando outros 3 candidatos da ARENA: Harry Kormann, Afonso

Shützler e Luiz Carlos Garcia.

Nasceu em Florianópolis, cursou Academia Militar e, em 1953, integrou o corpo de oficiais do 13º Batalhão de Caçadores, sediado em Joinville. Casou-se com Mariza Lobo, filha de Rodrigo Otávio Lobo, importante político ligado ao PTB. Em 1960, por motivos de saúde, foi para reserva como Tenente-Coronel. Em 1964, por convite de seu sogro, “cacique” na política joinvillense, ingressa no PTB.

A partir desse momento sua vida volta-se para a política partidária. Pedro Ivo, que foi professor e esteve ligado ao Movimento Familiar Cristão<sup>117</sup>, concorreu para prefeito de Joinville em 1965, por uma coligação que denominou-se “União Joinvillense” (incluindo o PTB, PSD, PRP, PSP e PDC). Perdeu esta eleição para Nilson Wilson Bender da UDN. Em 1966 foi eleito Deputado Estadual, já pelo MDB, que ele, juntamente com outras lideranças fundaram em Joinville. Em 1969, tenta novamente ser prefeito e é derrotado por Harald Karmann da ARENA. Em 1970 é eleito Deputado Federal. E finalmente em 1972, realiza seu grande objetivo político: ser prefeito de Joinville.

Referente ao Golpe Militar de 1964, Pedro Ivo se posicionou várias vezes, colocando-se como um defensor dos ideais que norteavam o Golpe. Não concordava com o regime militar mas, num primeiro momento, foi simpático a idéia de “moralizar” o poder federal. Segundo declaração do advogado Aduino Vieira<sup>118</sup>, amigo pessoal de Pedro Ivo, ele era complacente com o novo governo militar. Isso gerou vários problemas dentro do PTB em Joinville que ele dirigia em 1964. Diz Aduino Vieira, que após ser eleito Deputado Estadual

---

<sup>117</sup> O Movimento Familiar Cristão, tem como objetivo “humanizar” a família e promover um contínuo diálogo entre marido e mulher, pais e filhos, família e sociedade, proporcionando uma vivência ligada aos valores cristãos. Foi fundado nos anos 50 e está engajado na “Construção de uma sociedade mais justa que permita às famílias realizarem plenamente suas funções de formadores de pessoas, educadores na fé e promotores integral de toda a sociedade”, conforme **Jornal Extra** 13 à 19 de mai. de 1978. “A Busca do MFC para humanizar a família”. pág.02. Este movimento está ligado a ala conservadora da Igreja Católica, tendo como participante na maioria das vezes, casais de classe média-alta, que apresentam um discurso moral sobre a família, não discutindo os problemas ligados à realidade social desta mesma família.

<sup>118</sup> **A Notícia**. 28 de fev. 1990. “Controvertida, exigente e impetuoso, as faces do líder”. pág.07.

em 1966 pelo MDB, Pedro Ivo passou a ter uma postura crítica ao regime militar, e seus discursos na Assembléia Legislativa, passaram a cobrar incentivos à educação, cultura e outros.

Entrevistado em 1987, Pedro Ivo falou sobre sua posição referente ao Golpe de 64:

“No dia 1º de Abril de 1964 eu era Presidente do PTB de Joinville. Não fui a favor do golpe. Mas, na verdade, não concordava com os desmandos que ocorriam na esfera Federal. Não concordava com a forma com que as coisas estavam sendo conduzidas (...). Durante o período governado pelos militares os ricos ficaram bem mais ricos e os pobres, ou a grande maioria ficaram mais pobres. Então a melancólica conclusão a que se chega é que o regime implantado em 1964 não resolveu nenhum problema fundamental do povo brasileiro.”<sup>119</sup>

Esta opinião de Pedro Ivo, elaborada posteriormente aos fatos, mostra sua crítica ao regime militar. Mesmo não negando que tenha sido simpático ao Golpe de 64, expressa seu descontentamento com os caminhos tomados pelos militares.

Quando, em 1972, Pedro Ivo Campos foi eleito prefeito de Joinville, seu nome figurava nos arquivos do DOPS como uma pessoa que mantinha contatos com “elementos esquerdistas”. Dizem ainda as anotações do DOPS: que em 1968 quando era Deputado Estadual pelo MDB, Pedro Ivo teria proferido discurso “*ofensivo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, à Revolução e às Forças Armadas*”<sup>120</sup>.

Considerado como um político de oposição em Joinville, seus discursos estavam ligados à defesa da democracia e a favor da participação popular. No entanto, não chegava a ser considerado um político revolucionário, no sentido de mudança radical da estrutura

<sup>119</sup> **Jornal de Santa Catarina**. 15 de mar. 1987. Suplemento Especial. “SC 40 anos de História Política. De Aderbal a Pedro Ivo”. págs. 74 e 75 (Pasta Pedro Ivo Campos - Arquivo Histórico de Joinville).

<sup>120</sup> Anotações feitas nos documentos do DOPS - refere-se a organização do Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina - Doctos do Cenimar - 29 Dezembro 1972. Arquivo Público do Paraná - Pasta 541.

política, econômica e social.

O MDB foi fundado em Joinville em 1966 e possuía diferentes origens, aglutinando pessoas vindas de vários outros partidos e mais tarde, na década de 70, de organizações esfaceladas pela ditadura militar. Segundo Adauto Vieira<sup>121</sup> as reuniões do MDB, eram esporádicas e não contavam com muitos participantes. O MDB em Joinville, originário do PTB, não contou com a migração de todas as lideranças petebistas. Diz Adauto Vieira, que para Pedro Ivo não foi tarefa tão difícil organizar o MDB na cidade, como foi para outras lideranças do Estado. Ser do MDB naquele período, significava ser taxado de comunista e subversivo, e segundo ele, Pedro Ivo estava imune a isto, já que “usufruí do prestígio de estar praticamente fora do alcance da repressão militar”, devido ao fato de ser um Tenente-Coronel da reserva que possuía um excelente histórico de conduta na vida militar. Diz o advogado: *“Isso não só fortalecia sua posição pessoal na vida pública, como também isentava o MDB de Joinville das pechas tão comuns que lhe eram lançadas por todo o país.”*<sup>122</sup>

Aqui, possivelmente reside uma explicação plausível do fato de Pedro Ivo ter sido uma liderança de oposição, fichada pelo DOPS, mas não impedida de atuar politicamente. Sua oposição, como a do MDB, foi por muito tempo moderada, consentida mesmo reivindicando democracia. Não colocava em perigo o regime militar instalado em 1964. Porém, a nível local, o MDB significou uma transformação política. Se economicamente as estruturas não estavam ameaçadas, porque o sistema capitalista não sofria qualquer ameaça no país, politicamente houve alterações. A direita perdeu o poder de comando local. Uma pergunta vem à tona, quando se faz a reflexão das administrações do MDB em Joinville. O que teria levado à população a eleger um candidato da oposição no início dos anos 70 em uma cidade

---

<sup>121</sup> A Notícia. 28 de fev. 1990. “Controvertido, exigente e impetuoso, as faces do líder”. pág.07. Esta reportagem foi feita quando da morte de Pedro Ivo Campos e fala de sua vida política, participam da mesma o advogado Adauto Vieira e o político Luiz Henrique da Silveira, comentando sobre a trajetória de Pedro Ivo.

<sup>122</sup> Idem.



considerada da ordem, pacata politicamente? Que motivos levaram os eleitores a optar por Pedro Ivo Campos e eleger nove vereadores do MDB para a Câmara Municipal?<sup>123</sup> A ARENA em Joinville naquele momento, enfrentava uma série de problemas internos, o que a enfraqueceu nas eleições. Outro fator a ser levado em conta é o de que a administração de Harald Karmann não se destacou junto a população, não conseguindo mobilizar um grande contingente de eleitores para a campanha de 72. No entanto, apenas estas questões não explicam o sucesso eleitoral do MDB. Para algumas pessoas, a vitória do MDB nas eleições de 72 está ligada ao desejo de renovação, de mudança, de ver o município ser administrado por novas propostas, novas idéias. O que realmente marcou a mudança foi o fato de o município estar recebendo um grande contingente de migrantes que representavam um novo tipo de eleitor, um grupo mais identificado com as propostas do MDB. Os descendentes de germânicos, na sua maioria, estavam ligados à proposta política da ARENA. Na opinião do senhor Miraci Deretti, que se elegeu vereador pelo MDB em 72, os resultados da eleição daquele ano estavam ligados ao contingente migratório e isso refletiu inclusive na eleição para vereadores: *“Tanto é que naquela época, pela primeira vez, nos tivemos aí uma eleição onde o sobrenome dos vereadores era significativamente diferente dos normais que eram quase sempre os alemães e tal. Era uma demonstração de que estava havendo uma mudança na cidade (...).”*<sup>124</sup>

O desenvolvimento industrial e econômico deste período, forçava a uma melhoria na infra-estrutura da cidade. A periferia, que se desenvolvia absurdamente, devido ao grande número de migrantes a procura de empregos, exigia atenção. Ideologicamente, Joinville continuou com o discurso da “Maior Cidade do Estado”, da “Cidade do Progresso”, da

---

<sup>123</sup> Os vereadores eleitos pelo MDB em 1972 foram: Aderbal Tavares Lopes, Amandos Finder, Arno Krelling, Elmar Zimmermann, José Otávio dos Santos, Miraci Deretti, Osni Alvares de Oliveira, Osni Schroeder, Violantino Rodrigues.

<sup>124</sup> Miraci Deretti. Entrevista concedida à autora em 19 dez de 1997.

“Cidade Feliz”, agora acrescido do lema: “Desenvolvimento com Participação do Povo”. O MDB imprimia uma marca: administração voltada para o povo, realização de obras que atendiam a população carente da cidade<sup>125</sup>. Fazia dessa marca um mérito. Não ocorria à sociedade que este era o dever do poder público e as obrigações de uma administração municipal.

Mesmo distanciado do fato, ex-militantes do MDB, avaliam a administração do partido em 1972 como inovadora por um lado e deficitária por outro. Para o professor Miraci Deretti:

“As mudanças foram significativas, aliás foi um momento que Joinville passou a ter até determinadas características que não tinha até então, inclusive de modernidade (...). Houve uma série de mudanças, daí pra frente Joinville começou a assumir características já de cidade grande.”<sup>126</sup>

Deretti se refere ao Plano Diretor, implantado em Joinville a partir de 1973, como responsável por dar à cidade um planejamento urbano, adequando-a ao seu crescimento vigente.

As características de modernidade, de que fala Deretti, estão ligadas a industrialização que vinha sendo constante nos anos 70 e que trouxe problemas para Joinville. No entender de outro ex-militante do MDB, a administração de Pedro Ivo não conseguiu resolver as contradições da modernidade: *“É que eu acho que a indústria não cresceu o que a periferia cresceu né, houve um inchaço muito grande na periferia.”*<sup>127</sup> Este crescimento da indústria, não foi compensado com uma infra-estrutura na periferia, ocasionando problemas de

<sup>125</sup> Foi no período do prefeito Pedro Ivo Campos, que implantou-se em Joinville o PROFIPO, uma espécie de bairro popular, com a infra-estrutura necessária e com financiamento pela Prefeitura. Também a criação dos CERI, um Centro de Estudo e Recreação Infantil para crianças de pais de baixa renda, que nas administrações posteriores foi sendo ampliado para vários bairros da cidade.

<sup>126</sup> Miraci Deretti. Entrevista concedida à autora em 19 dez. de 1997.

<sup>127</sup> Elmar Zimmermann. Entrevista concedida à autora em 13 de jan. de 1998.

habitação, transporte, educação, desemprego, marginalização e outros.

Em todo o Brasil, nesta época esteve presente a preocupação com o crescimento econômico. Era este crescimento que justificava a política repressiva desencadeada pelo Estado autoritário. Crescer era a ordem, progresso era o lema. Isso foi uma constante nas administrações dos governos militares. Também esteve presente nos locais onde a “oposição” governou, através da realização de projetos de grande porte. Em Joinville, foi na administração de Pedro Ivo, que se criou o Distrito Industrial, local designado para a implantação do parque industrial, espaço que também abrigou a FUNDAJE (Fundação Joinvillense de Ensino), demonstrando preocupação da municipalidade com a formação técnica a nível superior. Também foi nesta administração que se iniciou o programa de casas populares, inaugurando a era de grandes conjuntos habitacionais, como solução para o crescimento urbano.

Realizando análise de alguns discursos do então prefeito Pedro Ivo Campos e de sua assessoria de imprensa (1973-1977), percebe-se a continuação do discurso ideológico que procura manter Joinville como a cidade perfeita, reforçando o imaginário político tão bem elaborado na década anterior. Percebe-se que a administração, do MDB, manteve seu discurso como sendo de oposição, renovação e mudança. Mas reproduziu na prática algumas velhas formas de administrar. Por vezes, encobriu os conflitos sociais. Isto porém, não o descredencia como um administrador de esquerda, que inúmeras vezes recebeu apoio dos membros do partido comunista por entenderem que Pedro Ivo, naquele momento, se aproximava dos interesses por eles defendidos.

A apologia da “grande cidade”, em oposição à “cidade grande”, peça do imaginário político, fica evidente no discurso proferido pelo Prefeito, quando da comemoração do sesquicentenário da Imigração Alemã<sup>128</sup>.

---

<sup>128</sup> “Joinville, Modéstia à Parte”. (Em comemoração ao Sesquicentenário da Imigração Alemã e a todos que ajudaram a construir Joinville) Governo Pedro Ivo. Pasta Pedro Ivo Campos - Acervo Arquivo Histórico Joinville.

Pedro Ivo inicia dizendo do orgulho de ser Joinville uma grande cidade, “com suas 500 indústrias, 1500 casas comerciais, a melhor “renda per capita” do Estado, o centro econômico de Santa Catarina, a “Cidade das Flores” e, paradoxalmente, somos a “Manchester Catarinense”. Diz o então prefeito que Joinville já possui o seu Plano-Diretor, sendo a primeira cidade catarinense a ter o seu crescimento disciplinado e humanizado. Comemora: *“em Joinville progresso não é poluição, é bom-senso”*.

Quando fala da Universidade, Pedro Ivo refere-se ao local como “o centro gerador de tecnologia para nossas indústrias”. Esta afirmação deixa claro seu entendimento de Universidade: atende aos interesses industriais e de “humanizar ainda mais a vida”. O recém-criado Campus Universitário estaria comprometido com a geração de novas pesquisas e tecnologias para a indústria local que se desenvolvia a pleno vapor. Seria sonho imaginar que em plena efervescência das idéias no meio intelectual na década de 70, a Universidade em Joinville estivesse voltada para a reflexão dos caminhos a serem tomados pela sociedade.

Falando do Distrito Industrial que foi planejado nesta época, Pedro Ivo dá a impressão da cidade dos sonhos: *“Os operários terão suas casas próximas à área industrial, onde terão escolas, supermercados, praças, jardins, centros esportivos, muita paz e muita segurança, fatores aliás, que sempre existiram em Joinville”*<sup>129</sup>. No entanto, as regiões periféricas, onde passou a morar a grande maioria dos trabalhadores da indústria, após a implantação do Distrito Industrial, não se aproximavam à descrição feita acima. Bairros inteiros se constituíram nas décadas de 70 e 80 formando grandes aglomerados sem a mínima infra-estrutura, em locais impróprios para moradia, como é o caso dos manguezais. Observa-se nesta fala, a intenção de negar os conflitos quando o prefeito enaltece a paz. A segurança, por sua vez, é quantificada com o propósito de não admitir que, ao tornar-se uma “grande cidade”,

---

<sup>129</sup> Idem.

Joinville passasse a ser também violenta.

“A tudo isso, acrescente uma tradição secular de muita paz, muita ordem e muito trabalho. Acrescente ainda um estilo de vida da população, herança dos nossos colonizadores, de fascinante amor às flores, a vida silenciosa e cordial, de um povo que fundamenta no trabalho continuado, a sua certeza em dias melhores e mais humanizados”<sup>130</sup>.

No dizer de Pedro Ivo, é a cidade que progride, que cresce, que torna-se a grande cidade, a maior do Estado, mas que mantém elementos de um pequeno lugarejo, onde reina a paz, “a vida silenciosa e cordial”. Joinville, em meados de 70, não é uma cidade que apresentava este ar poético e romântico. Basta abrir as páginas policiais dos jornais, da época, para perceber que a criminalidade e a marginalização estavam presentes.

A intenção de mostrar como Joinville aparecia no cenário nacional, era uma preocupação constante da administração municipal. Isso além de divulgar suas obras e feitos, mantinha junto à população a imagem da grande cidade em permanente desenvolvimento.

“Em áreas diferentes, Joinville foi alvo de milhares de palavras impressas nos mais variados jornais, revistas e órgãos especializados, ganhando destaque especial não apenas o expressivo número de nossas indústrias, mas os índices de cultura, de escolaridade e o nosso prestígio nacional de cidade limpa, pacata e de crescimento rápido e ordenado”<sup>131</sup>.

Muito do que foi analisado, encontra-se escrito no final de 1975 e início de 1976. É interessante verificar o que escreveu Cláudio M. Loetz, colunista de “A Notícia” em outubro de 1976<sup>132</sup>, sobre a administração Pedro Ivo Campos, apontando os problemas de sua gestão, bem como, sugerindo novas ações para solucioná-los. A análise do repórter quebra toda a idéia

<sup>130</sup> Ibidem.

<sup>131</sup> “Acontecimentos fizeram Joinville ser notícia nacional o ano todo”. Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Joinville, 08 de Dez. 1975. Pasta Pedro Ivo Campos. Arquivo Histórico Joinville.

<sup>132</sup> A Notícia. 17 de out. 1976. “Análise da administração Pedro Ivo”. pág.13. Foi escrito uma página inteira sobre a referida administração.

de cidade perfeita, mostrando os problemas tanto de infra-estrutura como de ordem social que se apresenta na cidade.

No que diz respeito a área de educação do município, comenta o repórter que a implantação do Campus Universitário foi louvável. No entanto a “pressa e a afobação”, acabaram criando falhas até então não consertadas. Os serviços de infra-estrutura do Campus também permaneciam inacabados. Referente as escolas básicas, muitas foram construídas, mas segundo o mesmo, “está difícil dar o estudo elementar a todas as crianças”. Aqui aparece o fato de Joinville apresentar problemas na área, principalmente no que tange a permanência das crianças na escola. Cláudio Loetz observa o abandono que sofreram as praças públicas no período em que a Prefeitura priorizou a construção de uma grande obra: a ligação Norte-Sul da cidade. Denuncia que a municipalidade investiu todo o recurso nesta prioridade, para poder inaugurar-la estrategicamente próximo do aniversário da cidade.

Quanto à implantação do Distrito Industrial, diz que se realmente fosse realizado conforme o plano que a Prefeitura divulgou, Joinville seria um dos maiores centros industriais do Brasil. Na opinião dele, muito ainda precisava ser feito para que o mesmo fosse viabilizado. Acusa a Prefeitura de aumentar indevidamente o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, além de favorecer uma determinada região da cidade. Diz Loetz: *“relembremos de que nas regiões onde o reduto eleitoral do MDB é forte, o dito imposto pouco subiu e houve casos em que até diminuiu, numa evidente atitude política e discriminatória”*<sup>133</sup>.

Faz críticas ainda, aos poucos incentivos e ações realizadas no campo do turismo da cidade. Afirma que outro problema sério enfrentado pela população é a questão do saneamento básico e do abastecimento de água em Joinville.

---

<sup>133</sup> Idem.

Na questão da saúde, se refere aos problemas ligados ao aumento vegetativo da população, bem como às inúmeras doenças geradas pela situação social, e por sua denúncia, mostra que a “Cidade Feliz”, apresenta sérios problemas nesta área:

“O que se tem notado em Joinville é carência de leitos hospitalares; a urgente necessidade da construção de um Hospital Infantil e um melhor atendimento dos Postos de Saúde espalhados por todo o município; além de se impulsionar os programas de promoção social, como a proteção ao menor, da velhice, dos trabalhos comunitários. Alguns desses projetos nem foram começados; outros são gritantemente falhos e alguns alcançam sua finalidade”<sup>134</sup>.

Uma crítica forte e contundente como essa, tonar-se importante por se tratar de cidadão credenciado. Revela a outra face de Joinville. Chama a atenção para sérios problemas: falta de proteção aos idosos e menores abandonados no centro da cidade. Estes problemas identificam uma fissura no projeto de desenvolvimento do município e a ausência de políticas públicas.

Loetz, finaliza, relacionando uma série de ações que no seu entendimento são prioritárias para resolver os problemas em Joinville. São obras ligadas à questão da saúde, educação, lazer, infra-estrutura, questão de segurança e marginalidade, turismo, desenvolvimento industrial. Segundo ele, estes são problemas sentidos por todos os joinvillenses<sup>135</sup>.

---

<sup>134</sup> Ibidem.

<sup>135</sup> Cabe aqui uma ressalva: Cláudio M. Loetz é repórter de “A Notícia”, órgão de comunicação dirigido por membros ligados a ARENA. Portanto, além de apontar os problemas sofridos pela população a reportagem tem um cunho político de ataque ao poder municipal.

## 2.2 LUIZ HENRIQUE: “O POVO GOVERNA” E OS PROBLEMAS CONTINUAM...

Com o slogan, “O Povo Governa”, e numa fase em que o Brasil percorria o caminho para a “redemocratização”, Luiz Henrique da Silveira era eleito prefeito de Joinville pelo MDB. Tinha continuidade, desta forma, o governo ligado à “oposição”, já que teoricamente, e em muitos lugares do país, o MDB foi quem encampou a luta contra a ditadura militar na década de 70. Também em Joinville, tiveram início alguns movimentos sociais, ainda que a passos lentos.

Luiz Henrique da Silveira, nasceu em Blumenau em 1940. Morou em Florianópolis onde cursou Direito na Universidade Federal. Aí iniciou sua participação política como membro do Movimento Estudantil. Ocupou vários cargos como jornalista e sua vida profissional inclui a atividade de professor e advogado. Em 1966 mudou para Joinville onde exerceu advocacia e lecionou no Colégio Bom Jesus. Em 1969, filiou-se ao MDB por convite de Pedro Ivo Campos. Em 1971 foi eleito presidente do diretório municipal do MDB. Em 1972 coordenou a campanha de Pedro Ivo à Prefeitura, em 1973 assumiu a cadeira de deputado estadual, elegendo-se deputado federal em 1974.

Luiz Henrique como líder político ligado ao MDB, foi também fichado pelo DOPS em 1972. Consta em suas anotações: *“Foi afastado das funções de escrivão da DEOPS/SC em 1961, por possuir idéias contrárias ao regime. Era articulista do jornal de esquerda “Folha Catarinense”. (...) continua atuando no movimento comunista em Joinville.”*<sup>136</sup>

Ser do MDB neste período, certamente representava aos olhos dos censores, estar envolvido com comunistas. Representava alguma ameaça e deveria ser observado de perto.

Luiz Henrique, não se colocou totalmente contrário à “Revolução de 64”, pelo menos num primeiro momento:

---

<sup>136</sup> Documentos do Cenimar 29 de Dez. 1972. Acervo do DOPS. Arquivo Público do Paraná. Pasta 541.



“Uma Revolução autêntica, se processa lentamente (...) Acho cedo, para fazer-se um julgamento que não seja apressado. A Revolução ainda se processa. Ela não chegou ainda a nosso Estado, pois, infelizmente, em Santa Catarina, ao invés de afastá-los do cenário político, tem servido para fortalecer cada vez mais as duas oligarquias políticas que sempre mandaram em nosso injustiçado Estado. (...) cremos sinceramente nos bons propósitos de muitos líderes que desencadearam o movimento de 1964, mas ainda há muito que se fazer, principalmente em nossa terra; Santa Catarina, infelizmente, nada viu de revolucionário. Mas deixemos os tempos correrem. Ainda é cedo, como disse, para fazer um julgamento acertado.”<sup>137</sup>

Reclama apenas de a “Revolução” não ter tido êxito em SC, no que se refere a mudanças no quadro político do poder. Mas não questiona o fato de ter havido um golpe militar em 64. Para ele, os motivos foram justos. Os “bons propósitos” existiram. Não assume postura crítica diante dos acontecimentos a nível nacional. Coloca-se como alguém que espera para ver os resultados. Não se coloca como cidadão que teve os direitos de liberdade, de opinião, de reunião, cassados. Possivelmente o que o protege é o fato de estar dentro de uma oposição consentida pelo Governo Militar.

A administração de Luiz Henrique, tinha um discurso voltado para o poder público humanizado. Seus discursos traziam a preocupação constante com a periferia da cidade. Falava-se muito em administração para o povo e com o povo. Referia-se a uma democracia onde a população deveria expor seus problemas e participar das soluções. Envolvidos pelo clima de redemocratização, a ordem era participação popular. Dizia o então prefeito:

“Uma das formas de tornar mais efetivo o exercício da democracia é aproximar o povo do governo. Mais que isso, é integrar povo e governo numa luta comum. A democracia é tanto mais possível quanto mais perto estiverem os que pleiteiam e os que decidem, ou seja, quanto maior for o nível de descentralização do poder.”<sup>138</sup>

<sup>137</sup> A Notícia. 15 de nov. 1970. “Luiz H. da Silveira”. pág.01.

<sup>138</sup> “A Administração Municipal como Instrumento de Democracia”. Prefeitura Municipal de Joinville - Gestão Luiz Henrique da Silveira. Pasta Luiz Henrique - Arquivo Histórico de Joinville.

As idéias deste discurso permaneceram no imaginário popular porque existia forte propaganda em torno dele, pela tradição do MDB que, até então, mantinha-se como partido preocupado com as questões sociais e, finalmente, por que é entre 77 e 81 em que entram em cena, as Comunidades Eclesiais de Base - CEB'S, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e a Pastoral Operária. Estas entidades passam a realizar um trabalho nos bairros, organizando a população em busca de seus direitos. Junta-se duas questões: de um lado um Prefeito com pré-disposição para a participação, e de um outro uma sociedade que começa a manifestar-se contra as injustiças sociais, exigindo seu espaço e conquistando seu lugar, garantindo em muitos momentos, que decisões importantes para sua comunidade sejam discutidas em conjunto.

A idéia de um governo participativo, está refletida na opinião de lideranças importantes tanto do Brasil, como local.

D. Paulo Evaristo Arns: Cardeal de São Paulo, que nasceu no sul de Santa Catarina e visitou Joinville. Diz que algumas coisas impressionam na administração pública da cidade:

- “ 1) As autoridades estão unidas com o mesmo propósito de solucionar os problemas prementes;
- 2) impressionou-me o fato de atender a população da periferia (...) A periferia aparece como uma coroa de espinhos em torno de uma cabeça orgulhosa. Joinville esta sabendo acolher àqueles que vem em busca de um futuro melhor;
- 3) gostaria de ressaltar a união das forças, tanto da Igreja como do poder civil, como ainda dos responsáveis pelo setor de ensino e de pesquisa superior. Numa pátria que amplia os horizontes todas as forças devem convergir para o bem comum (...)”<sup>139</sup>

<sup>139</sup> **EXTRA**. 17 a 24 fev. 1979. Suplemento Especial. “2 anos administração Luiz Henrique - Violantino Rodrigues (01 Fev. 1977 a 01 Fev. 1979). Joinville O Povo Governa e constrói seu futuro”. pág.02. O Jornal Extra foi criado em março de 1978 e circulava semanalmente na cidade. Surgiu a partir de uma dissidência do Jornal A Notícia. Especializou-se em questões políticas, centralizando suas reportagens nos assuntos pertinentes em relação ao poder político local. Passou a ser conhecido como um semanário que possuía uma postura de esquerda.

No final da década de 70 e nos anos 80 noticiou inúmeras vezes acontecimentos ligados a abertura política e aos movimentos sociais locais. Uma pesquisa junto ao **EXTRA**, possibilitaria compreender como Joinville se movimentou na luta a favor da Anistia e pela Abertura Política no Brasil.

Padre Luiz Fachini: Padre responsável pelas CEB'S - Comunidades Eclesiais de Base e ligado as entidades populares de Joinville.

“(…) De outro lado, constatamos com a alegria que o redimensionamento das coisas, dos fatos e das estruturas desumanas já começa a se delinear como uma nova esperança surgindo no horizonte de nossa cidade. Da conclamação universal de todos os homens, pelos seus líderes, já se esboça o chamado das comunidades joinvillenses, os nossos bairros, para organizados e conscientes, tomarem partê na caminhada e do destino de nossa grande Joinville (...). As periferias começam a ter sua vez e sua voz (...)”<sup>140</sup>

D. Gregório Warmeling - Bispo Diocesano de Joinville.

“(…) Sinto que lhe devo gratidão, porque o lastro de seu governo é muito maior. Admiro a sua disponibilidade, por que vejo que vive o seu município. Admiro a sua simplicidade. Felizmente o poder não lhe subiu a cabeça (...). Agradeço o apoio e o seu enorme esforço na inauguração da Catedral. Mas muito mais do que isso agradeço as “Catedrais” que está procurando levantar na pessoa dos pequeninos e humildes, qual seja o Ceri, Profipo e todas aquelas promoções que colocam o homem na crista da onda (...)”<sup>141</sup>

D. Gregório, assume bem a postura da defesa do humanismo na política, louvando as ações que ajudam os “pequeninos” e “humildes”.

Pedro Ivo Campos - Foi prefeito de Joinville pelo MDB - 1973-1977.

“(…) temos que lembrar que a administração MDB iniciou em 1973 - e como norteia seu programa de ação - tem sido calcado no princípio básico do humanismo e a contribuição considerada essencial para a plena realização do homem. Em Joinville, uma cidade de crescimento vertiginoso acima da média nacional e caracteristicamente uma cidade operária, sentimos a grandiosidade e a pluralidade dos problemas que estão a desafiar os seus dirigentes (...) sentimo-nos, de certa forma, orgulhosos visto que o nosso sucessor comungando os mesmos ideais, tem presente toda a sua ação de governo de

---

<sup>140</sup> Idem. pág.04.

<sup>141</sup> Ibidem. pág.13.

que a missão do dirigente deve estar voltada primordialmente para o bem estar do homem.”<sup>142</sup>

Pedro Ivo reivindica aqui, sua participação e de seu partido na elaboração dos princípios da administração de Luiz Henrique, colocando como continuação de um programa que ele como prefeito já havia inaugurado. Fala em administração humanista frisando a preocupação com o homem e o social.

Todos os depoimentos enaltecem a administração de Luiz Henrique. Ressaltam seu modo democrático de governar e sua preocupação com as classes populares. São lideranças inseridas na sociedade. O Padre Luiz Fachini, neste período, desenvolvia na periferia um trabalho de conscientização e organização. Via no governo de Luiz Henrique uma alternativa de mudança. Suas palavras expressavam o desejo de inúmeras pessoas: que as estruturas injustas estivessem caminhando para um fim.

Mesmo assumindo uma posição favorável à participação popular e uma administração voltada para os bairros, Luiz Henrique deixa claro que seu governo não mexerá nas estruturas sociais, ou seja, na raiz dos problemas. Perguntado qual a direção que seu governo assumia, respondeu:

“Meu governo se dirige aos bairros, à periferia, às regiões pobres da cidade. Mas não quer dizer que inverte a ordem das coisas, marginalizando por minha conta os mais abastados. A estes conclamo a compreensão e o apoio indispensável para ajudar os menos favorecidos. Não há discriminação, pois somos uma bela comunidade de ricos, pobres e remediados. O importante é que prevaleça a consciência de comunidade, base de equilíbrio para um progresso harmonioso, onde todos possam desfrutar um pouco de alguma coisa. Queremos que a fome, o analfabetismo e a miséria fiquem, bem longe de Joinville, e, se possível bem longe do Brasil.”<sup>143</sup> (grifo nosso).

---

<sup>142</sup> Ibidem. pág.14.

<sup>143</sup> EXTRA. 17 a 24 fev. 1979. Suplemento Especial: “2 anos administração Luiz Henrique - Violantino Rodrigues (01 Fev. 1977 a 01 Fev. 1979). Joinville O Povo Governa e constrói seu futuro”. pág.02.

Fica claro, que esta oposição do MDB em Joinville, é uma oposição consentida. A ordem do dia, era desenvolver as estruturas econômicas com justiça social, procurando aplicar analgésicos para passar temporariamente a dor da pobreza, enquanto o que se fazia necessário, era uma grande cirurgia para acabar com a doença. As mudanças a nível macro não aconteceram, porque o que estavam em jogo não era o sistema econômico, mas a conquista da democracia, a luta pela volta da normalidade política no país. O que alterou das administrações da UDN e ARENA na década de 60, para as do MDB na década de 70, foram as características “mais democráticas” que nortearam as ações do governo municipal.

Permanece a preocupação com o progresso. Como continuar progredindo harmoniosamente em uma cidade que inicia um processo intenso de favelização, desemprego, marginalização ? Como desfrutar de alguma coisa, se as grandes indústrias sugam toda a força dos trabalhadores, reinando majestosamente quanto à definição dos salários ?

Para ilustrar os problemas enfrentados por Joinville nesta administração, passo a elencar alguns fatores apontados em um relatório realizado em setembro de 1978 por técnicos (arquitetos) alemães. A presença destes técnicos foi resultado de um convênio existente entre a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU - e a Sociedade Alemã de colaboração técnica, órgão do Governo da República Federal da Alemanha. Permaneceram em Joinville por mais de um mês realizando estudos e análises sobre o planejamento urbano existente.

Tinham como objetivo contribuir com a Prefeitura Municipal, apontando medidas que deveriam ser tomadas para garantir que o crescimento excessivamente rápido não prejudicasse as condições de vida dos joinvillenses<sup>144</sup>. Este relatório só foi divulgado em março de 1980<sup>145</sup>, após insistência da imprensa que exigia seu conhecimento. Através de um editorial, o jornal “A Notícia” reclama a não divulgação deste relatório, dizendo que a Prefeitura estaria com medo dos resultados em relação ao planejamento urbano da cidade.

---

<sup>144</sup> A Notícia. 12 de mar. 1980. “Para os arquitetos Alemães, Joinville ainda não dispõe de planejamento eficiente”. pág.16.

<sup>145</sup> Idem.

Afirmam que o relatório teria condenado algumas obras recém construídas e isso estaria impedindo a divulgação do mesmo.<sup>146</sup>

Algumas questões que aparecem no diagnóstico do relatório:

- Cerca de 75% vive com uma renda familiar de até 3 salários-mínimos;
- Há um endividamento geral das famílias;
- Faltam: 70% da coleta do lixo; 35% abastecimento de água; 70% esgoto e condições hospitalares para a população de baixa renda;
- O alto índice de imigração aumenta a instabilidade social, conseqüentemente, as pessoas não tem segurança em Joinville;
- Há um desenvolvimento descontrolado na periferia da cidade;
- Ampliação - prejudicial - mas constante no perímetro urbano;
- Estacionamento insuficiente para veículos;
- Malha viária anti-econômica;
- Transporte urbano deficiente;
- Poluição das águas, erosão, devastação das estruturas naturais e sociais no campo;
- O planejamento, devido a insuficiências institucionais - isto é - falta de legislação entre outros instrumentos - só conseguiu atacar os problemas da cidade a curto e médio prazo.

Estes, entre outros, foram os problemas apresentados pelos arquitetos alemães. Uma cidade que apresenta 75% de sua população vivendo com 3 salários-mínimos como renda familiar, não pode ser chamada de “Cidade Feliz”. Este diagnóstico derruba todo o discurso feito desde o prefeito Pedro Ivo, que criou o Plano Diretor e se glorificou dizendo que Joinville era a única cidade do Estado a apresentar um planejamento urbano eficiente. Pelos

---

<sup>146</sup> A Notícia. 26 de fev. 1980. “Quem tem medo dos alemães.” pág.02.

dados isto não se confirma, pois a cidade vinha crescendo desordenadamente, ocasionando destruição de suas reservas naturais e ecológicas como foi o caso dos mangues.

Os técnicos alemães fizeram recomendações que o governo municipal deveria seguir para melhorar a situação da cidade.

### 2.3 “UMA CIDADE EM CHAMAS ...”

Durante todo o período do regime militar, foi constante a negação, por parte das elites de Joinville, da existência de grupos de esquerda ou comunistas na cidade. No entanto, alguns acontecimentos ocorridos em 1977, e início de 1978, mostram que fatos ligados a vandalismo e destruição são logo relacionados à ameaças à ordem na cidade. Refiro-me a uma onda de incêndios que ocorreu em Joinville, num período inferior a um ano, em vários locais.

Os incêndios atingiram vários estabelecimentos comerciais, industriais, educacionais e inclusive Igrejas. Segundo informações divulgadas pelo jornal, no período de maio/77 a janeiro/78 ocorreram em Joinville 29 incêndios criminosos<sup>147</sup>. Estes incêndios foram investigados pela polícia local e pelos agentes do DOPS/SC.

A pesquisa junto aos jornais, me levou a pensar a questão dos incêndios como um fato político de grande importância para compreender a configuração do poder na cidade. Através das discussões realizadas em torno dos incêndios, procuro entender as relações entre

---

<sup>147</sup> **A Notícia**. 31 de jan. 1978. “Incêndios, finalmente um domingo tranquilo”. pág.06. Elenco alguns locais incendiados: Centro Adventista “D. Pedro II”, Instituto Pedagógico de Reabilitação Infantil (ISPERE), Fundação Municipal Albano Schmidt (FUNDAMAS), Sacristia da Paróquia Sagrado Coração de Jesus e da Catedral do Bispado, Petisqueira Pinheiro, Hotel Tannenhof, Stein Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários, Comercial Richlin, Vidraçaria XV, Companhia Wetzel, Malharia Manz.

direita e esquerda, entre a imprensa e a polícia local, buscando subsídios para perceber como a opinião pública se colocou diante destes acontecimentos.

Durante os meses em que a imprensa noticiou os incêndios, estes foram tratados com uma variedade de causas, chegando a ser responsabilizados grupos ligados à extrema direita que buscavam complicar a segurança da cidade, em oposição à administração do MDB. Em outros momentos e com maior frequência que o primeiro, foram acusados de serem ações de subversivos da esquerda que procuravam conturbar a segurança local. E por fim, o caso foi encerrado como sendo responsabilidade de menores marginais, sem que o episódio tenha sido esclarecido.

Duas questões chamam a atenção. Como a população se colocou diante deste fato, julgando os acontecimentos? Qual a importância que os incêndios tiveram na provocação para que a cidade discutisse seus problemas? Segurança e ordem social, foram os mais polêmicos.

Em que medida uma cidade que se manteve desde o início da ditadura militar como uma cidade dentro da ordem, onde tudo caminhava conforme a vontade dos militares, de repente se depara com acontecimentos que levam a questionar a sua estrutura política? Além dos incêndios Joinville presenciou também várias tentativas de arrombamentos ao 62º Batalhão de Infantaria, caracterizando problemas de ordem de segurança militar.

Se por um lado eleva-se o fato a um caso de Segurança Nacional, mobilizando todo um contingente militar e policial para investigação e cuidados de prevenção, por outro analisa-o como simples problema provocado por pequenos marginais. O caso é concluído em 1978 como ato de vandalismo, alguns menores são presos e o mandante nunca foi identificado.

Inúmeras questões podem ser trabalhadas com o episódio dos incêndios:

- Representaria o MDB, grande força política de esquerda na cidade de Joinville na década de 70, para ameaçar a presença da ARENA no cenário político?



- A administração feita pelo MDB, possuiria elementos que o diferenciassse de um partido de direita ?
- A possível ação radical da extrema direita, seria comandada por quem ? O poder está ameaçado para justificar tamanha destruição física de estabelecimentos industriais, comerciais e outros ?
- Por que a população, ao ser questionada, das autorias dos incêndios, na maioria das vezes se referia a ações subversivas dos comunistas ? Estaria assim tão forte a ideologia da ameaça comunista, ainda em 1977 e 1978 ?

São questões que também norteiam minha pesquisa e ajudam a construir o quadro político da época, possibilitando pontos de reflexão para pensar a cidade de Joinville e suas forças políticas durante a ditadura militar.

#### **2.4 INCÊNDIOS: UMA AÇÃO SUBVERSIVA DA ESQUERDA OU TERRORISTA<sup>148</sup> DA DIREITA ?**

“De pacata e ordeira, Joinville está transformando-se, rapidamente, numa cidade violenta, com a marginalidade crescendo progressivamente e os órgãos de segurança incapazes de combatê-la em virtude das limitadas condições materiais, técnicas e humanas em que se encontram (...).”<sup>149</sup>

Com o crescimento e o desenvolvimento industrial que ocorreu em Joinville na década de 70, problemas de ordem social vêm à tona, trazidos pelo grande contingente migratório, que busca emprego, iludido pelo sonho da cidade grande. Aquela que era

<sup>148</sup> A expressão “terrorista da direita” foi retirada do livro de Flávio Deckes “Radiografia do terrorismo no Brasil”. Aprofunda a questão do terror praticado pela extrema direita nos anos da ditadura no Brasil. Estuda as várias instituições que espalharam o “terror” e mapeia os atos terroristas contra a sociedade brasileira.

<sup>149</sup> A Notícia. 29 de nov. 1977. “Campeia a Violência”. pág.04.

considerada pacata e ordeira e que mantinha todo um discurso de não violência e de cidade perfeita, começa a ter que admitir que problemas sociais como a marginalização de menores, o desemprego, o subemprego e as condições precárias de moradia e sobrevivência, estão levando-a a um grau de violência que os órgãos de segurança não conseguem conter. Neste editorial, o jornal está falando dos inúmeros incêndios ocorridos freqüentemente e que mexiam com a “paz” da cidade. Como é recorrente nos discursos daqueles que criam e influenciam a opinião pública em Joinville, o fato da violência é designado à aqueles que vem de outros lugares para cometerem atrocidades aqui. Diz ainda o editorial:

“Geralmente o progresso é responsabilizado pelo aumento da criminalidade nas análises em torno do assunto. Entretanto não podemos aplicar essa regra aqui, pois o nosso desenvolvimento industrial foi construído e é mantido com base nesse esforço coletivo. Uma comunidade laboriosa e ordeira por tradição não tem tempo para o crime, porém ela atrai marginais pela facilidade que eles aqui encontram na execução de suas atividades criminosas (...).”<sup>150</sup>

Se referem aqui, ao poder de sedução da cidade grande, à ilusão de vida fácil, ao sonho de que Joinville com suas grandes indústrias atraíam muitas pessoas. Como de costume em suas afirmações; não é o “povo joinvillense” que comete crimes, que se revolta, são elementos de fora que “criam desordens”, “que fazem badernas”. O editorial afirma ainda, que o crescimento da marginalidade não pode, como geralmente se faz, sequer ser empregado ao progresso e a crescente industrialização. Este em Joinville foi construído com trabalho e é mantido com um esforço coletivo. Para “A Notícia” não foi o crescimento econômico da cidade que gerou marginalização e violência.

Neste editorial de novembro/77 vemos e imprensa se referir aos incêndios como um crime provocado por marginais. Como os incêndios continuaram, mesmo após a prisão de

---

<sup>150</sup> Idem.

vários menores envolvidos nos casos, a imprensa passou a focar os incêndios como ação política de grupos de esquerda, chamado as vezes de comunistas, outras de terroristas e na maioria das vezes de subversivos. Em outro editorial de Janeiro/78, o Jornal A Notícia afirma: *“É evidente que são de origem subversiva os incêndios criminosos contra propriedades, indústrias e estabelecimentos de ensino locais (...)”*.<sup>151</sup>

Diz ainda o editorial que Joinville foi escolhida para estes atos de subversão, para que se possa avaliar as condições de segurança da cidade, a reação da população e o que seria preciso para pô-la em pânico. O fato de pessoas terem recebido dinheiro para atear fogo em vários locais demonstra que o grupo subversivo estava procurando saber até que ponto poderia contar com a colaboração de pessoas radicadas na cidade, para participarem de suas ações subversivas. Pela análise do editorial, Joinville teria sido escolhida pelo fato de ser a maior cidade do Estado, em número de habitantes e de eleitores, além de possuir o maior e mais diversificado parque industrial do Estado e ter grande importância no contexto estadual.

O jornal volta a tocar no assunto, sem no entanto, apontar possíveis grupos responsáveis.

Em Janeiro/78 ocorreu em Joinville, paralelamente aos incêndios, outro fato que levou novamente a imprensa e autoridades a afirmarem que estaria existindo presença de subversivos na cidade com a intenção de perturbar a paz e criar intranquilidade junto as autoridades políticas e policiais, provocando um certo pânico na população de Joinville.

O 62º Batalhão de Infantaria sofreu duas tentativas de invasão, numa mesma noite, levando rapidamente à várias conclusões de que isto seria mais uma ação de terroristas. O Tenente Coronel Otto Denys Gomes Porto, que respondia pelo 62º BI naquele momento, se referindo aos incêndios e a tentativa de arrombamento afirmou:

---

<sup>151</sup> A Notícia. 15 de jan. 1978. “Teste subversivo”. pág.04.

“É fato que esta intranqüilidade deva existir (...) pois não sabemos ainda os meios e processos que estes elementos estão utilizando. Em casos passados de subversão, sempre eram deixados panfletos que identificavam a origem, e nos incêndios ocorridos em Joinville isto não acontece. Por isso não sabemos de onde parte. A impressão que se tem é de que tais elementos pertencem a grupos de esquerda, cujo objetivo é de deixar instituições tradicionais alquebradas para uma completa desmoralização dessa mesma sociedade”.<sup>152</sup>

Estas palavras foram ditas em 1978 numa cidade que sempre negou a existência de qualquer grupo ou ação ligada a esquerda. Neste mesmo ano iniciava por todo o país uma luta pela redemocratização, pela Anistia e pelo fim da ditadura militar. Em Joinville, pelas palavras acima, a pauta do dia era a ameaça de grupos terroristas à ordem estabelecida.

O Tenente Coronel, dizia não poder relacionar o que ocorreu no 62º BI com os incêndios, porque se fazia necessária uma investigação mais profunda. Segundo ele, o que estava ocorrendo em Joinville tinha “características da linha chinesa de violência, que é de “linha de fogo” e que tanto pode ser de incêndio como de explosão”. Para o Tenente Coronel a tentativa de invasão ao 62º BI teria por objetivo explodir o Paiol do Batalhão onde ficava todo o armamento e a munição dos mesmos.

Referente ao episódio da tentativa de invasão do 62º BI, outro jornal local - a Folha Catarinense<sup>153</sup> detalha o fato como uma possível ação comunista. Baseando-se nas informações do próprio Tenente Coronel e do 62º BI, informa que o SNI - Sistema Nacional de Informação - chegaria a Joinville para investigações. Os agentes do Exército passam a tratar do assunto dos incêndios e da tentativa de invasão.

Nesta reportagem aparece pela primeira vez nos jornais, referências sobre o que aconteceu em novembro de 1975. Diz o Tenente Coronel Otto Denys, que poderá ser repetida

---

<sup>152</sup> A Notícia. 14 de jan. 1978. “62º BI foi alvo de duas tentativas de invasão numa mesma noite”. pág.12.

<sup>153</sup> Jornal Folha Catarinense. 16 à 22 de jan. 1978. “Invasão do Quartel do Exército pode ter sido obra comunista”. pág.08.

a mesma operação que se realizou naquele mês e que deteve, em todo o Estado, dezenas de pessoas envolvidas com o Partido Comunista Brasileiro. Fala da chamada Operação Barriga Verde, desencadeada pelo Exército de Santa Catarina para desarticular o PCB e prender seus membros. Em Joinville foram presas 08 pessoas.

Diante da situação em que “elementos” procuram desmoralizar a sociedade joinvillense, uma posição em defesa da moral da cidade se faz necessária. Os órgãos de investigação do Exército como o DOI-CODI passam a atuar para reprimir o crime e a subversão.<sup>154</sup>

Informações e opiniões eram extremamente contraditórias entre as autoridades. O Tenente Coronel Otto Denys afirmava ser de ação subversiva os incêndios e a tentativa de invasão ao 62º BI. O secretário de segurança Coronel Ary Oliveira dizia não haver nenhuma ligação entre os incêndios e o ocorrido no 62º BI, refutando que tenham sido atos praticados por terroristas<sup>155</sup>. Acreditava que a responsabilidade pelos fatos estava ligada a menores marginais que não possuíam assistência do poder público, tornando-se pequenos infratores que geravam intranquilidade pelos seus atos de violência.

Outras autoridades, não ligadas à área de segurança da cidade, também acreditavam não ser ação de terroristas os incêndios que vinham acontecendo. O Padre Érico Ahler, responsável pela Igreja do Sagrado Coração de Jesus, que sofreu incêndio em sua sacristia<sup>156</sup>, acreditava que os incêndios não eram obras de grupos terroristas, mas sim de “irresponsáveis que estão procurando publicidade e que devem ser viciados em drogas”. Para ele não havia motivos políticos para tais ações.

---

<sup>154</sup> De fato, o caso dos incêndios em Joinville, foi tratado pela justiça militar. No Arquivo Público do Paraná existe junto ao acervo do DOPS, uma pasta contendo todas as informações sobre os incêndios, recortes de jornais, depoimentos e todo o Processo criminal sobre o ocorrido em 1977 e 1978, inclusive com a conclusão do processo e a decretação da prisão preventiva de vários menores que acabaram sendo acusados como responsáveis pelos incêndios.

<sup>155</sup> A Notícia. 21 de jan. 1978. “Ary Oliveira confirma a prisão de uma menor envolvida no incêndio da Catedral”. pág.01.

<sup>156</sup> A Notícia. 24 de jan. 1978. “Incendiários continuam desafiando a polícia”. pág.12.

O impacto político destas acusações no sentido de divulgar e de algumas autoridades afirmarem que os incêndios seriam obras de comunistas, poderia ter repercussões grandes junto a população, que pelos 14 anos de ditadura militar esteve acostumada a desconfiar de tudo e de todos e a ver o fantasma do comunismo por toda parte.

Com o objetivo de saber o que a população estava pensando sobre os incêndios, o jornal Folha Catarinense<sup>157</sup> realizou uma enquete onde elaborou 5 perguntas e entrevistou diversas pessoas.

- 1) Você acredita que a origem dos incêndios seja comunista ?
- 2) Os incêndios seriam apenas atos de vandalismo ?
- 3) Você acredita que os mandantes dos incêndios estejam em Curitiba ?
- 4) Você acha que existe algum envolvimento político para prejudicar o MDB ?
- 5) O que você acha dos incêndios ?

As perguntas giram em torno das suspeitas já levantadas anteriormente tanto pela imprensa, como pela polícia durante as investigações e trazem uma forte demonstração da opinião pública carregada dos valores que a ditadura militar tão bem implantou nas mentes brasileiras.

Acreditando no comunismo como um inimigo destruidor, que estaria presente em todo lugar ameaçando a ordem, algumas respostas mostram claramente este pensamento. A maioria delas está ligada a primeira questão, ou seja, de que os incêndios teriam ligação com o comunismo.

Resposta de um representante comercial:

“Acredito que os incêndios tenham origem comunista, podendo inclusive, serem emissários de cabos expoentes estrangeiros ligados ao comunismo

---

<sup>157</sup> **Folha Catarinense**. 30 de jan. à 05 de fev. 1978. “Polícia mantém-se calada, mas o povo está falando”. pág.02.

internacional com ramificações em Curitiba e Joinville e com esta ação o partido majoritário (MDB) poderia ser prejudicado.”<sup>158</sup>

Este entrevistado demonstra conhecer o que é o comunismo, ou pelo menos sabe da existência de grupos internacionais. Vai longe na hipótese de que a ação dos incêndios poderia estar ligada a alguma ação internacional. Quando faz menção ao MDB, e de que este poderia sair prejudicado, possivelmente se refere a administração municipal que é comandada pelo partido desde 1972. Este poderia ser prejudicado se os incêndios estivessem ligados à esquerda.

Um estudante responde que, na opinião dele, há envolvimento de terrorista nos incêndios. Não argumenta a respeito, demonstrando não ter muita clareza do que isso significa. Já uma secretária diz que deve existir origem comunista, mas também não aprofunda esta resposta. Uma operária acredita na participação comunista e de que existe envolvimento político nos incêndios. Um outro entrevistado, que tem como profissão auxiliar de escritório, diz que: *“pela complexidade da situação, não seria de se estranhar se fosse descoberto algum foco comunista”*. Refere-se possivelmente ao fato das investigações serem tão complexas ao ponto de prender menores, mas não conseguirem identificar os mandantes dos crimes e nem os motivos pelos quais foram realizados. Isto cria um mistério em torno do fato, levando a inúmeras especulações quanto aos reais motivos dos incêndios. É preciso lembrar que o período do regime militar é fértil no sentido de acusar os comunistas como responsáveis por atos de vandalismo e por quaisquer atos fora da ordem estabelecida.

Um outro entrevistado é um jornalista, que elabora uma resposta com elementos importantes para se pensar a cidade e o que estava ocorrendo naquele momento:

“Acredito que seja em parte, o reflexo de problemas sociais em Joinville, oriundos do desemprego, que atinge centenas de lares joinvillenses. Situação esta que pode ser constatada pelo alto índice de mendicância e marginalidade

---

<sup>158</sup> Idem.

de menores. Acresce ainda o fato, mais agravante, ou seja, a constante imigração de famílias que aqui chegam a procura de empregos. É importante ressaltar que elementos subversivos interessados em tirar proveito da situação, vão se infiltrando entre essas camadas sociais.”<sup>159</sup>

Aparece neste depoimento, aquilo que é recorrente entre as elites da cidade. Acusar como culpados pelo que de errado acontece aqui, àqueles que a procura de trabalho para cá migram. É como se o mau viesse de fora; o crescimento desordenado da cidade, a falta de emprego, as péssimas condições de vida, não serão de responsabilidades daqueles que administram a cidade e que aqui acumulam riquezas, mas sim daqueles que vem em busca de trabalho, atraídos na maioria das vezes por uma propaganda enganosa com falsas promessas.

Por outro lado a resposta abre para uma discussão importante, a falta de emprego que leva jovens e adultos à mendicância e à marginalização, gerando uma onda de violência permanente.

Mas as questões sobre os incêndios não se encerram aí. Houve toda uma discussão envolvendo a administração do MDB e a possibilidade da ligação destes incêndios com ações da extrema direita, tendo como objetivo criar uma situação de caos prejudicando o trabalho do governo municipal e justificando desta forma uma provável intervenção do governo militar na Prefeitura.

Quando inicia-se os incêndios em Joinville o MDB já esta na administração municipal há 5 anos, eleito pelo voto popular. Poderia dizer que Joinville estaria se destacando como uma cidade progressista ? Representaria Joinville e sua administração municipal uma ameaça para a segurança nacional ?

---

<sup>159</sup> Ibidem.



São poucas as reportagens que tratam desta questão, porém interessantes porque trazem para a discussão um elemento importante: a questão política que envolve o fato “incêndios”.

A imprensa, as autoridades, a cidade como um todo, tomam parte nos acontecimentos e cada um quer solucionar o problema. Aos políticos do MDB, interessa criar um fato político em torno destes acontecimentos e fortalecer sua participação e presença junto aos poderes municipais. Além disso, vem a questão de manter-se como centro junto a população, ou seja, se o MDB tem sua administração ameaçada por ações violentas da extrema direita e divulga isso, saindo-se como vítima, logo espera que a população se manifeste a seu favor, fortalecendo seu poder na cidade.

Neste período o MDB passa a agrupar as várias tendências da esquerda, esfaceladas na sua maioria pela luta armada, pelas sucessivas prisões de seus líderes e pela forte repressão e vigilância militar que impedia-os de se organizarem em seus antigos partidos, grupos e organizações.

Em relação a participação da direita nos incêndios, o Coronel Ary Oliveira<sup>160</sup>, que era responsável pelas investigações, não acreditava em tal hipótese, considerando absurda a declaração do deputado do MDB Jaison Barreto<sup>161</sup>. O mesmo dizia que os incêndios tinham a participação do governo do Estado, para que Joinville fosse transformando em área de segurança nacional e com isso houvesse a destituição da administração municipal, comandada pelo MDB. Naquele momento o Estado era governado pelo Sr. Antônio Carlos Konder Reis, da ARENA.

Outra reportagem da Folha Catarinense, relata a presença do deputado catarinense Valmor de Lucca em Joinville com o objetivo de fazer um relatório para o partido, acerca dos incêndios. Segundo a reportagem:

---

<sup>160</sup> A Notícia. 21 de jan. 1978. “Não ligação entre as invasões do 62º BI e os vários incêndios”. pág.12.

<sup>161</sup> Estas declarações do deputado Jaison Barreto foram publicadas pelo Jornal “O Estado de São Paulo”, mas a reportagem não trás a data da referida publicação.

“(...) o deputado Valmor de Lucca declarou à imprensa de Brasília, que o MDB tem interesse em investigar o mais rapidamente possível a origem dos incêndios, já que vários opositores acham que ele faz parte de um plano que visa preparar política e psicologicamente a opinião pública para uma intervenção governamental na prefeitura de Joinville, dominado pelo MDB desde 1972.<sup>162</sup>

Segundo o deputado, o fato de Joinville ser a maior cidade do Estado e estar sendo bem administrada pelo prefeito Luiz Henrique da Silveira, estaria prejudicando politicamente a situação da ARENA, em todo o Estado.

Este seria um forte motivo para querer destituir o Prefeito. Um outro motivo, segundo Valmor de Lucca, seria o fato de Joinville ser historicamente uma cidade com princípios da direita. Citou inclusive a presença de forças nazi-facistas no município.

Estas declarações tem o objetivo de reforçar o fato de que a cidade está sendo governada pela esquerda e, isto a torna alvo de ações da direita. As mesmas tem o objetivo de tornar público o fato, a nível nacional.

A imprensa do Estado do Paraná divulgou muitas coisas sobre os incêndios, por que num determinado momento do processo era acusado de serem mandantes dos incêndios, pessoas que residiam em Curitiba e também a 5ª Região, que comandava as investigações militares, tinha sede em Curitiba.

A Gazeta do Povo, noticiou a desativação do esquema militar em Joinville, colocando em sua reportagem que uma das hipóteses para a causa dos incêndios seria a possível intervenção da direita no governo do MDB. Os incêndios fariam parte de um plano maior, que teria como intenção criar tumulto e intranquilidade para favorecer uma intervenção. Segundo a

---

<sup>162</sup> **Folha Catarinense**. 23 à 29 de jan. 1978. “MDB teme incêndios com causa política”. pág.07.

reportagem; os incêndios teriam como causa fundamental, o fato do MDB estar no poder.<sup>163</sup>

Toda a discussão em torno dos incêndios estava ligada ao objetivo de encontrar os responsáveis por tais delitos. Para isto, construiu-se toda uma gama de possibilidades e hipóteses dos prováveis motivos e suspeitos. O caso não foi tratado como simples crime cotidiano. Chegou a ser visto como de “segurança nacional” e para tanto envolveu todo um aparato policial com características fortemente repressivas. As autoridades policiais justificavam o grande contingente de homens que chegavam a cidade, argumentando que o aparato policial disponível era insuficiente para conter o crescimento da violência.

Em várias reportagens sobre os incêndios, aparecem a debilidade da polícia local em combater este tipo de crime, impossibilitando uma investigação completa pela falta de pessoal e pelas más condições físicas nas instalações das mesmas.

No entanto, quando se trata de manter a ordem e a segurança de pessoas e lugares “importantes” da cidade, logo a situação é contornada e cria-se todo um aparato policial - e por que não dizer militar - para garantir a segurança.

Todos são suspeitos até que se prove o contrário. Este era o lema que tinha validade nas investigações sobre os incêndios.

Quando ocorreu o incêndio na sacristia da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, foi realizada uma “verdadeira caçada humana”, sendo presas cerca de 50 pessoas, sendo que uma delas ao tentar escapar foi baleada e em seguida internada<sup>164</sup>. A polícia passou a realizar prisões em massa, devido a rotineiras “blitz” nas noites e madrugadas. Passou a realizar um controle nos bares e boates, podendo os mesmos funcionar só até a meia-noite.

Segundo o Comandante Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Eduardo Dória de

---

<sup>163</sup> **Jornal Gazeta do Povo**. 21 de fev. 1978. “Desativado esquema militar em Joinville”. (Jornal do Acervo do DOPS - Pasta Incêndios em Joinville) Arquivo Público Paraná.

<sup>164</sup> **A Notícia**. 24 de jan. 1978. “Incendiários continuam desafiando a polícia”. pág.12.

Sá Fortes: “a cidade esta sendo limpada”<sup>165</sup>. Para isso as “blitz” são realizadas 24 horas por dia. Nessa ocasião, chegaram em Joinville 50 policiais militares para reforçar a segurança.

Para se ter idéia do contingente de policiais mobilizados para fazer a segurança da cidade, no final de semana, que antecedeu o dia 31 de Janeiro de 1978, no qual não foi registrado nenhum incêndio, havia 400 policiais nas ruas de Joinville, alguns disfarçados e de prontidão nos principais pontos da cidade<sup>166</sup>.

Quanto a segurança da cidade, as autoridades policiais procuravam deixar a população tranqüila. Afirmavam que tudo estava sobre controle, não havendo motivo para se preocupar. Em uma nota oficial, dizia a polícia:

“Assim como a população de Joinville, vem enfrentando com coragem as vicissitudes porque está passando, a polícia continuará com fé, perseverança, e acreditando no seu trabalho mesmo que receba críticas injustas ou jocosas. O importante é o dever de cumprir.”<sup>167</sup>

A nota também se refere às críticas que a polícia vem sofrendo por não conseguir descobrir os responsáveis pelos incêndios e nem mesmo impedi-los.

Além da questão da segurança da cidade, que demonstrou que a polícia poderia manter um clima de forte repressão nas ruas e de intervenção em locais considerados de lazer, houve outras questões denunciadas, inclusive em jornais de outro Estado, e que envolvia a acusação de torturas sofridas por aqueles que foram presos como suspeitos de serem os incendiários.

A denúncia de torturas, foi anunciada primeiro pela Folha Catarinense, jornal de Joinville que circulou por pouco tempo e tinha sua edição semanal. Segundo a reportagem

<sup>165</sup> A Notícia. 25 de jan. 1978. “Incendiários não reconhecem Toigo”. pág.01.

<sup>166</sup> A Notícia. 31 de jan. 1978. “Incêndios: finalmente um domingo tranquilo”. pág.06

<sup>167</sup> A Notícia. 26 de jan. 1978. “Incêndios: polícia libera 1º nota oficial à imprensa”. pág.06.

intitulada: “**Incêndios: A verdade não foi dita**”<sup>168</sup>, relatam que alguns presos acusados de incendiários sofreram torturas da polícia local para confessarem suas participações. A tortura no caso dos incêndios, foi denunciada também por líderes religiosos da cidade<sup>169</sup>, que demonstraram a preocupação com os métodos de investigação, alegando que foram punidas apenas algumas pessoas pobres que não representavam ameaça alguma. O responsável, enquanto isso, continuava impune. Segundo um preso, as torturas eram feitas por meio de choques elétricos nos órgãos sexuais e na ponta da língua. Relata que foi espancado após ser conduzido com um capuz na cabeça para um lugar distante e deserto<sup>170</sup>. Vê-se aqui que as técnicas de tortura em muito se assemelham àquelas utilizadas com os presos políticos pelo regime militar em todo o país.

Estas denúncias abrem espaço para uma reflexão acerca do aparelho repressor montado pelo Estado Militar durante toda a década de 60 e 70. Volto a afirmar a importância de discutir os incêndios ocorridos em 77 e 78, como uma questão política que demonstra a mobilização da sociedade com os seus diversos segmentos, político, militar, econômico, agindo de forma a defender e preservar suas situações de privilégios destruindo qualquer ameaça. Os incêndios são entendidos como mais um dos episódios fabricados pela elite local para demarcar seu poder na sociedade. Em diferentes momentos é construído um inimigo, possibilitando a aglutinação de forças sociais para travar um combate e mostrar que a cidade estava livre de ameaças e a paz voltava a reinar. Os incêndios causaram destruições, trazendo prejuízos materiais. Se utilizaram deste fato num discurso que envolveu questões pertinentes naquele momento histórico: subversão, comunismo, terrorismo, repressão, violência, liberdade e outros que possuíam um forte poder de mobilização. A sobrevivência do regime militar, exigia que tudo permanecesse na mais perfeita ordem.

---

<sup>168</sup> **Folha Catarinense**. 02 a 08 jan. 1978. “Incêndios: A verdade não foi dita”. pág.08.

<sup>169</sup> **EXTRA**. 24 à 27 de jun. 1978. “Um padre muito especial. Um novo líder na cidade?”. pág.10.

<sup>170</sup> **Folha Catarinense**. 02 a 08 jan. 1978. “Incêndios: A verdade não foi dita”. pág.08.

Cidade pacata, Joinville caminhava rumo ao desenvolvimento e o progresso e estes eram incompatíveis com desordens e violência. Por outro lado a cidade vivia um momento de florescimento de movimentos reivindicatórios, era administrada pela “oposição” e rumava para direções que apontavam: participação, abertura e projetos populares. Isto dificultaria o retorno ao poder local, daqueles que sempre reinaram. Estes mesmos segmentos possuíam interesses econômicos, ligados sobretudo, a área industrial da cidade e começavam a sentir um certo murmúrio de organização. Criar um fato, mostrar a força que o poder repressivo tinha para destruí-lo, se apresentava como um exemplo do que poderia acontecer com aqueles que ousassem desafiar as “ordens” da grande “Manchester Catarinense”.

### III CAPÍTULO

#### **3. MANIFESTAÇÕES DE RESISTÊNCIA X REPRESSÃO**

Esta parte do trabalho tem como objetivo, localizar nos anos de ditadura militar, as manifestações de resistência que ocorreram em Joinville. Para que isso seja possível, faz-se necessário estudar acontecimentos singulares, onde se possa encontrar ações da população (grupos específicos), que resistiram aos atos repressivos desencadeados pelas autoridades militares ou por seus representantes.

Algumas resistências marcaram a história da cidade e merecem ser citadas para um estudo detalhado posteriormente. Pelo menos duas situações mostram que as resistências frente à ditadura militar aconteciam nos diferentes campos e em diferentes datas. A primeira ocorre em 1968 e se refere à censura de uma peça de teatro chamada “Os Palhaços”. Também em Joinville, sentiu-se a presença da censura, como aparelho repressor do Estado Militar, na tarefa de vigiar manifestações que sugerissem uma crítica ou um enfrentamento ao regime.

O professor Deretti dirigiu a peça de sua autoria, “Os Palhaços”, que era uma produção do Grupo de Teatro Renascença, que *“(...) procurava reviver o teatro que em Joinville se extinguiu, agora, sempre presente, procura mostrar aos joinvillenses o teatro novo, transmitindo de maneira atual os vários problemas humanos.”*<sup>171</sup> Talvez estivesse aí o

---

<sup>171</sup> A Notícia. 09 de ago. 1968. “Grupo de Teatro Renascença vai encenar a Peça “Os Palhaços””. pág.08.

problema do grupo: apresentar os problemas humanos com talento e denúncia. Isso significava questionar a realidade brasileira daquela época, provocando o governo militar, que escamoteava a realidade social daqueles tempos.

Sobre o porquê de não escrever uma comédia ou drama, diz seu escritor:

"(...) questão de autenticidade. O cotidiano fornece o argumento. As situações e os quadros não são criados. São apenas reproduções daquilo que a vida e a sociedade nos colocam diante dos olhos dia após dia. Não escrevi uma comédia. A vida às vezes é cômica, às vezes é trágica, mas a constante é o paradoxo."<sup>172</sup>

A peça trata da questão social e mostra que a verdade não está com o político ou com a grande liderança, mas pode estar com o engraxate, com o bêbado, com o palhaço. A peça procura mostrar que a sociedade cria mitos e que as lideranças morais, religiosas e políticas estão distanciadas da realidade.

O ano de 1968 é de intensa agitação cultural e política no Brasil. A luta contra a ditadura militar toma corpo. Os movimentos estudantis e culturais estão em plena atividade política e lutam em busca de uma redemocratização do regime militar. É o ano em que o regime se fecha contra toda esta agitação e as forças repressivas agem violentamente culminando em dezembro de 68 com a criação do Ato Constitucional N°5. Este cerceia toda e qualquer liberdade política. Portanto, é um ano “revolucionário” também em Joinville, mesmo sendo uma “cidade pacata” e não tendo diretamente ligação com outros grupos de teatro do país.

Através de vigilância política e policial a peça é interdita, não chegando a ser apresentada no dia marcado. Um comentário do Jornal A Notícia reflete como a censura era encarada naquele momento pelos órgãos da imprensa local:

---

<sup>172</sup> **Jornal de Joinville**. 29 de set 1968. Segundo caderno. “Ele escreveu “Os Palhaços””. pág.02.



“A peça foi interdita (se é esta a expressão exata e tão em moda) em virtude da censura que não foi liberada. Até lá tudo certo. Afinal deve haver a censura, senão o teatro seria uma verdadeira fonte de doutrinas subversivas, ou como preferem muitos, palco de obscenidades, onde acham que o palavrão deva existir.”<sup>173</sup>

O comentário apenas, como forma de crítica, sugere que a censura deveria ter órgãos responsáveis nos Estados e não depender da censura Federal por todo o trâmite burocrático e o tempo decorrido para o resultado. Mas sequer questionam o fato da censura ter impedido a apresentação da peça teatral, por outro lado fica clara a preocupação com o teatro vir a ser uma fonte de “doutrinas subversivas”, demonstra que há um medo referente a força do teatro junto a população. Esta peça foi apresentada, em seguida, em um Festival Amador de Teatro em Blumenau e depois foi encenada em Joinville durante um seminário que ocorreu na cidade, mas segundo seu escritor, a censura e a repressão militar continuava perseguindo o grupo:

" (...) A peça realmente foi anunciada, foi levada na Harmonia Lyra, eu nunca vi tanto público é uma coisa impressionante, realmente muito público mesmo (...). Tudo muito bem tranquilo, o resultado uma empolgação, o grupo já tava se empolgando tanto, já tava sonhando em desenvolver mais trabalhos, mais trabalhos essa coisa toda. A peça foi levada em uma sexta-feira e na segunda-feira (...) eu fui chamado ao telefone, fui ao telefone né e aí, do outro lado tava o coronel (...) que era o delegado (...), ele disse apenas o seguinte “Olha Deretti, eu gosto muito de você e tal, mas aquela peça você não vai levar mais, por que se você levar eu vou ter que botar meus homens lá.”<sup>174</sup>

Uma clara demonstração de censura à arte e à cultura. A repressão militar localizava seus alvos na possibilidade de debates que sugerissem alteração da realidade daquele período. A comédia "Os Palhaços" ameaçava a “forte” estrutura do regime militar.

<sup>173</sup> A Notícia. 20 de ago. 1968. Noticiário de São Bento do Sul. “Comentário”. pág.02.

<sup>174</sup> Miraci Deretti. Entrevista concedida à autora em 19 dez de 1997.

Segundo Deretti, o grupo se desarticulou, desestruturando mais uma iniciativa cultural na cidade. Outras peças foram encenadas, mas com um número bem menor de atores e com textos que não indicassem qualquer ameaça.

A repressão militar "terrorista" não deu tréguas. Mesmo no final da década de 70, onde pelo Brasil afora se discutia a abertura política, a anistia geral e a construção de novos movimentos populares, em Joinville ainda se convivia com situações de extrema violência, de perseguição política e ideológica.

O ator em cena desta vez é um padre da Igreja Católica ligado as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, que iniciou em Joinville um trabalho de "evangelização conscientizadora", no início dos anos 70<sup>175</sup>. Os trabalhos comunitários desenvolvidos pelas CEBs - tinham com objetivo refletir sobre a realidade econômica e social dos trabalhadores, conscientizando-os sobre os seus direitos. Esta prática era vista como subversão. Por estes motivos, o Serviço Nacional de Informação - SNI - entrevista o Padre Luiz Fachini questionando-o sobre suas atividades.<sup>176</sup> A partir daí o padre e sua paróquia seriam vítimas constantes de perseguições, acusações e ameaças. Nas palavras do padre:

"Este tipo de suspeita, atrapalha nosso trabalho que é imbuído das melhores intenções. Mas é a tal história, qualquer trabalho que visa minorar o sofrimento do povo tão explorado pelas contradições do capitalismo, é considerado subversivo e contrário à segurança nacional."<sup>177</sup>

Em 1978 vários acontecimentos envolveram o padre e sua paróquia. Inúmeras vezes recebeu acusações de subversivo, comunista, agitador. Sua ação política e evangelizadora incomodava as elites locais.

---

<sup>175</sup> Aqui irei me referir a participação do Padre Luiz Fachini, responsável pela Paróquia Cristo Ressuscitado, nos acontecimentos envolvendo a repressão militar. O tema da criação dos CEBs em Joinville enfocando a participação da referida paróquia foi aprofundado na dissertação de Mestrado:

PEDRINI, Dalila Maria. *As CEBs Cristo Ressuscitado de Joinville e Araquari - SC: Análise de um processo de mudanças*. São Paulo: PUC, 1989.

<sup>176</sup> Livro Tombo nº1 - Histórico da Comunidade Cristo Ressuscitado - Bairro Floresta - Joinville/SC, 24 Novembro de 1967. As perguntas feitas pelo SNI foram as seguintes: 1- Que trabalhos estavam fazendo? 2- O que é comunidade Cristã de Base? 3- Quem são os responsáveis? 4- Qual é a atuação política?

<sup>177</sup> Idem.

Os aparelhos repressivos estavam atentos aos mais diversos cenários da sociedade, fossem eles políticos, culturais ou religiosos. O fato das organizações populares incomodar o poder já é uma constatação histórica. Histórico também é o fato da perseguição empregada aos líderes destas organizações, como se fosse possível dismantelar um projeto atingindo seu líder. As vezes isso acaba por acontecer se o alicerce que mantém estruturado tal organização, não estiver totalmente firme. Este era o principal objetivo das forças conservadoras em Joinville, empresários, políticos da direita (filiais naquele momento à ARENA), aparelho repressivo do Estado Militar, procuravam através do desencadeamento da repressão (vigilância, ameaça) desarticular o trabalho que vinha sendo feito pelo Padre Luiz Fachini na periferia da cidade.

Entre setembro e outubro de 78, ocorreu um problema interno na Paróquia, que dizia respeito a venda de um terreno de uma das comunidades para que a mesma fosse desmembrada em 2 capelas localizadas mais próximas do local de moradia dos fiéis. Este fato acabou sendo motivo de uma grande confusão envolvendo a Paróquia (o padre), a Igreja Diocesana na figura do Bispo D. Gregório Warmeling, e políticos ligados a ARENA, bem como membros da comunidade onde se localizava o terreno. Houve uma articulação entre moradores descontentes com o trabalho do padre e vereadores da Arena<sup>178</sup> juntamente com a imprensa. Isso desencadeou uma série de reportagens na imprensa escrita e televisiva com acusações ao Padre Luiz Fachini. A mais constante, era a de que o mesmo usava as missas e reuniões para fazer pregações subversivas, e que o material utilizado por ele, como folhetos de missa e cantos, tinham um conteúdo que incitava os trabalhadores para a revolta.

---

<sup>178</sup> Aparece nas reportagens e relatórios da Paróquia o nome do morador Severino Losi e do vereador da Arena Adolar Schutz.

Este é um tema que merece ser aprofundado, mas aqui quero apenas levantar algumas questões: a ARENA de Joinville teve um papel importante neste episódio articulando vários segmentos da sociedade para orquestrar uma campanha de calúnia e perseguição que repercutiu em todo o Estado. A ARENA foi mais uma vez um braço da repressão militar. Por trás disso tudo, estavam também empresários da cidade que se pronunciaram contrários as atividades pastorais e políticas do padre. Diz Hans Dieter Schmidt, diretor da Fundação Tupy na época:

“Não conheço o Padre e imagino até que seja bem intencionado, mas a agitação de classe não pode ter a tutela do empresário joinvillense. Jogar empregado contra patrão, católico contra protestante, rico contra pobre, vira em prejuízo frontal à harmonia social que devemos buscar e defender (...). A agitação de classe não só repugna o espírito dos joinvillenses, mas da própria índole brasileira.”<sup>179</sup>

A discussão não passava apenas pela Segurança Nacional, mas pelos conflitos da luta de classe. Joinville estava entre as grandes cidades industrializadas e seus empresários temiam um enfrentamento nos moldes do que acontecia em São Paulo com sindicatos atuantes. Nesta fala, continua aparecendo o discurso de preservar a harmonia entre as classes, que perpassa toda a história de Joinville.

Mas os problemas não acabam aí. No final do ano de 1978 o Padre Luiz Fachini recebeu um cartão de natal, do Comando de Caça aos Comunistas - CCC.<sup>180</sup> Isto foi a gota d'água para comprovar que realmente o padre e seus trabalhos estavam na mira da repressão.

Em declaração ao Jornal Extra<sup>181</sup> Luiz Fachini disse que não modificaria sua decisão de trabalhar em favor dos que necessitavam. Muitas foram as moções de apoio recebidas pelo

<sup>179</sup> A Notícia. 07 de out 1978. “Dieter Schmidt: O empresariado não tutela à agitação”. pág.01.

<sup>180</sup> Extra. 06 à 08 de dez. 1978. “Querem Caçar”. pág.01. O cartão veio com os seguintes dizeres: O comando de caça aos comunistas deseja ao Pe. Luiz Fachini: simpatizante, ativista da canalha comunista que enxovalha nosso país, um péssimo natal e que se realize no ano de 1979 nosso confronto final. São Paulo, dezembro 1978 - CCC.

<sup>181</sup> Idem.

padre, desde o Comitê Estadual pela Anistia, passando pelos Bispos do Estado que, em Assembléia, redigiram uma carta de apoio, até inúmeras entidades locais e pessoas dos mais diversos lugares. As manifestações eram favoráveis as atitudes políticas evangélicas do padre e contrárias a todo tipo de cerceamento de sua liberdade de expressão.<sup>182</sup>

Como último aspecto de resistência, investigarei a participação do Partido Comunista Brasileiro - PCB - na luta contra a ditadura militar. Fixarei meu estudo na Operação Barriga Verde que ocorreu em 1975 e levou à prisão muitos dos integrantes do Partido Comunista Brasileiro. Este fato mostra claramente que o aparelho repressivo estava em pleno funcionamento em Joinville e que a resistência ao regime militar acontecia das mais variadas maneiras, pela via cultural, política ou pela via evangelizadora.

Joinville configurou-se, como vimos nos capítulos anteriores, em uma cidade que manteve o discurso da ordem em toda a sua história. Sempre apresentou nos discursos das elites políticas, econômicas, eclesiais e militares a referência constante de ser uma cidade onde imperava a paz, embalada pelo progresso e desenvolvimento. O imaginário político construído ao longo de sua história veio a calhar com aquele propagado pela “Revolução de 64” - Desenvolvimento com segurança.

No entanto, através de um estudo mais atento, percebe-se manifestações contrárias a esta ordem, seja pela via do discurso de algumas lideranças da cidade, seja pela prática de grupos militantes que procuravam organizar a população para que de forma crítica se colocassem contrárias a ordem vigente.

---

<sup>182</sup> Houveram outros episódios no ano de 1979, envolvendo a Pastoral Operária e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, episódios que envolviam os trabalhadores que participavam destas entidades, mas esse é um outro trabalho que poderia estudar o surgimento dos novos movimentos populares no final da década de 1970 em Joinville e como as forças conservadoras da cidade agiam diante disso.

A afirmação de que Joinville foi uma cidade que não resistiu à ditadura militar não se confirma. Ao longo dos anos aconteceram manifestações que demonstraram que não houve apenas silêncios e harmonia. O imaginário da resistência também encontrou, por menor que fosse, um pequeno campo para brotar. Àquelas “mentes e corações” que acreditavam no sonho, alguns de um mundo muito diferente, sonhando com a construção do socialismo. Outros apenas de uma democracia, onde fosse garantido a permanência das instituições civis. Construíram à sua maneira “focos” de resistência contra o regime repressivo.

Recuperando Michel Foucault<sup>183</sup> sobre poder e resistência, destaco: onde há poder, há resistência e que a resistência nunca se encontra em posição de exterioridade ao poder. Desta forma a resistência esta presente em toda *“a rede, em toda a forma de poder, não pode existir senão no campo estratégico das relações de poder”*. Seja qual for a forma de resistência ela existe como inimigo, como oposição, como contrário às manifestações de poder.

Em Joinville o poder esteve constituído de maneira hegemônica. Construindo uma rede de relações, manteve-se forte nas entidades, partidos e instituições atreladas à elite local. Da mesma forma que o poder cria uma rede que perpassa todas as relações e instituições, a resistência também cria vínculos que “atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais”. Na sua grande maioria, foram ações de resistência ligadas a atuação de partidos políticos legais, movimento popular reivindicatório, que se constituíram em oposição ao regime militar. Não foram, necessariamente, enfrentamentos diretos com as forças de repressão. Foucault dizia: *“(...) os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou de indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento.”*<sup>184</sup>

---

<sup>183</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. Vol.I. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

<sup>184</sup> Idem, p.92.

Um trecho belíssimo de Foucault expõe as possibilidades de resistências frente ao poder:

“(…) que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de extremidade em relação ao poder. (...) não existe, com respeito ao poder, um lugar de grande Recusa-alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontos ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (...). Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irredutível.”<sup>185</sup>

### 3.1 DOPS - O "VIGIAR E PUNIR"<sup>186</sup> - TUPINIQUIM

O período que estou pesquisando, década de 60 e 70, é de tempo violento, de forte repressão policial e ideológica. Tempo de sonhos e pesadelos para o povo brasileiro. Tempo propício para as repressões organizadas e administradas pelo Estado autoritário. Tempo de aparelhos policiais de informação. Tempo de agentes infiltrados nas organizações de esquerda. Tempo de prisões, porões e torturas. Tempo de controle absoluto sobre a nação.

Tempos assim construíram órgãos de repressão política e policial em quase todos os estados brasileiros. Em Santa Catarina, o Departamento de Ordem Política e Social estava ligado ao DOPS do Estado do Paraná. Todo o procedimento de fichamento dos “comunistas”, “terroristas”, eram feitos e informados à polícia do Paraná. Vários órgãos faziam parte deste

---

<sup>185</sup> Ibidem, p.91.

<sup>186</sup> “Vigiar e punir”, expressão utilizada por Michel Foucault, referindo-se ao processo de controle vivido pela sociedade.

aparelho repressor: a Polícia Federal de Santa Catarina, Divisão Central de Informações de Santa Catarina, Delegacia Regional do PR e SC e a 5ª Região Militar. A centralização das informações ocorria no DOPS - Paraná, tanto que os indiciados em Inquéritos Militares em Santa Catarina, prestavam depoimentos no referido Estado.

O departamento de informações do Exército - DOPS - mantinha em seu poder todas as informações detalhadas dos passos de cada militante do PCB/SC, que constavam de inquérito policial detalhando a participação de cada um, assim como, a organização do partido em cada cidade do Estado.

Criados no início do século XX, os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) - mantiveram-se sempre como polícias políticas a serviço do Estado repressor brasileiro. Considerado como um dos mais importantes aparelhos do Estado autoritário, seu papel principal era o de manter a ordem pública, como escreve Beatriz Kushmir<sup>187</sup>, citando o decreto que regulamenta o DOPS, como organismo de execução.

“(...) coletar, fichar, anotar e arquivar, os informes obtidos, pelos órgãos de busca (...) ou constantes da correspondência sigilosa, realizar a coleta complementar, preparar pedidos de busca; elaborar informações; preparar a difusão de informes e informações; instruir pedidos de passaporte e de ‘vistos’ de saída do território nacional; fornecer certidões negativas de antecedentes políticos e sociais; realizar as atividades administrativas correntes.”<sup>188</sup>

Diz a pesquisadora: *“No papel de acumulador e gerenciador de informações, fazendo-as circular e abastecendo os órgãos de inteligência de dados, os DOPS estaduais*

<sup>187</sup> KUSHNIR, Beatriz. O Acesso à Informação e as Fontes - uma análise da leitura e organização dos arquivos: o caso dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) no R.J. e em S.P. Comunicação apresentada no Encontro da ANPUH em Belo Horizonte - Julho/97.

<sup>188</sup> GUANABARA. Decreto “e”, nº 3002, de 15/08/1969. Relatório da Divisão de Informações, de 1972. Fundo DGIE. Série: Pasta temática, Sub-série Administrativa, nº 104 (Pereira, Márcia Guerra). FIGUEIREDO, Míriam Beatriz Collares e REZNIK, Luis; 1983, p.26. nota 20, citado no trabalho mencionado à cima.



*viveram em uma só década - 1968 a 1979 - (...) seu apogeu, crise e início do processo de extinção.*”<sup>189</sup>

Os anos da ditadura no Brasil, foram permeados de vigilância e censura. Os órgãos de repressão agiram de forma violenta proibindo idéias e ações. A censura, como diz Maria Luiza Tucci Carneiro “(...) *assim como a violência física e simbólica, fizeram parte dos projetos políticos articulados em diferentes momentos da nossa história.*”<sup>190</sup>

Mantidos como suspeitos de atentarem contra a segurança nacional, milhares de pessoas foram “fichadas” pelos DOPS, nos mais diferentes lugares do Brasil nos anos da ditadura. Suas vidas sofriam uma reviravolta completa a partir do momento que davam entrada na lista dos terroristas, subversivos e comunistas. Organizações, entidades, partidos, igrejas, enfim, os mais variados grupos da sociedade possuíam seu cadastro junto à esta organização repressora.

Ao folhear os documentos ligados ao DOPS do período do Regime Militar, senti calafrios. A impressão era de estar submergindo num mundo que se manteve “confidencial”, “sigiloso” e “restrito” por muito tempo. O mundo do repressor, aquele que serviu como argumento para prisões, torturas, desaparecimentos e mortes.

Os órgãos de informação da repressão não poupavam seus opositores. Fichava-os, inseria-os em inquéritos policiais, prendia-os e matava-os. Comunistas, subversivos ou terroristas, eram os qualificativos à pessoas que possuíam seu nome fichado, às vezes por terem sido flagrados comprando livros ou assistindo uma peça de teatro. Perigoso, criminoso ou traidor da pátria eram outras qualificações àqueles que participavam de uma organização de esquerda, de um partido clandestino ou de um grupo armado.

---

<sup>189</sup> Idem.

<sup>190</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas: O DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, Arquivo do Estado/SEC, 1997. p.15.

Pesquisar os arquivos do DOPS é deparar-se com o poder que desmantelou organizações que se opunham ao regime. Todos os arquivos, documentos e fontes originárias dos órgãos de repressão podem ter sofrido uma "limpeza" antes de terem sido entregues a órgãos de arquivo público. Esta hipótese precisa ser levada em conta ao se analisar tal material.

Um olhar atencioso e cuidadoso sobre o estudo das formas de repressão, nos revela as estratégias de resistência para burlar ações repressivas.

As fontes são variadas, não possuem uma única verdade, mas apontam alternativas de análise que vão depender da postura de quem as investiga. No caso das fontes dos aparelhos repressivos, meu objetivo é encontrar as ações desenvolvidas contra organizações da sociedade que se contrapunham a ordem autoritária naqueles anos de ditadura. Principalmente em Joinville, os registros das resistências só existem na memória daqueles que resistiram.

### **3.2 A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE NA "CAÇA" AOS COMUNISTAS**

O "perigo comunista" foi construído para justificar as ações de repressão desencadeadas pelo Exército Brasileiro em todo o país durante os anos da ditadura militar. A partir do discurso de que o Brasil sofria com a presença e a ameaça de uma revolução comunista, passou-se a reprimir todos os movimentos ligados à esquerda brasileira e inclusive àqueles de cunho cultural. Com o objetivo de desmantelar qualquer organização política contrária à ordem militar vigente no país, foram organizadas operações militares que pareciam atividades de guerra, em busca do inimigo perigoso. Na verdade, era esse mesmo o objetivo, minar qualquer organização que demonstrasse resistência à ditadura militar.

Em Santa Catarina, foi organizado a partir de julho de 1975 a "Operação Barriga Verde", *"com o objetivo de capturar os militantes e principais elementos de apoio do PCB,*

*afim de desarticular e neutralizar o PCB/SC*<sup>191</sup>. Esta operação buscou exterminar o Partido Comunista no Estado através da prisão de seus membros. Com mais de 40 presos o partido ficou sem seus principais articuladores.

O Partido Comunista Brasileiro estava procurando se reorganizar depois de um longo período de problemas por causa da forte repressão. Os últimos 10 anos (1964-1974) não tinham sido fáceis para os militantes comunistas, afinal foram “anos de chumbo” onde ser comunista representava um perigo para a humanidade. A clandestinidade e as constantes prisões fizeram com que muitos militantes passassem a viver uma vida sem possibilidades de efetiva organização partidária. Em Santa Catarina, o Partido Comunista tinha sua organização com maior presença em cidades como Criciúma, Florianópolis, Joinville, Itajaí, lugares onde havia algum movimento, seja ele ligado a sindicatos, a estudantes, enfim, movimentos que procuravam resistir ao regime militar.

A Operação Barriga Verde ocorreu num momento delicado da vida política brasileira. Se por um lado o clima de distensão começava a fazer parte dos discursos de algumas autoridades militares, por outro continuava-se a prender, torturar e a matar nos “porões da ditadura”.

O discurso da distensão, foi pauta para muitos advogados que se muniram deste elemento para defenderem seus clientes, como aparece na reportagem do jornal de Santa Catarina, onde uma advogada afirmou que:

“(...) ainda confia na justiça e continuará lutando em prol de seus constituintes ressaltando que o momento atual de distensão política, ditada pelo chefe do governo não recomenda a manutenção de presos que, como os do processo de Santa Catarina não apresentam o menor índice de periculosidade<sup>192</sup>”.

---

<sup>191</sup> Departamento de Polícia Federal. Divisão de Polícia Federal em SC. Seção de Informação. Assunto Operação Barriga Verde. Pasta do PCB Santa Catarina. Acervo DOPS - Arquivo Público Paraná.

<sup>192</sup> *Jornal de Santa Catarina*. 21 de fev. 1976. “Decretada prisão preventiva de 36 dos 42 presos políticos de SC”. Palavras da advogada Vera Lúcia Galloti. Pasta do PCB Santa Catarina. (Acervo DOPS - Arquivo Público Paraná).

Mas não bastou o argumento da distensão. Foi necessária, além da luta jurídica, muita luta política para impedir o desaparecimento dos presos e, mais tarde, a sua libertação.

A imprensa escrita de Joinville noticiou as prisões realizadas pela Operação Barriga Verde sem se posicionar, ou citar especificamente os presos políticos que residiam na cidade<sup>193</sup>. Não houve nenhum comentário em defesa dos presos ou de crítica à maneira como os mesmos foram detidos. Não parecia um fato que envolvesse pessoas ligadas à cidade. A imprensa compactuava com a atitude sórdida do Exército: prender trabalhadores. Na maioria das vezes isto ocorria de forma violenta, deixando suas famílias à mercê, sem notícias, sem dinheiro, sem estrutura, apenas com a dor da ausência.

O Partido Comunista em Joinville mantinha-se estruturado em forma de comissão municipal possuindo suas OBs - Organização de Base. Estas funcionavam em locais de trabalho e de moradia dos militantes comunistas. Seu trabalho dava-se basicamente com o objetivo de organizar os trabalhadores para a luta sindical. Com o surgimento do MDB, seus esforços também foram direcionados para a luta eleitoral, buscando eleger os candidatos da oposição. O pano de fundo permanecia sendo a luta pelo socialismo.

---

<sup>193</sup> **Jornal de Joinville**. 14 de dez. 1975. “Desbaratado foco comunista em SC: 38 nomes na lista”. pág.01. O conteúdo da reportagem é basicamente a transcrição da nota divulgada pelo comando da 5ª Região Militar, onde contém a lista dos presos políticos e o objetivo da operação.

Já **A Notícia** divulgou em 06 de jan. 1976 sobre o título: “Operação Barriga Verde libera 11 das 38 pessoas”. pág.01. Informando sobre a liberalização de 11 presos e a prisão de outros 27.

Com a prisão de oito militantes comunistas<sup>194</sup> em Joinville, vem à tona o fato de existir na cidade desde a década de 60, uma organização comunista atuante. As prisões dão visibilidade a uma oposição clandestina, não legalizada, que permaneceu invisível até 1975, no cenário político joinvillense.

Este fato traz elementos importantes para a análise do período da ditadura militar na cidade. Desmistifica a idéia de que esta é uma cidade pacata, da ordem, sem nenhuma oposição. Coloca na ordem do dia, a discussão da existência da repressão organizada e que mantinha vigilância permanente em busca do momento certo para desmantelar a organização dos comunistas. Desencadeia uma rede de solidariedade a favor dos presos políticos, envolvendo o poder público: Prefeitura e Câmara de Vereadores; a Igreja e outros segmentos ligados às famílias dos envolvidos.

### **3.3 O PCB EM JOINVILLE - ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA SILENCIOSA**

A história do Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina e a Operação Barriga Verde, está toda para ser estudada, como a história recente deste país. Aqui me fixarei nos reflexos da Operação Barriga Verde na organização do PCB, procurando compreender como esta desarticulou o partido na cidade e, principalmente, o que significou e representou na organização do mesmo, no período da ditadura militar.

---

<sup>194</sup> Conforme esta registrado no Inquérito Policial nº 49/75 os presos políticos foram:

- Antônio Justino, 32 anos, eletricista.
- Edgar Schatzmann, 35 anos, industrial.
- Irineu Ceschin, 32 anos, contador.
- João Jorge Machado de Souza, 28 anos, advogado.
- Júlio Adelaide Serpa, 26 anos, mecânico e ajustador.
- Osni Rocha, 27 anos, mecânico.
- Rosemarie Cardoso Bittencourt, 28 anos, assistente social.
- Waldemar João Domingos, 37 anos, mecânico.

Como afirmei nos capítulos anteriores, Joinville estava longe de representar um foco perigoso de resistência ao regime militar, no sentido de ameaçar suas estruturas. Com um imaginário político muito bem elaborado e construído ao longo dos anos, onde imperava a afirmativa da cidade da ordem e do trabalho, restava pouco espaço para construção de um sujeito político participativo que fosse buscar uma organização efetiva contra o regime militar. Apesar da cidade, desde de 1972 ser comandada por um partido, teoricamente de oposição ao regime - o MDB, não significava oposição ao regime militar.

No entanto, a história de Joinville na década de 70 também possuiu protagonistas, homens e mulheres que, no mais profundo silêncio da clandestinidade, procuravam se organizar e resistir à repressão militar. Mesmo que para isso não fizessem parte do cenário político, não aparecessem como líderes, trabalhavam para construir seu objetivo sem que muitos dessem conta de suas presenças.

Muitos desses nomes não fazem parte da memória de Joinville. À eles não foram e possivelmente não serão, dedicados: praças, ruas, monumentos. Apenas surgirão nas histórias daqueles que se debruçarem sobre o movimento popular, operário, sindical. No “silêncio” da cidade, aparecerá a voz dos que não se calaram diante da repressão e da injustiça social. São personagens que não assimilaram o imaginário da ordem e construíram seu próprio imaginário, o da resistência.

Trata-se especificamente de um grupo de pessoas que se manteve coeso na busca de organizar e manter atuante o Partido Comunista em Joinville. Com isso, não afirmo categoricamente, ter sido este o único grupo que resistiu à ditadura militar. Como grupo político partidário, foi o que procurou, via organização dos trabalhadores e com participação no MDB, se colocar como proposta e como alternativa, ainda que pequena, dentro daquele contexto.

O inquérito policial em que são denunciados os militantes do PCB em Joinville e no Estado de Santa Catarina, registra a organização do Partido Comunista desde 1967/1968, com reuniões na casa de diversos militantes. Isso demonstra que mesmo não tendo visibilidade na cidade, o Partido existia e mantinha-se organizado, representando um esforço de oposição ao regime militar.

Mesmo não aparecendo em nenhum outro documento pesquisado, a existência do Partido Comunista em Joinville fica claro pelos registros do Departamento de Informação do Exército. Reuniam-se clandestinamente em um campo de futebol, para receber, como diz o relatório, o Jornal “A Voz Operária”, do PCB. Contatavam com Teodoro Chercov - “Raul” - que representava o partido no Estado. Isto mostra que não estavam isolados em Joinville e que mantinha uma articulação com os demais grupos do Estado.

Esta afirmação foi confirmada pela Dona Linete, que diz: *“(...) então a gente acolhia as pessoas em casa, pra instruí sobre o que tava acontecendo fora do nosso local, né, as pessoas vinham de passagem, ficavam, dormiam uma noite, duas depois seguiam em frente (...).”<sup>195</sup>*

Segundo Dona Linete, essas pessoas que participavam do Partido em instâncias nacionais, traziam jornais, informações de como estava a luta em outros lugares e discutiam com os membros daqui as ações que deveriam ser desenvolvidas na cidade.

Conforme o relatório, quem dirigia o PCB em Joinville em 67/68, era João Jorge Machado de Souza, preso em 1975 pela Operação Barriga Verde. João Jorge trabalhou como assessor parlamentar na Câmara de Vereadores de Joinville a partir de 1971, e era funcionário concursado. Quando foi preso exercia o cargo de advogado daquela casa. Continha como acusação o fato de integrar o Partido Comunista em Joinville e ser dirigente de uma

---

<sup>195</sup> Linete Ceschin. Entrevista concedida à autora em 13 jan. de 1998.

Organização de Base. Quando retornou da prisão em 1976, voltou a trabalhar na Câmara, mas logo depois se aposentou por invalidez, possivelmente por problemas ligados às fortes torturas que sofreu durante os meses que ficou na prisão.

A história do PCB inicia muito antes dos episódios de 75. Mesmo na clandestinidade e sob forte vigilância policial, os membros do partido mantinham suas atividades internas, discutiam e planejavam sua atuação e inserção na sociedade.

Rastreando os documentos do acervo do DOPS, fui encontrando pequenas informações que juntamente com os fragmentos das entrevistas realizadas com alguns dos militantes comunistas daquele período, me possibilitaram compreender, ainda que parcialmente, a organização do PCB em Joinville.

Diz o relatório do DOPS ao se referir a organização do PCB em Joinville:

“Desde fins de 1967 ou começo de 1968, Joinville mantinha-se com Organizações de Base, dirigidas por João Jorge Machado de Souza e Dejair Ferreira, que reuniam-se em um campo de futebol existente no Bairro Botafogo e desenvolvia seu trabalho de aliciamento em toda a cidade de Joinville (...)”<sup>196</sup>.

O registro sugere um trabalho de “aliciamento”<sup>197</sup>, de convencimento dos membros do Partido Comunista junto a população da cidade. Este trabalho era feito com muito cuidado, já que em 1968 os órgãos de repressão já atuavam com severa vigilância para impedir qualquer tipo de propaganda comunista.

Mas as informações obtidas pela História Oral, mostra que o PCB em Joinville já possuía vida própria antes do golpe. Dona Linete, esposa do militante comunista Irineu

---

<sup>196</sup> Inquérito Policial nº 49/75 - Pasta do PCB/SC. Acervo do DOPS. Arquivo Público do Paraná.

<sup>197</sup> Termo usado nos escritos do DOPS, quando se referiam ao trabalho de conscientização realizado pelos membros do PCB.



Ceschin, se reporta à existência do Partido Comunista em Joinville no início da década de 60, quando relata que reuniam clandestinamente:

“ (...) e nessa época toda eu participava junto com ele clandestinamente, na casa de amigos que também trabalhavam clandestinamente, muito cuidado, muito sigilo, a gente inclusive mentia que ia pra um lugar e ia pra outro pra não ser perseguido”<sup>198</sup>

O Partido Comunista, mesmo antes de 64, já vivia na ilegalidade, obrigando seus militantes a se reunirem de forma sigilosa, forçando-os a criar suas próprias formas de fugirem à vigilância e impedindo que os aparelhos repressivos pudessem localizá-los e desarticulá-los por completo. Não chegavam a representar uma ameaça às elites locais, mas marcavam presença enquanto organização de oposição ao regime militar. Nas palavras de um militante do período, senhor Júlio Adelaide Serpa:

“Na época, já era uma dificuldade formar um partido político em Joinville, por causa da ditadura. Onde que nos saíamos de casa em casa para fazer filiações, era muito difícil, fechavam as portas para nós. Porque a repressão estava dura mesmo.”<sup>199</sup>

A fala do senhor Júlio remete ao final da década de 60, quando o MDB estava em formação em todo o país e em Joinville dava seus primeiros passos comandado por Pedro Ivo Campos. Como o Partido Comunista estava na ilegalidade, uma forma encontrada pelos militantes para atuar na sociedade, foi se integrando ao MDB. Segundo Serpa, mesmo participando do MDB que congregava inúmeras tendências, o grupo do PCB mantinha uma autonomia de posição, reunindo-se separadamente como Partido Comunista para planejar suas ações. Os anos da ditadura militar foram anos difíceis para qualquer tipo de organização

---

<sup>198</sup> Linete Ceschin. Entrevista concedida à autora em 13 jan. de 1998.

<sup>199</sup> Júlio Adelaide Serpa. Entrevista concedida à autora em 17 out. de 1995.

política. Em Joinville mesmo havendo uma negação da presença de oposição ao regime militar, havia uma constante vigilância policial, controlando os passos de todos. Na fala do senhor Júlio, descobre-se estratégias e riscos das ações clandestinas:

“(…) Quando se ia fazer uma reunião do partido, ou não precisava ser do partido, mas, uma hipótese, discutir alguma chapa sindical, ou coisa parecida, como é que se fazia na época ? Marcava tal lugar, vamos fazer na minha casa, por exemplo, chegava um sujeito oito horas, outro só ia chegar oito horas e quinze minutos, e assim por diante e na saída a mesma coisa, nunca andávamos juntos. Colocava um baralho na mesa ou coisa parecida, se aparecesse alguém, tava jogando.”<sup>200</sup>

Um outro militante comunista, o senhor Edgar Schatzmann, comenta que chegaram a ser realizados em Joinville em 1967/1968, alguns cursos de guerrilhas “(…) *nos reunimos em torno de umas vinte e cinco pessoas, passamos um final de semana (…). O professor era um militar caçado e perseguido, clandestino também, o nome ?, claro, a gente nunca ficou sabendo. Aprendemos como fazer o coquetel “molotofe”, granada.*”<sup>201</sup>

Segundo o senhor Edgar este era um período em que o PCB recebia muita influência das Revoluções Cubana e Chinesa. Por isso a discussão de que a revolução passaria pela via armada, mesmo isso não sendo um consenso no partido.

Uma das características que marcou a existência do Partido Comunista em Joinville foi a solidariedade entre seus membros. Pelos depoimentos pode-se sentir que durante as prisões o partido, permanecia dando ajuda às famílias dos presos. A solidariedade não se manifestava apenas nesses momentos mais críticos da vida partidária, como afirma Dona Linete:

---

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup> Edgar Schatzmann. Entrevista concedida à autora em 22 ago. de 1995.

“ (...) quando alguém do partido ficava doente a gente se dava as mãos, juntava dinheiro ajudava, tava desempregado era ajudado sabe, morria era ajudado. O partido sempre ajudava um ao outro, sabe, nós nunca deixava alguém sofre ou passa fome, sempre, principalmente nas indústrias, quando a Tupy desempregava essas coisa né, quem participava do partido era sempre ajudado.”<sup>202</sup>

Possivelmente esta ajuda só era possível porque o grupo que participava do partido era pequeno e coeso. Além disso, o ideal de vida comunista estava pautado na solidariedade e na partilha.

As pessoas envolvidas na luta contra a ditadura militar em Joinville, ligadas ao Partido Comunista, eram na sua maioria trabalhadores das indústrias locais ou que trabalhavam autonomamente. Algumas possuíam uma militância mais efetiva. Outras participavam esporadicamente de reuniões. Nenhum militante representava uma grande liderança política local.

O partido era composto de pessoas sem grandes qualificações intelectuais, e cada um tinha como papel principal organizar uma OB - Organização de Base - no seu local de trabalho. Eram responsáveis por fazer a conscientização política junto aos trabalhadores das fábricas, como por exemplo, a Fundação Tupy.

Nas décadas de 60 e 70, os sindicatos de trabalhadores em Joinville, na sua grande maioria, assumiam postura de apoio ao governo militar, não travando nenhuma luta contra o arrocho salarial no período. Por isso torna-se muito importante o estudo relacionado à participação dos militantes comunistas na organização dos trabalhadores em seu local de trabalho. Constituiu-se como uma resistência não apenas à ditadura militar, mas uma resistência de classe, configurando-se em uma luta contra o capital. No Inquérito Policial<sup>203</sup>,

---

<sup>202</sup> Linete Ceschin. Entrevista concedida à autora em 13 jan. de 1998.

<sup>203</sup> Inquérito Policial nº 49/75 - Pasta do PCB/SC. Acervo do DOPS. Arquivo Público do Paraná.

que cita as pessoas presas em 1975, aparece como acusação o fato de estarem envolvidas na organização de trabalhadores nas indústrias da cidade. Em novembro de 1974, segundo o Inquérito, houve uma reunião na residência do senhor Irineu Ceschin, para a formação do Comitê Provisório do PCB em Joinville. Consta também, que o senhor Waldemar João Domingos ficou responsável pelo setor sindical e "aliciamento" de empregados da Fundação Tupy, para formação de uma Organização de Base. Ela era, na época, uma grande empresa do setor metalúrgico. Seus empregados eram ligados ao sindicato da categoria, que não tinha uma atuação efetiva no sentido de reivindicar os direitos dos trabalhadores.

### **3.4 DA FALA SILENCIADA À REVELAÇÃO AINDA SOFRIDA**

Ao PCB não foi consentido o direito à livre organização. A sua resistência foi confinada aos subterrâneos. Para recuperá-la, é preciso fazê-la emergir, revelar o que não está nas escrituras e nos discursos bem elaborados. Enquanto as lideranças se debatiam com a necessidade de se manter vivas e lúcidas nas prisões, outros atores aparecem na cena social. E é com estes que trabalharei com elementos da História Oral.

Estudar a resistência das mulheres dos presos políticos, significa encontrar em suas falas dispersas, sinais de ações de resistência frente ao regime militar, frente a sociedade, frente a família que criticava e excluía. Enfim, frente a um sistema que as tratava como cúmplices de criminosos.

A militância política na década de 60 e 70 significou a angustiante vida do medo, do silêncio e da solidão. O que os movia para a luta política era o ideal de um mundo diferente, do socialismo que sonhavam e que, na concepção deles, a humanidade estaria destinada a viver. Este ideal custou para muitos a prisão e a tortura. Para outros significou o angustiante silêncio das autoridades militares, policiais, políticas. Silêncio que impedia à mulheres de

saber notícias de seus companheiros e maridos. Silêncio forçado, que dificultava os pedidos de ajuda.

Nenhum silêncio, no entanto, é absoluto ao ponto de impedir o grito de dor das mulheres que, procuravam notícias de seus companheiros. Essas mulheres criaram redes de solidariedade que, em muitos casos, impediram que houvesse um “desaparecimento”. O fato de procurar ajuda, de tecer formas solidárias para a sobrevivência da família dos presos políticos, manteve sob alerta as autoridades locais.

Essas mulheres, não eram apenas esposas dos militantes comunistas presos. Eram companheiras de partido, que souberam estrategicamente agir num momento de extrema dor. Foram responsáveis pela guarda ou desaparecimento dos materiais proibidos na época. Buscavam ajuda profissional, para agir juridicamente em defesa dos presos. Reivindicavam o direito de vê-los e ter um momento de intimidade com os mesmos. Precisavam responder para filhos e familiares o que significava tudo aquilo: prisões, vigilância policial e, às vezes, meses sem notícias.

As estratégias travadas por essas mulheres, mostra o cotidiano de angústia, dor e esperança daquelas que viram seus companheiros serem levados, muitas vezes sem saber para onde e encontraram formas de continuar resistindo, mesmo conscientes que o aparelho repressivo as vigiava permanentemente.

Pude perceber elementos que mostram a organização do Partido Comunista na cidade, a resistência travada durante as prisões e as redes de solidariedade que construíram durante este período para buscar ajuda.

Algumas histórias mesclam paixão e cumplicidade, assumindo o risco que a clandestinidade oferece. Assim foi a história de amor de Lúcia e Edgar no início da década de 70, quando mudaram para Joinville. Conheceram-se em Lages, quando Edgar já vivia ilegalmente. Lá mesmo casaram-se e ela resolveu assumir os problemas de viver com alguém

que era procurado como subversivo, como agitador. Lúcia sempre sonhou em viver livre, em saber das coisas do mundo, já que viveu anos em um convento praticamente isolado do mundo. E o senhor Edgar representava este mundo que ela desejava conhecer, era um homem que viajou, que lia, que falava brilhantemente do sonho do socialismo. O amor entre eles foi fundamentado no companheirismo, no ideal de buscar um mundo melhor. Pelas cartas que o senhor Edgar mandava para Lúcia percebe-se este misto de amor e companheirismo de luta, no bilhete de início de namoro fica claro a intenção de ter alguém para partilhar um sonho:

“Sonho com alguém, que consiga entender-me, que me ame pelo que sou, não quero subordinada, não quero inferior (...) mas companheira de ideal: na vida, no estudo, no trabalho, na grande luta desigual! Não quero frivolidades, quero uma lutadora ao meu lado, não quero escrava alguma, quero alguém capaz de me seguir, na guerra e na paz (...).”<sup>204</sup>

Estas palavras denotam um desejo de construir uma vida cheia de utopia, de lutar tendo alguém ao lado. Mas nem tudo segue conforme os sonhos. A realidade encontrada em Joinville, ficava longe do sonhado. Edgar foi preso e Lúcia enfrentou todas as dificuldades: estar em uma cidade que não conhecia e precisar sobreviver.

Quando chegaram em Joinville - Edgar tinha os pais morando aqui, mas só se mudou por causa da militância ligada ao Partido Comunista - Lúcia precisou procurar emprego:

“(...) viemos e ficamos aqui e daí eu saí atrás de trabalho porque o Edgar não poderia trabalhar, não podia ser registrado nada. O Edgar ia com o tio trabalhar nas construções, ainda onde era só o tio e ele, que não entrava em contato com ninguém. Que ninguém visse que ele tava por aqui, por que saía por aí tudo, né, as fotos dele, que tava procurando, que era subversivo, aquela coisa toda, pra ver onde tá era dois toques.”<sup>205</sup>

<sup>204</sup> Carta enviada pelo senhor Edgar Schatzmann à D. Lúcia em 05 de jul. 1969. O senhor Edgar doou uma pasta com documentos e algumas cartas do período da ditadura militar para o Arquivo Histórico de Joinville.

<sup>205</sup> Lúcia Schenato Schatzmann. Entrevista concedida à autora em 06 fev. de 1996.

Esta fala revela o clima de medo enfrentado naqueles dias sombrios de perseguição, era necessário esconder-se, encontrar formas de sobreviver trabalhando informalmente. Ser procurado como criminoso gerava um clima de total insegurança, as pessoas estavam presas mesmo quando não trancafiadas em um cela. Por toda esta situação de perseguição, Lúcia precisou assumir as responsabilidades da casa, mantendo-se firme diante da família e da sociedade. O que lhe dava forças era acreditar que tudo aquilo chegaria ao fim, como bem frisava o senhor Edgar em várias cartas:

“Querida Lúcia: tudo bem, tudo legal (...). Não se preocupe. Vai correr tudo certo. No fim estaremos juntos sempre. Amém ! (...) Continue trabalhando alegre como antes que em breve estarei ao teu lado.” (31/03/71)

“(...) Apesar do desespero e da insegurança ! O sol voltará a brilhar novamente sobre as nossas faces.” (05/12/75)

“(...) apesar da adversidade que nos atinge momentaneamente. No final estaremos juntos para a luta e para os sonhos (...).” (20/04/75)<sup>206</sup>

Lúcia motivada por esta certeza, foi uma das mulheres dos presos que mais se mobilizou junto a vários segmentos da sociedade de Joinville para conseguir manter as famílias dos presos, poder visitá-los e conseguir algumas manifestações públicas favoráveis a eles e contrárias à ditadura.

Osni Rocha<sup>207</sup>, quando foi preso em 1975, trabalhava na Companhia Cipla, uma grande empresa joinvillense do setor plástico. Exercia a função de ferramenteiro. A acusação registrada no Inquérito Policial<sup>208</sup> continha do fato dele ter ingressado no Partido Comunista em 1967 e freqüentar as reuniões do partido, recebendo exemplares do jornal “A Voz Operária”.

<sup>206</sup> Trechos das cartas enviados pelo senhor Edgar à D. Lúcia, escritas na prisão. Pasta Edgar Schatzmann. Arquivo Histórico de Joinville.

<sup>207</sup> Seu Osni Rocha não quis conceder entrevista, se sente adoentado com problemas “dos nervos”, disse que não gosta de falar no assunto.

<sup>208</sup> Inquérito Policial nº 49/75 - Pasta do PCB/SC. Acervo do DOPS. Arquivo Público do Paraná. |

A esposa de Osni Rocha, diz:

“Ele foi pego lá na empresa, só que lá na hora eu não tava a par. Só quando eu cheguei em casa que meu cunhado, me falou. Daí eu fiquei meia preocupada, mas daí como meu cunhado já soube, que achava que era por causa do negócio de política, daí depois no outro dia eu fui lá no batalhão pra perguntar, daí eles me disseram que não sabiam de nenhuma informação.”<sup>209</sup>

Aqui Glória Rocha expõe várias questões importantes, a primeira mostra que a repressão não escolhia local para agir. Seu marido foi preso durante o horário de trabalho na empresa em que ambos trabalhavam sem que ela ficasse sabendo. Outra questão importante é o fato dos familiares saberem que a prisão era por causa do “negócio de política”. Isto demonstra por um lado o conhecimento do motivo que o levou à prisão e por outro um simplismo da situação, ou seja, “o negócio de política” para as famílias não parecia tão grave. O ponto fundamental desta fala, me parece ser o fato dela ir procurar saber notícias do marido junto ao Batalhão do Exército. Isto demonstra uma ação de coragem.

Glória era casada a apenas 15 dias com Osni e mesmo sabendo do risco que corria, foi procurar seu marido. Esta atitude se configura numa ação individual que mais tarde fará coro com as demais mulheres dos presos políticos. Glória Rocha disse que mais tarde ficou sabendo que seu marido se encontrava em Curitiba. Naquele momento, disseram desconhecer o fato. Esta era uma prática comum do 13º Batalhão de Caçadores de Joinville. Sempre negavam o envolvimento com as prisões políticas. Mesmo sem saber o local exato em que estava, só foi ter notícias claras do seu marido, quando o mesmo já estava em Florianópolis. Por intermédio de outras mulheres que também tinham seus maridos presos, recebeu um bilhete, onde o marido pedia roupas e material de higiene pessoal.

---

<sup>209</sup> Maria da Glória Rocha. Esposa do preso político Osni Rocha. Entrevista concedida à autora em 17 mar. de 1997.



Glória relatou ter ido com outras mulheres até a secretária de Bem Estar Social da Prefeitura e conseguiu um carro para fazer visitas aos presos.

Ao ser perguntada de como foi sua vida, enquanto seu marido estava na prisão, Glória diz que tudo era incerto, e que a sensação era de impotência por não poder fazer nada:

(...) é uma preocupação muito grande, porque (...) no mesmo instante a gente não sabia o que ia acontecer com a pessoa lá, por que é uma coisa que tu não pode fazer nada, né. Porque dependia deles, nem advogado qualquer queria pegar a causa (...) se tu abrir a boca pra falar (...) em vez de ajudar podia complicar, né.<sup>210</sup>

Aparece nesta fala, o medo do que poderia acontecer, a demonstração de que a vigilância estava presente, o fato da incerteza em relação ao que estava acontecendo com os presos políticos.

Zilma, esposa de Júlio Adelaide Serpa, fala do medo vivido naqueles tempos: da vigilância em sua casa, das fotografias, da ronda do carro da Polícia Federal. Diz que quando seu marido foi preso, ela ficou mais de cinco dias sem saber notícias, até que uma outra mulher na mesma situação veio fazer contato para irem visitá-los em Florianópolis. Nesta época Zilma já tinha três filhos e estava grávida. Esta situação faz pensar no sofrimento e na angústia vivida. Além de ter seu marido preso e torturado, precisou explicar os motivos que o levaram àquela situação. Diz:

“Os pais do Júlio me culpavam, às vezes, de eu saber e não contar nada, às vezes vinha um cunhado dele, irmã ou irmão, “como é que nós não sabia de nada, como é que não falava nada?”. Mas acho que valeu, a gente sofreu mas foi uma abertura, né, um caminho ...”<sup>211</sup>

---

<sup>210</sup> Idem.

<sup>211</sup> Zilma Gonçalves Serpa. Esposa do preso Júlio Adelaide Serpa. Entrevista concedida à autora em 17 out. de 1995.

Na relação com a família, surgiram as cobranças: o porquê da prisão, da falta de notícias. Não compreendiam os motivos que levavam um pai de família a se "envolver em política", ser preso, deixando todos em situação tão complicada financeira e emocionalmente. Mas Zilma demonstrou que acreditava no ideal político. Achou que "valeu a pena", por ter contribuído para a abertura política no país.

As experiências destas mulheres foram reelaboradas com o tempo.

Passaram-se 20 anos desde os acontecimentos que envolveram suas vidas de maneira violenta. Hoje, falam com certa tranqüilidade, mesmo que as lembranças tragam dores irreparáveis. Falam ainda motivadas por uma consciência política. Querem que a geração atual e as futuras conheçam um passado tão nublado e escondido da História do Brasil. No dizer de Glória, quando perguntada se ainda conversava com seu marido sobre isso: "*É muita pouca coisa que a gente fala, por que foi tão triste (...) que marcô (...)*". O que foi triste nem sempre é bom ser lembrado.

Linete viveu quase 20 anos casada com o militante comunista Irineu Ceschin. Quando o conheceu, no início da década de 60, ele já militava no Partido. Com ele aprendeu a se interessar por política. Juntos militaram durante o regime militar, enfrentaram a clandestinidade, as perseguições e a violenta prisão de Irineu em 1975. Linete fala da sua experiência, orgulhosa por ter vivido e lutado em uma época tão conturbada do país. Conta seus momentos de angústia e aflição com total convicção de que fez o que deveria fazer, lutou contra um sistema injusto e perverso. Irineu faleceu em abril de 1997, sem que pudesse deixar registrado sua história de militância, principalmente até a década de 80. Sua ex-esposa<sup>212</sup> procurou, na entrevista, relembrar os anos em que ele era um ativo militante comunista, convicto de que o comunismo seria o único sistema a trazer felicidade para a humanidade.

---

<sup>212</sup> Dona Linete e o Senhor Irineu se separaram no início dos anos 80.

Irineu, como vários outros presos políticos, foi levado do local de trabalho, sem que a família tivesse o mínimo de informação à respeito do que estava acontecendo.

“ (...) eles pegaram o Irineu e levaram, simplesmente levaram, o carro ficou lá, o paletó dele ficou lá, a pasta dele ficou lá, tudo ficou lá, só disseram assim pro seu Avelar: “Nós vamos leva ele até o batalhão que nós queremos fazer uma entrevista com ele (...).”<sup>213</sup>

Após esta informação foram dias de angústia a procura do seu marido:

“ (...) ninguém conseguia descobrir aonde tava. A gente procurava na polícia, a gente procurou pela prefeitura, a gente lutô, fez de tudo. Ninguém conseguia achar ninguém. Então eu me desesperei tinha os filhos pequeno, só chorava, não sabia nem o que fazer (...).”<sup>214</sup>

Nesta época, 1975, já tinha os 2 filhos e diz que só soube onde seu marido estava quando ouviu pela televisão uma reportagem que informava o nome dos presos políticos de Joinville. Nesta ocasião, os presos já estavam em Florianópolis. Tinham passado um tempo em Curitiba e depois seguiram para Florianópolis.

A emoção toma conta do ambiente da entrevista, quando Linete começa a contar sobre o primeiro encontro com o seu marido após dias sem notícias do seu paradeiro. Com as lágrimas prontas a rolar, diz:

“ (...) Foi um desespero, uma coisa de doido. Mesma coisa que uma morte, sabe, você encontra aquela pessoa assim, toda (...). Quando eu fui ver ele, ele tava padecido, magrinho, velho, velho, acabado. (...) e forte ele, sabe, forte ele.”<sup>215</sup>

<sup>213</sup> Linete Ceschin. Entrevista concedida à autora em 13 jan. de 1998.

<sup>214</sup> Idem.

<sup>215</sup> Ibidem.

Forte no sentido de firme, de certo, convicto daquilo que acreditava, forte porque não tinha se deixado abater pelas seqüências de tortura que sofreu durante todos aqueles dias. Continuava, acreditando no ideal e dizendo: *“como é que pode terem medo de nós, tão pequeninhos, tão magrinhos, tão raquídicos, nós não temos poder nenhum na mão, é o medo de nós que eles tem (...).”*<sup>216</sup>

Irineu estava certo. O medo que eles provocavam estava localizado no fato de serem um grupo que se organizava, que juntos representavam uma ameaça a valores e poderes estabelecidos.

As ações em defesa dos presos políticos, foram na sua maioria movidas pelos familiares dos mesmos. Foi a família de cada um, geralmente representada na figura da mulher que procurou junto a representantes parlamentares, prefeitura e Igreja uma ajuda que pudesse fazer ouvir a sua voz de desespero à procura dos presos. A ajuda variou de assistência financeira à ações políticas que interferissem diretamente nas prisões.

Joinville nos períodos das prisões, 1975, era administrada pelo MDB. O prefeito era Pedro Ivo Campos, cuja trajetória foi traçada no Capítulo II deste trabalho. Como os integrantes do Partido Comunista militavam também partidariamente no MDB, sobretudo nos períodos eleitorais contribuíram para a eleição de Pedro Ivo, houve por parte do mesmo, uma postura solidária com as famílias dos presos políticos.

Esta solidariedade é várias vezes descrita nas entrevistas orais:

“E eu me lembro muito bem que aqui em Joinville o prefeito Pedro Ivo que alguns achavam um tanto conservador também, embora estando no MDB, ele realmente teve uma preocupação muito séria com este pessoal que foi preso, ele a secretária Edla Jordan tiveram uma participação muito interessante no sentido de dar assistência às famílias (...).”<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> Ibidem.

<sup>217</sup> Miraci Deretti. Entrevista concedida à autora em 19 dez. de 1997.

Além do fato do pessoal preso estar ligado ao MDB, um dos presos políticos, a Rosemarie Cardoso Bitencourt, única mulher presa em Joinville pela Operação Barriga Verde, era funcionária da Prefeitura Municipal e respondia pelo projeto CERI nos bairros<sup>218</sup>, isto acabou fazendo com que o poder público tivesse um maior envolvimento em defesa dos mesmos.

Em entrevista ao Jornal EXTRA, Edgar expressou o quanto Pedro Ivo significou naquele momento:

“(...) Muitos nos prestaram, a mim e aos outros, manifestações de apoio. Mas o Pedro Ivo, além disto, vivia brigando pelos nossos direitos e prestando assistência às nossas famílias. Um dia referindo-se a ele, o advogado Antônio Acir Breda, da Ordem dos Advogados do Brasil, disse que: “Existem grandes pessoas envolvidas na defesa dos presos políticos do Brasil. Mas de todos os que conheço, o maior é aquele prefeito de Joinville. O homem tem uma coragem espantosa, não sei como arrisca-se tanto quando tantos outros ficam escondidos” (...).”<sup>219</sup>

As famílias ficaram em grandes dificuldades. Muitos presos era homens casados, já com filhos, geralmente eram eles os provedores do sustento familiar. Alguns ficaram presos 6, 8 até 10 meses. Isso significou um total caos na vida familiar. Linete, que na época tinha 2 filhos, afirma:

“Pedro Ivo, eles deram ajuda muito grande pra gente, a comida eles não deixaram faltar, quando nós não tinha recebido nada ainda nós ia pro centro de saúde pra ganhar comida deles. A gente ficou sem nada em casa (...)”<sup>220</sup>

<sup>218</sup> O CERI era um projeto educacional implantado pelo governo do MDB na cidade e tinha como objetivo atender crianças de bairros carentes em período integral. Como assistente social, Rosemarie era a responsável.

<sup>219</sup> EXTRA. 07 à 14 jul. 1979. “A tortura que virou pesadelo”. pág.07. O advogado citado, Antônio Acir Breda, foi responsável pela defesa jurídica dos presos políticos de Joinville em 1975 quando ocorreu a Operação Barriga Verde.

<sup>220</sup> Linete Ceschin. Entrevista concedida à autora em 13 jan. de 1998.

Outra contribuição autorizada pela Prefeitura foi a utilização de um carro cedida pela Câmara dos Vereadores para levar as mulheres a Florianópolis, duas vezes por semana, para ver seus maridos. Depois de algum tempo, estas viagens passaram a ser mais esporádicas.

É importante deixar claro que estas contribuições só foram possíveis pela insistência e perseverança de algumas mulheres que reivindicaram junto ao poder público aquilo à que tinham direito, afinal, estava sendo ferido um importante direito humano; a liberdade.

Manifestações importantes foram feitas pelos parlamentares joinvillenses. Houve, na Câmara de Vereadores, um pronunciamento do vereador do MDB, Elmar Zimmermann. Logo depois das prisões, o vereador leu na tribuna cartas escritas pelas esposas dos presos políticos, reivindicando notícias do paradeiro de seus maridos e dos demais presos.<sup>221</sup>

Diz os registros da Câmara:

“Elmar Zimmermann, dizendo que, embora constrangido, mas invocando os direitos da pessoa, comenta as prisões ocorridas em Joinville, nas últimos dias, levando o desespero a muitos lares. Radicado em Joinville a 18 anos, considera esta uma cidade de trabalho e muita ordeira (...). Mas agora a população esta apreensiva com as prisões que estão ocorrendo. Pelo modo como são efetuadas as prisões dá até a impressão de que as pessoas estejam sendo seqüestradas. Tem em mãos cartas que recebeu de familiares de presos, apelando à Câmara para localizarem as pessoas desaparecidas (...).”<sup>222</sup>

Houve outros pronunciamentos em defesa dos presos políticos, como o do Vereador do MDB, Aderbal Tavares Lopes, que citou o fato de um funcionário da Câmara, João Jorge Machado de Souza, ter sido preso de forma violenta enquanto trabalhava.<sup>223</sup>

<sup>221</sup> Não foi possível localizar cópias das cartas. Mas, aparece nas atas de reuniões da Câmara, todo o processo de discussões gerado a partir da leitura das mesmas.

<sup>222</sup> Ata da sessão da Câmara de Vereadores de Joinville, 09 dez. 1975. pág.76. (Acervo Câmara de Vereadores).

<sup>223</sup> Idem, pág. 77,78.

Este fato gerou na Câmara de Vereadores, uma discussão em torno dos Direitos Humanos. Mobilizou as forças do legislativo para a defesa dos presos políticos. De certa forma, tornou público, as atrocidades da repressão.

Outro parlamentar que teve posição firme em defesa dos presos políticos foi Miraci Deretti, ele era na época, deputado estadual pelo MDB:

“Agora com relação inclusive a Florianópolis o que nós podíamos fazer lá era denunciar na tribuna, isso nós fazíamos e eu tinha o hábito com mais 1 ou 2 deputados, nós freqüentarmos a polícia federal para ver, saber como é que andava um preso, outro preso e tal. Uma vez que este pessoal era preso eles desapareciam de Santa Catarina, eram levados à Curitiba e permaneciam lá, sem que a gente pudesse obter qualquer tipo de informação, mas quando voltaram à Florianópolis era mais fácil, então nós podíamos até ter acesso, até conversar com eles e tal.”<sup>224</sup>

Na rara documentação guardada pelos presos políticos, uma demonstra a postura da Igreja, ou de pelo menos seu representante máximo da Diocese de Joinville<sup>225</sup>, o Bispo Dom Gregório Warmeling, referente as prisões. Segue o conteúdo da carta:

“Acaba de acontecer em SC a OPERAÇÃO BARRIGA VERDE. Teve como objetivo verificar a penetração do PC em o Estado. Por isso a Operação houve por bem deter preventivamente 38 pessoas das mais diversas classes sociais e profissões como possivelmente implicadas, ou pelo menos suspeitas de compromisso com o PC.

O inquérito todo foi concluído mesmo antes dos 60 dias previstos. Sr. Brigadeiro, considerando que o inquérito foi concluído, solicito; mas solicito instantaneamente mesmo, que consigo, junto à 5 Região Militar e/ou junto à Auditoria Militar, a soltura de todos aqueles presos políticos que não tenham culpa formada.

Sr. Brigadeiro, quem lucra com a detenção dessas pessoas, possivelmente até o dia 4 de janeiro? Ao meu ver ninguém.

<sup>224</sup> Sr. Miraci Deretti. Entrevista concedida à autora em 19 dez. de 1997.

<sup>225</sup> Diocese é uma designação da Igreja Católica que representa a região de abrangência da responsabilidade de determinado Bispo.

O Estado certamente não, porque terá que prover à manutenção.

A Segurança Nacional certamente não; na surdina, alimenta uma tensão sempre maior; um sempre maior espírito de revolta.

A família catarinense seguramente não, porque ocorrem duas solenidades que a família catarinense leva em muita a consideração: Natal e Ano Bom. Essas duas datas se caracterizam por férias coletivas das indústrias, e pelos encontros de famílias.

Sr. Brigadeiro, se num encontro assim faltasse o seu filho? Seu pai? Sua esposa? Sua mãe?

Se não têm culpa formada, porque não podem ser soltos quanto antes Sr. Brigadeiro, tenho tanta certeza do senso de humanidade de V.S. que já antecipo os mais sinceros agradecimentos.

Sem outro assunto a que deva referencias, reafirma apreço e mui distinta consideração.<sup>226</sup>

Fazer uma carta pedindo a libertação dos presos, foi uma postura corajosa do Bispo, em um momento tão delicado. No entanto, analisando o conteúdo da mesma, vemos que não há defesa clara para que os presos sejam soltos e nem, por outro lado, uma condenação à ação violenta que o Exército desenvolveu ao prender pais de famílias inocentes. O que leva Dom Gregório a escrever a carta, me parece ser, mais um apelo ao “espírito cristão” de fim de ano. Afinal, se aproximava a data máxima do Cristianismo, onde a Igreja procura reunir seus fiéis para as comemorações do Natal.

A carta não tem um conteúdo denunciatório. Parece conciliadora. Ela fala de “culpa formada”, admitindo que pessoas que lutavam por um direito universal eram culpados. Culpados de quê? De lutar contra uma ditadura militar que além de arrochar salário, proibir o direito de reunião, torturava e matava nos seus secretos porões? Que culpa pode haver em um grupo de trabalhadores de se reunirem para organizar operários, moradores de bairros e discutir sobre política ? Para a ditadura militar, havia muita.

---

<sup>226</sup> Carta escrita por Dom Gregório Warmeling. Cópia cedida por Edgar Schatzmann.



O Bispo, que se dizia defensor dos injustiçados, que defendia a causa da vida, possivelmente estava movido por um espírito de solidariedade. Mas quando se fala de política repressiva, isso é pouco! No entanto, teve forte repercussão para as famílias dos presos. Naquele momento de angústia, foi um alento, uma força inigualável. Estavam sós e, de repente levanta-se em sua defesa, a voz de um Bispo respeitado. Isso significou, naquele momento específico, uma vitória. Elas não estavam mais sozinhas na luta pela liberdade. Com elas, fazia coro a voz do líder religioso, que por dogma, possuía a verdade.

Um Bispo defendendo os comunistas! Fez barulho e chamou a atenção.

Em 75 uma parte da Igreja Católica no Brasil já saiu em “defesa dos oprimidos”. Era o momento de propagação das CEB’s as Comunidades Eclesiais de Base. Tinham como missão evangélica organizar o povo pobre, oprimido na luta por seus direitos. Espalhou-se pelos cantos do país pequenas comunidades cristãs. Bispos, padres e freiras, acompanhados por leigos procuravam “tornar a Igreja povo”.

Depois das prisões, meses como prisioneiro, humilhado, torturado, sem trabalhar, sem produzir, sem viver com a família, a vida não poderia continuar normal. Mas precisava. Alguns relatam como foi essa outra etapa que precisava ser vencida. A maior dificuldade de adaptação e aceitação passou a ser no local de trabalho, geralmente porque a “perseguição” continuava a existir.

Júlio Serpa relata:

“Na firma onde eu trabalhava, qualquer coisa que acontecia o primeiro sujeito que eles chamavam era eu. Até no grêmio, no grêmio, por exemplo, uma vez, logo que eu saí da prisão, o pessoal não quis mais se filiar no grêmio porque achavam que aquilo ali não era ..., não valia a pena, só pagavam e não tinham o retorno. Fizeram tipo um abaixo assinado e quase que eu perdi o emprego por causa daquilo e eu não tinha nada haver com aquilo, tipo de coisa eu fui contra, eu fui um dos que fui contra, claro, porque eu sabia que as coisas já ia estourar nas minhas mãos, eu não assinei nada, por que era uma coisa muito pequena pra mim estar se envolvendo, perder o emprego na época, se eu perdesse aquele emprego, eu tinha recém saído da prisão.”<sup>227</sup>

<sup>227</sup> Júlio Adelaide Serpa. Entrevista concedida à autora em 17 out. de 1995.

O trabalho passou a ser uma referência mais forte do que nunca. Afinal, era preciso recuperar a dignidade, voltar a sustentar a família, reconstruir a vida. As perseguições mantiveram-se por muito tempo. Mesmo não suspeitando de atuação política, as empresas de Joinville já mantinham uma vigilância forte sobre os seus empregados. Ela foi reforçada sobre os presos políticos ao retornarem para seus locais de trabalho. Eles poderiam representar uma ameaça à “harmonia” nas relações de trabalho, provocando discussões políticas que tumultuassem o ambiente.

Na sua maioria, os presos políticos foram aceitos para trabalhar nos seus antigos postos. Passaram algum tempo no mesmo emprego mas, por motivos diversos, logo o deixaram. Vigilância, perseguição, discriminação e problemas de saúde foram apontados. A tortura na prisão levou muitos à aposentadoria, pois não tinham mais condições psíquicas para continuarem trabalhando.

Mesmo com tanta perda, sofrimento e dor, muitos militantes das décadas de 60 e 70, consideram sua participação como tendo valido a pena. Encontram na luta passada um significado que enriqueceu suas vidas e contribuiu para a mudança do país. Falando do futuro, ainda no calor dos acontecimentos em 1979, seu Edgar dizia:

“(…) Vou continuar filiado ao MDB. Acho que esta Anistia é bem vinda, mesmo que restrita. Vivo tendo pesadelos e sonhando a noite com novas prisões. Somente sei viver com a democracia. Quando ela chegar não quero mais saber de política. Até lá estou na luta...”<sup>228</sup>

Amadurecido com a experiência diz:

“Eu aprendi muito, viajei bastante, conheci muitas pessoas ... é algo assim, é difícil a gente exprimir assim. É algo extraordinário, sabe, uma vida assim que dá pra dizer como Pablo Neruda “confesso que vivi”, porque a luta contra a ditadura é um troço interessante (...).”<sup>229</sup>

<sup>228</sup> EXTRA. 07 a 14 jul. 1979. “A tortura que virou pesadelo”. pág.07.

<sup>229</sup> Edgar Schatzmann. Entrevista concedida à autora em 22 ago. de 1995.

Júlio Adelaide Serpa, se referindo a sua experiência e de sua esposa:

“Nós achamos que valeu, né, que essa abertura política que tá aí a gente teve alguma contribuição, não muita, mas alguma coisa a gente teve, não por ter ido preso, mas pela luta que a gente sempre teve na classe operária, no sindicato, na associação de moradores (...). Demos uma parte do nosso sacrifício, uma ditadura, uma coisa assim não cai de podre, ela vai, ela só deixa de existir a hora que ela vê que não tem mais condições de reprimir o povo (...), mas a gente acredita que o socialismo é a solução para a classe operária e achamos que valeu e enquanto acreditamos, alguma contribuição ainda temos pra dar e vamos dar.”<sup>230</sup>

---

<sup>230</sup> Júlio Adelaide Serpa. Entrevista concedida à autora em 17 out. de 1995.

## CONCLUSÃO

Encerrar um trabalho mesmo que provisoriamente, cria uma angústia, principalmente quando se tem a certeza de que apenas começou-se a realizá-lo. Esta é a sensação que tenho ao precisar colocar um ponto nesta pesquisa. O limite de tempo e de maturidade intelectual faz-me sentir como se tudo estivesse por fazer e aquilo pronto não é o suficiente, nem o sonhado no início.

É possível concluir que mesmo a passos lentos a cidade se movimentou durante a ditadura militar, no sentido de resistir à repressão desencadeada pelo Estado autoritário. Não houve uma resistência sistematizada ao regime, mas sim diversos momentos de lutas e enfrentamentos políticos diretos entre setores da sociedade e os aparelhos do Estado repressivo.

A construção do imaginário político da “Revolução de 64”, significou a manutenção dos padrões conservadores defendidos ao longo da história de Joinville. O movimento da história mostra assimilações e contradições, no que se refere a mudanças e permanências. Isto pode ser visto nas décadas de 60 e 70 em Joinville. As contradições aparecem em um número menor. Podem ser localizadas nas entre linhas dos discursos e em algumas ações isoladas e específicas em determinados momentos.

Percebe-se que, mesmo a cidade negando constantemente nos discursos da elite a presença de organizações de esquerda e o descontentamento com a ordem vigente, aparecem fragmentos de uma organização que no mais profundo silêncio se preparava para ação política. Pela via de participação legal, partidária, aceita pelo regime, como era o caso do MDB, ou

pelas alternativas clandestinas vislumbrando uma luta de enfrentamento direto com o poder militar, nos moldes em que se configurava o sonho do PCB.

A resistência ao regime militar, representou a sobrevivência de sonhos e ideais. Resistir em uma cidade onde o poder era tão forte a ponto de negar que o mesmo existia, significou para aqueles homens e mulheres a possibilidade de ver, mesmo que muito distante, uma saída. Mesmo não se constituindo em resistências numericamente expressivas, elas existiram e fizeram história.

Foi uma rica experiência estudar a resistência vivida pelos membros do PCB. Compartilhar lembranças que significavam o sonho de uma vida. Reviver situações limites, onde a luta pela liberdade foi o que os manteve fortes para continuar vivendo na prisão e fora dela.

A impossibilidade de desvendar todos os meandros do poder local durante a ditadura permanece. O poder implica relações complexas e possui artimanhas que burlam a sua essência: a dominação. Mas permanece também a certeza de um caminho de pesquisa a ser trilhado futuramente, investigando a complexidade que envolve as relações de poder e resistência.

Muito ainda precisa ser pesquisado e refletido, principalmente no que se refere aos movimentos sociais que se construíram na década de 70 em Joinville.

Questões permanecem abertas, merecendo um aprofundamento:

- As diferentes posições assumidas pela igreja nas décadas de 60 e 70 em Joinville: no momento do golpe com favorável apoio e quando ocorrem as prisões assumindo a defesa dos presos. Quais os motivos que levam esta mudança de posição?

- As posturas assumidas pelo MDB: como oposição consentida e como lugar de militância dos membros do PCB. Quais os rumos e posturas tomados na década seguinte?
- Como se deu a assimilação do imaginário da “Revolução de 64” pela população da cidade?
- Como esta população reagiu aos novos movimentos populares no final da década de 70?
- Como ocorreu o processo de abertura política em Joinville? Quais as forças envolvidas? Como o poder se configurou e como reagiu a população?

Sei que o que realizei é o início de um trabalho que vem sendo desenvolvido também por alguns estudantes-pesquisadores no sentido de trazer à tona uma história que a cidade ainda não conhece. Aquela que mostra que nem tudo no passado de Joinville foi “príncipe, princesa e flores”, e que a resistência existiu.

## BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais.** Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginário Social. In: **Enciclopédia Einaudi.** Porto. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1986, Vol. 5.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** Lembranças de velhos. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas:** O DEOPS e as Minorias Silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade, Arquivo do Estado/SEC, 1997.
- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas:** O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CORRÊA, Maria Roseane, ROSA, Terezinha Fernandes da. (Coord.). **História dos bairros de Joinville.** São Paulo: Gráfica Círculo, 1992.
- COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem:** Tensões e controle (Joinville 1917/1943). Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 1996.
- DECCA, Edgar de. **1930, O silêncio dos vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DECKES, Flávio. **Radiografia do terrorismo no Brasil.** 66/80. São Paulo: Ícone Editora, 1985.
- DIAS, José de Souza. **Santa Catarina em perspectiva:** Os anos do golpe. Petrópolis: Vozes, 1989.
- DREYFUSS, René Armond. **1964 a conquista do Estado -** ação política, poder e golpe de classes. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão.** São Paulo: Queroz, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade.** Vol. I. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

----- **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Velhos militantes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** À esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

IOKÓI, Zilda Márcia Gricoli. "Descaminhos da Modernidade: Identidade e Movimentos Sociais no Brasil". In: **Revista Catarinense de História.** Florianópolis: UFSC, 1995.

KUSHNIR, Beatriz. **O acesso à informação e as fontes - uma análise da leitura e organização dos arquivos:** o caso dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) no R.J. e em S.P. Comunicação apresentada no Encontro da ANPUH em Belo Horizonte - Julho/97.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4 ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas: Papyrus, 1986.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina.** Florianópolis. Ed. da UFSC, 1983.

MARIANI, Bethânia Sampaio C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou, de como o discurso jornalístico constrói memória) In: Orlandi P.(Org). **Discurso fundador; a formação do país e a construção da identidade nacional.** Campinas: Pontos, 1993.

MEURER, Bellini. **"Entre Flores e Manguezais".** A Construção do Real em Joinville. Dissertação de Mestrado. São Paulo. PUC, 1994.



- MIGUEL, Luis Felipe. **Revolta em Florianópolis**. A novembrada de 1979. Florianópolis: Insular, 1995. (Coleção Repensando Nossa História, 2).
- MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral: Caminhos e Descaminhos. In: **Revista Brasileira de História**. 25/26. São Paulo: Anpuh/Marco Zero.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995.
- PEDRINI, Dalila Maria. **As CEBs Cristo Ressuscitado de Joinville e Araquari - SC: Análise de um processo de mudança**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- , Daniel Aarão, SÁ, J.F. de. **Imagens da revolução**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- SILVA, Áurea Oliveira. **Aprender a calar e aprender a resistir**. A pedagogia do silêncio em Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação, 1993.
- TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.
- TERNES, Apolinário. **História do Jornal A Notícia**. 1923-1983. Joinville: A Notícia, 1983.
- TOLEDO, Caio Navarro (Org). **1964: Visões críticas do Golpe**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.
- VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997.

## **FONTES PESQUISADAS**

### **\* Arquivo Histórico Municipal**

- Jornal A Notícia - mai/1964 a dez/1979
- Jornal Folha Catarinense - ago/1977 a jan/1979
- Jornal EXTRA - mar/1978 a dez/1978
- Documentação da Câmara de Vereadores de Joinville
- Documentação do Poder Executivo Municipal
- Coletâneas de Leis da Prefeitura de Joinville - 1962-1968

### **\* Arquivo do Jornal A Notícia - jan. a abr./1964**

### **\* Câmara de Vereadores de Joinville**

### **\* Biografias (Pasta de Personalidades)**

- Curt Alvino Monich
- Dom Gregório Warmeling
- Luiz Henrique da Silveira
- Tenente Coronel Pedro Ivo Figueiredo de Campos
- Wittich Freitag

### **\* Acervo de Entrevistas Orais**

- Harald Karmann
- Helmuth Fallgatter
- Luiz Henrique da Silveira
- Major Heryaldo Silveira Vasconcellos Filho
- Nilson Wilson Bender
- Pedro Ivo Figueiredo de Campos

## **ENTREVISTAS REALIZADAS**

- Edgar Schatzmann, 54 anos, Comerciante.
- Elmar Zimmermann, 55 anos, Aposentado.
- Júlio Adelaide Serpa, 47 anos, Mecânico.
- Linete Ceschin, 53 anos, do lar.
- Lúcia Schenato Schatzmann, 51 anos, Auxiliar de enfermagem.
- Maria da Glória Rocha, 43 anos, Serviços gerais.
- Miraci Deretti, 55 anos, Assessor Parlamentar.
- Zilma Serpa, 42 anos, do lar.